

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

**TRABALHO E DESIGUALDADE SOCIAL  
NO FINAL DO SÉCULO XX**

(Um estudo dos efeitos do esgotamento do padrão de desenvolvimento norte-americano e da emergência da Terceira Revolução Industrial sobre o mundo do trabalho)

Jorge Eduardo Levi Mattoso

Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

CAMPINAS, Dezembro de 1993.

M436t

21033/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

*Este exemplar  
corresponde ao original  
da tese defendida por  
Jorge Eduardo Levi Mattoso  
em 10/12/93 e orientada pelo  
Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa  
de Oliveira.  
CPG/IE, 10/12/93.*

UNIDADE	DC		
N.º CHAMADA:			
V.	Ex.		
T. MBO EC/	21033		
PROC.	236194		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	CR\$ 800,00		
DATA	23/02/94		
N.º CFD.			

CM-00054709-1

Aos meus pais,  
pelo amor e exemplo.

À Suely,  
pelo amor e paz.

Ao Chico,  
pelo amor e esperança de um mundo melhor.

À Lou, Guilherme e Ciça,  
pelo amor ainda que tardio.

---

---

## ÍNDICE

---

---

Página

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	1
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>1. II REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO</b> ...	10
1.1. DA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À CRISE DO ENTRE GUERRAS .....	11
1.2. CONFORMAÇÃO DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NORTE AMERICANO. ....	21
1.3. RELAÇÃO SALARIAL E PADRÃO DE CONSUMO .....	42
1.4. CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NOS ANOS 60/70 .....	62
<b>2. III REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E PADRÃO INDUSTRIAL</b> .....	72
2.1. DA CRISE À "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA" .....	73
2.2. PADRÕES DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ...	86
2.3. EMERGÊNCIA DO NOVO PADRÃO TECNOLÓGICO E PRODUTIVO SOB A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA". ....	91
<b>3. TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E MUNDO DO TRABALHO.</b> ...	98
3.1. NOVO PADRÃO INDUSTRIAL E O TRABALHO .....	99
3.2. A CRESCENTE INSEGURANÇA DO TRABALHO .....	114
3.3. TRANSIÇÃO AO SÉCULO XXI E TRABALHO NOS PAÍSES AVANÇADOS. ....	160
<b>4. O BRASIL FRENTE A III REVOLUÇÃO INDUSTRIAL</b> .....	179
4.1. BRASIL: CAPITAL E TRABALHO EM RITMO ACELERADO E DESIGUAL. ....	180
4.2. PADRÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DITADURA MILITAR. ..	192
4.3. CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E CRISE DA DITADURA MILITAR .....	199
4.4. DEMOCRATIZAÇÃO E CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO. ....	206
4.5. O BRASIL, A DESORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E A DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO .....	219
<b>CONCLUSÕES POUCO DEFINITIVAS</b> .....	240
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	245
<b>RELAÇÃO DE TABELAS</b> .....	269

---

---

## AGRADECIMENTOS

---

---

Esta tese deve muito à convivência estreita com os professores, alunos e funcionários do Instituto de Economia da UNICAMP e do CESIT, com os trabalhadores nas atividades profissionais e da militância política, com os amigos e com a família.

No Instituto de Economia encontrei um grupo de mestres e colegas determinados em manter navegando, contra *viento y marea*, uma escola de pensamento econômico crítico e de qualidade. Em uma época avessa a tais empreendimentos, na qual muitos acreditavam que a história havia chegado ao fim e que o conhecimento tinha sido definitivamente reduzido a migalhas, o Instituto de Economia, mantendo o respeito às diferenças, foi capaz de articular diferentes áreas do pensamento econômico, ao mesmo tempo em que mantinha corações e mentes abertos às demandas e práticas sociais.

Agradeço a todos os "velhos" mestres do Instituto de Economia, através da Profa. Maria da Conceição Tavares, do Prof. Wilson Cano e do Prof. João Manuel Cardoso de Mello. Este último, mestre e amigo, sempre aberto a "jogar conversa fora", orientando formal ou informalmente, muitas

vezes com divergências sobre os caminhos escolhidos, mas sempre olhando longe em busca de saídas para a crise do pensamento e da prática econômica e social brasileiras.

Agradeço aos "novos" mestres, através do Prof. Luciano Coutinho, incorporado aos novos pela idade, e do Prof. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. Este último um misto de orientador, chefe, colega e, sobretudo, velho amigo de todas as horas, que acreditou nesta tese antes mesmo que ela existisse, e com o qual tivemos inúmeras discussões, algumas tão acaloradas que muitos se assustavam, mas que foram indispensáveis para a realização da tese e para a minha formação.

Agradeço aos colegas do Instituto, através da Wilnês, do Waldir, do Ricardo, do Rinaldo, do Pacheco, do Otaviano, do Miranda, José Ricardo, da Guida, do Fernando e do Fabrício.

Agradeço a todos os colegas e amigos do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, um dos resultados da experiência criativa de aliar saber e excelência acadêmicas com demandas e prática sociais. As discussões com o movimento sindical, com os nossos alunos do curso de pós-graduação e os seminários com o Alonso, Marco Antônio, Siqueira, Cândido, Barelli, Loloyan, Márcio e Sílvia (no início com o Aloísio, depois, às vezes, com a participação do Dedecca e do Paulo Baltar), além de enriquecer as

atividades de pesquisa, docência e extensão do CESIT, foram fundamentais para orientar e dar um "norte" à esta tese.

Agradeço aos funcionários do Instituto através da Neide, que esteve desde o início do CESIT apoiando sua consolidação, e do Samuel, que chegou depois mas que logo parecia estar conosco há muito tempo.

Agradeço aos trabalhadores brasileiros, não somente por terem sido objeto de estudo de parte desta tese, mas por terem sido companheiros de importantes períodos de cerca de 30 anos de militância e de atividade profissional e intelectual a eles vinculados, através de dois trabalhadores metalúrgicos com os quais tive a grata oportunidade de conviver: "velho" Elói Martins e Luiz Inácio Lula da Silva. Estes dois batalhadores, representam períodos diferentes e oportunidades históricas e pessoais distintas mas são, no entanto emblemáticos de trabalhadores que foram além dos limites do mundo do trabalho e, enraizados em suas origens, buscaram e buscam compor alternativas coletivas visando um país mais democrático, justo e solidário.

Agradeço aos meus amigos de ontem, hoje e sempre: ao Caico (que ainda teve a paciência de ler uma primeira versão desta tese e dar suas dicas), ao Luiz e à Denise, ao Pudim e à Maria, ao Marco Aurélio (que com o Eder mostrou-me que compromisso apaixonado e criação intelectual são compatíveis), ao Vicente, Lena e Carlão, e novamente ao

Alonso. Sem as nossas conversas, estes tempos teriam sido seguramente mais árduos. Agradeço duplamente aos amigos que fui deixando de ver nos últimos tempos, como a Maria Amália, o Carlos Eduardo e tantos outros.

Finalmente, e não menos importante, os agradecimentos aos meus queridos de casa (Suely, Lou, Guilherme, Ciça e Chico), que suportaram estoicamente mas com muito carinho as minhas tradicionais ausências, chatices e irritações, potenciadas que foram durante a elaboração desta tese.

---

---

## APRESENTAÇÃO

---

---

Esta tese, como já mencionado nos agradecimentos, não é resultado de uma apreensão exclusivamente intelectual do mundo do trabalho. Ela foi sendo criada intelectualmente a partir de uma relação intensa com os trabalhadores.

Até perto dos quinze anos minha visão do mundo do trabalho resumia-se quase exclusivamente ao trabalho intelectual de meus pais. A partir de 1964, tive os primeiros contatos com o mundo do trabalho *latu sensu* através da minha integração ao movimento de resistência à ditadura militar. De lá para cá, esta relação e a compreensão deste espaço fundamental da sociabilidade capitalista se alterou substancialmente, até chegar ao tema objeto desta tese.

Alguns momentos foram fundamentais no sentido de transformar qualitativamente este processo de aproximações sucessivas ao tema da tese. A clandestinidade, a prisão e o exílio foram importantes no sentido de permitirem um conhecimento mais amplo da condição humana e do mundo do trabalho no Brasil e fora dele, em situações bastante intensas

e diferenciadas. No entanto, do ponto de vista de minha formação intelectual foram quatro os momentos que pela sua natureza e intensidade romperam preconceitos, no sentido de conceitos prévios, e que me permitiram dar passos que avançavam qualitativamente em um tema e um propósito (a tese) que ainda nem mesmo existiam.

O primeiro foi resultado de um belo golpe de sorte em anos bicudos. Recém chegado involuntariamente à São Paulo, tive a oportunidade de trabalhar como "bagrinho" no CEBRAP do início dos 70, sob a supervisão do Weffort com suas inquietudes relativas aos trabalhadores e ao populismo brasileiros do pós-guerra. Aí, em meio aos piores anos dourados e à efervescência intelectual daquela casa da rua Bahia, temperei a visão idílica e epopéica da classe trabalhadora que eu trazia comigo.

Após a prisão e o exílio, muitos países e anos depois, já de volta ao Brasil da anistia, depois de algum tempo desempregado fui trabalhar no IPARDES em Curitiba e retornei ao estudo sobre o mundo do trabalho, inscrevendo-me no curso sobre mercado de trabalho do PREALC-OIT, Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho. O retorno em 1981 ao Chile de Pinochet, depois de haver vivido a experiência da Unidade Popular entre 1972 e setembro de 1973, foi um intenso reviver de momentos que haviam sido extraordinariamente ricos

existencialmente e um choque em minha visão sobre a inexorabilidade da ascensão hegemônica do trabalho e dos trabalhadores. Quando não participava das aulas e seminários no PREALC, visitava amigos e companheiros e verificava a ruptura que uma primeira experiência liberal tinha sido capaz de realizar sobre as bases estruturais do movimento sindical. A classe trabalhadora chilena não havia sido "apenas" dominada pela repressão, ela tinha praticamente deixado de ser, de existir tal qual ela havia existido. As transformações estruturais que ocorriam na economia, no mercado de trabalho e na sociedade chilenas mudavam o eixo da acumulação e desestruturavam as bases materiais sob as quais se acentavam os trabalhadores chilenos. Tratou-se de uma primeira aproximação ao tema da tese, ainda limitada a uma das formas que pode assumir a desestruturação do trabalho, neste caso através da desindustrialização.

O terceiro momento ocorreria quando, voltando a São Paulo, passei a trabalhar no DIEESE. Os primeiros dois anos na PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, foram ricos em discussões e proposições que visavam captar através de indicadores e análises a extraordinária heterogeneidade de situações de ocupação e desemprego que o nosso padrão de desenvolvimento gerava até mesmo na região mais desenvolvida do país. Nos dois anos seguintes, trabalhando como economista em uma subseção de um importante sindicato da recém fundada

CUT (bancários de São Paulo) pude "participar" do salto que os trabalhadores realizavam no sentido de ampliar nacionalmente sua ação e organização para setores de "classe média", situação bastante distinta da ocorrida nos países avançados, e que apontavam para a crescente importância que o sindicalismo brasileiro assumiria na década de 80.

O quarto momento significativo na minha formação intelectual e o mais importante para a elaboração desta tese deu-se no Instituto de Economia da UNICAMP, inicialmente como aluno do Doutorado, depois como professor e pesquisador no CECON, e finalmente no processo de montagem e consolidação do CESIT, de suas atividades de pesquisa, docência e extensão.

Foram anos de debates, discussões e seminários que indicariam a necessidade de romper com os limites exclusivos do mundo do trabalho, inclusive para melhor entendê-lo, articulando as questões referentes ao mercado de trabalho com a política econômica, os trabalhadores e sua organização com a estrutura econômica do país, as características do trabalho com o particular padrão de desenvolvimento criado e, finalmente, deste com as transformações que ocorriam no mundo capitalista.

Depois de muito atraso na elaboração desta tese, quando menos esperava verifiquei que seu eixo básico estava constituído. O processo de transformações vivido pelos

países capitalistas avançados na década de 80 caracterizaria uma verdadeira Revolução Industrial e esta necessariamente transformava o mundo do trabalho, inicialmente nestes países e depois também nos outros. Muitos estudos atinentes à esta questão insistiam no seu caráter intrinsecamente virtuoso, o que me parecia uma mistura de demasiado otimismo e determinismo econômico, um empurrando o outro. Tratava-se, portanto, de tentar evitar esta armadilha e: a) reconstituir os principais movimentos que caracterizariam este "vendaval de destruição criadora" nas particulares condições em que ele se deu nesta nova versão de "modernização conservadora"; b) seus múltiplos efeitos sobre o mundo do trabalho e sobre as sociedades dos países avançados e c) quais os impactos deste movimento de transformações estruturais no Brasil, com suas específicas condições de desenvolvimento econômico-social.

Esta tese trata, portanto, deste processo de profundas mudanças no mundo do trabalho dos países avançados e de suas repercussões em um país tão particular como o Brasil.

Boa leitura !

---

---

CAPÍTULO 1

---

---

II REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

---

---

"In our century the great ideas of world history  
are not written by great minds, scholars, artists,  
not even great politicians,  
but rather by the people"

Karl Polanyi, 1923

---

### 1.1. DA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À CRISE DO ENTRE GUERRAS

A segunda grande onda de transformações capitalistas foi identificada com o nascimento da eletricidade, do motor à explosão, da química orgânica, dos materiais sintéticos, da manufatura de precisão e, marcando o segundo grande ciclo de crescimento industrial, foi considerada como uma Segunda Revolução Industrial.<sup>1</sup>

A configuração desta nova onda industrializante, sob um novo *paradigma tecnológico*,<sup>2</sup> com a incorporação de um agrupamento (*cluster*) de inovações concentrado no tempo e transformação da base técnica, redefiniria a estrutura produtiva e caracterizaria a primeira onda de industrializações atrasadas. Iniciada no século XIX ainda sob a hegemonia inglesa, "estas transformações pelas quais passava o capitalismo implicavam em alterações nos padrões de relações internacionais"<sup>3</sup> e era acompanhada em seu transcurso pela crescente concorrência internacional da futura

---

<sup>1</sup> A este respeito ver LANDES 1969, pg. 235.

<sup>2</sup> Na busca de um marco teórico para a dinâmica industrial e a partir da noção de paradigma científico de Thomas Kuhn, DOSI definiria os conceitos de *paradigmas* e *trajetórias tecnológicas* para captar as características principais do progresso técnico. Ver DOSI 1984, pgs. 13 a 22.

<sup>3</sup> BARBOSA DE OLIVEIRA 1985, pg. 237. Para uma análise do segundo processo de industrialização ocorrido no final do século passado, ver BARBOSA DE OLIVEIRA 1985, sobretudo Parte II.

potência hegemônica (EUA) e, em menor escala, da Alemanha.

Durante o período de sua gestação questionou-se a permanência do livre comércio que, à partir da Inglaterra, se espalhou durante o século XIX pelos países capitalistas mais avançados e que para POLANYI "foi o produto da ação deliberada do estado".<sup>4</sup> Estes países haviam aceito e propugnado o funcionamento econômico internacional baseado nas vantagens comparativas, que prometia maior riqueza agregada caso se especializassem de acordo às condições determinadas pelo mercado dominado pela Inglaterra. Com o agravamento da situação econômica mundial e sua cristalização na primeira grande crise propriamente capitalista (1873-96) emergiram questionamentos e políticas nacionais que iriam romper aquela tendência livre-cambista e, com exceção da Inglaterra, tenderiam a prevalecer nos demais países avançados o protecionismo e as demandas por tarifas ou outras formas de ajuda e/ou proteção de mercados setoriais e/ou nacionais.<sup>5</sup>

A grande crise do final do século XIX acelerou o desmoronamento da hegemonia industrial inglesa e de seu padrão tecnológico e produtivo, e orientou as alterações no modelo econômico vigente, transformações na política e um novo reordenamento social.

---

<sup>4</sup> POLANYI 1980, pg. 146.

<sup>5</sup> Ver GOUREVITCH 1986, pg. 120-12.

No entanto, este processo só culminou após a crise de 30 e a Segunda Guerra Mundial, com a plena constituição de um novo padrão de desenvolvimento sob uma nova hegemonia. Para POLANYI, este movimento lento e instável seria resultado da inevitável auto-proteção das sociedades contra a mercantilização da vida e a subordinação das relações sociais ao mercado, verdadeira "ameaça para os componentes humano e natural do tecido social". Este processo foi um "contramovimento que (...) teve todas as características inequívocas de uma reação espontânea", surgida em inúmeros pontos isolados e sem maior articulação, embora representando diferentes interesses afetados pelo mercado.<sup>6</sup>

Durante o período que vai do começo da II Revolução Industrial no último quarto do século XIX até a crise dos anos 30 deste século nos EUA, Alemanha e Suécia e a II Grande Guerra Mundial para os países europeus, este "movimento espontâneo", lento e instável de resistência ao liberalismo não foi capaz de romper o descompasso entre o emergente paradigma produtivo e tecnológico e as anteriores relações sociais, normas de consumo e relação salarial, nem tampouco consolidar um novo padrão de desenvolvimento.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> POLANYI 1980, pg. 153.

<sup>7</sup> Utilizo alguns conceitos básicos da escola francesa da regulação (E.R.), tais como relação salarial e normas de consumo. No entanto, considero que o primado do investimento e da inovação tecnológica na dinâmica econômica não

Faltavam ainda, portanto, condições para a sua expansão e generalização, sobretudo sua consolidação à partir de um núcleo hegemônico.

Desde as últimas décadas do século XIX o sistema capitalista potencializou sua expansão, tendo por base uma segunda onda de inovações e sua capacidade de aliar crescentemente a mais-valia absoluta e relativa. O acentuado processo de concentração e centralização do capital favoreceu o surgimento da grande empresa e da estrutura oligopólica que iria tornar rígidos os mecanismos de funcionamento dos mercados. Generalizou-se o uso da máquina em grandes unidades produtivas, tornando o trabalhador cada vez mais seu apêndice, reduzindo seu trabalho a gestos repetitivos e organizando o trabalho em equipes.

A "administração científica do trabalho", iniciada por TAYLOR, enquanto princípios de gerência e

---

permite o extraordinário privilégio dado à relação salarial no processo de acumulação capitalista realizado pelos autores vinculados a esta escola. Por um lado, exigiria uma maior diferenciação entre as características produtivas, tecnológicas e organizacionais e as relações sociais, salariais e de consumo. Neste sentido, um determinado padrão industrial contempla tanto as normas de produção, quanto as normas da inovação, do financiamento e da organização do trabalho. Este padrão, no entanto, poderia ou não se transformar em um padrão de desenvolvimento, onde aquelas determinadas normas se articulariam com as relações sociais, salariais, de consumo e com um determinado papel do Estado e das relações econômicas internacionais. A este respeito ver ERBER 1988 e 1990. Para uma crítica teórica à E.R. ver POSSAS 1988. No que se refere a uma crítica vinculada ao reducionismo dos padrões institucionais e distributivos a um padrão de acumulação que a E.R. promoveria ver MEDEIROS 1992, Parte I, Cap. II.

organização do trabalho, alcançaria seu auge nos EUA a partir das últimas décadas do século XIX, e se transformaria, segundo AGLIETTA, na resposta capitalista à autonomia relativa que os postos de trabalho ainda pudessem permitir aos trabalhadores.<sup>8</sup> Para BRAVERMAN, o *taylorismo* basear-se-ia em três princípios: a) a dissociação do processo de trabalho das qualificações dos trabalhadores; b) a separação da concepção e da execução do trabalho e c) o uso do monopólio sobre o conhecimento para controlar os distintos passos do processo de trabalho e seu modo de execução.<sup>9</sup> Para outros autores, tendo por base a análise da experiência norte americana, neste período consolidar-se-ia a "dominância de uma nova etapa na organização do processo de trabalho e da estrutura dos mercados de trabalho (...) a *homogeneização* do trabalho, uma tendência expansiva de redução dos trabalhos na economia a um denominador comum semi-especializado".<sup>10</sup>

No entanto, este novo paradigma produtivo e tecnológico, com um novo agrupamento de inovações e novas formas de organização do trabalho, não conseguia estabelecer macroeconomicamente "alguma correspondência entre a estrutura de salários, os padrões de consumo e a estrutura produtiva"

---

<sup>8</sup> AGLIETTA 1979, pgs. 99-93.

<sup>9</sup> BRAVERMAN 1974, pgs. 112-121.

<sup>10</sup> GORDON, EDWARDS e REICH 1982, pg. 100.

mantendo o sistema industrial em crise estrutural resultante de sua própria dinâmica<sup>11</sup> é dificultando sua generalização. Para HOBBSAWM, "o dinâmico e crescente complexo de indústrias mecânicas e elétricas refletiam com especial clareza suas dificuldades, porque nele as demandas e a estrutura do séc. XX chocavam-se frontalmente com os direitos adquiridos no séc. XIX".<sup>12</sup>

Em outras palavras, neste período inicial da Segunda Revolução Industrial ainda não se haviam criado novas formas que se contrapusessem à tendência ao desenvolvimento desigual do Departamento I, produtor de meios de produção, acelerado pelas novas forças produtivas, e mantêm-se até as primeiras décadas do século XX ciclos curtos e instáveis de crescimento, sem a plena definição de um novo padrão de desenvolvimento capitalista. Este processo e as dificuldades de regulação dinâmica do capitalismo encontrar-se-iam agravados pela acentuada concentração e centralização de capitais imposta pela crescente monopolização realizada com a emergência da Segunda Revolução Industrial. Para MARX, tratar-se-ia da expressão da "contradição inerente a este regime de produção capitalista" e da origem das crises que "consiste precisamente na sua tendência ao desenvolvimento absoluto das

---

<sup>11</sup> TAVARES 1981, pgs. 28-29.

<sup>12</sup> HOBBSAWM 1986, pg. 270.

forças produtivas, tendência que se choca constantemente com as condições específicas de produção dentro das quais se move...".<sup>13</sup>

No entreguerras, durante o "interregno entre a liderança inglesa e a norte-americana"<sup>14</sup> e ainda sem a definição de um novo padrão de desenvolvimento, a economia mundial fragmentou-se em vários blocos relativamente isolados e protegidos, onde cada "centro" articulava sua periferia em acordos monetários e tarifários próprios. Foi o caso, por exemplo, da "zona da libra" (Inglaterra e Commonwealth), do "bloco do ouro" (França, Itália, Polônia, Bélgica, Suíça), da "zona do dólar" (EUA, América Central e do Sul) e dos "regimes autoritários com políticas econômicas autarquizantes" (Alemanha, Japão e depois Itália).<sup>15</sup>

Desde meados da década de 20, o desenvolvimento do novo padrão tecnológico e produtivo em dissonância com a velha relação salarial baseada no contrato

---

<sup>13</sup> MARX 1975, vol. III, pg. 255.

<sup>14</sup> Segundo GILPIN, no entreguerras "a Inglaterra não tinha mais o poder para assegurar as responsabilidades da hegemonia nas áreas comercial, monetária e financeira; a emergente potência econômica dominante, os EUA, estava incapacitada ou sem desejar assumir o 'manto' da liderança econômica." Para BLOCK, neste período foi crescente o debilitamento da hegemonia inglesa e ainda hesitante a política norte americana, embora crescente seu poderio econômico-industrial. A este respeito, ver GILPIN 1991, pg. 130 e BLOCK 1977, pgs. 18-22.

<sup>15</sup> TEIXEIRA 1983, pg. 140.

individual de trabalho criava obstáculos ao seu próprio crescimento por debilitar e agravar a situação dos trabalhadores após a Primeira Guerra Mundial.

Por um lado, como observado por AGLIETTA, "esse debilitamento favorecia uma rápida concentração da distribuição da renda que permitia a criação de novos mercados de consumo, a estrita base social desses mercados não podia neutralizar por muito tempo o desenvolvimento desigual do Departamento I".<sup>16</sup>

Por outro, estas transformações e seus obstáculos permitiriam diversas experiências políticas e de governo capitaneadas por uma social-democracia que, oposta a esta dinâmica destrutiva, representava a expansão de uma base social de trabalhadores organizados e seu desejo crescente de maior participação econômica, social e política. Este "ingresso de grandes massas organizadas introduz na lógica do desenvolvimento uma variável decisiva, um elemento qualitativamente novo", ... "capaz de inverter "a 'tendência' ao empobrecimento" e levar "o movimento operário a significativas conquistas no campo salarial e legislativo".<sup>17</sup>

No entanto, embora apresentando conquistas

---

<sup>16</sup> AGLIETTA 1979, pg. 133.

<sup>17</sup> MARRAMAO 1982, pg. 155.

parciais e um extraordinário poder de pressão político e social, os trabalhadores e a social-democracia das primeiras décadas deste século mostrar-se-iam incapazes de oferecer uma alternativa política e econômica própria, quando colocados frente à necessidade de fazê-lo.<sup>18</sup> Neste sentido, abrem espaço ao nacional socialismo e, após sua derrota, ao keynesianismo do pós-guerra.

A violência e o "efeito dominó" da crise de 30 iria tanto ampliar esta dificuldade dos trabalhadores organizados em gerar políticas alternativas,<sup>19</sup> quanto desvendar a natureza e explosividade do desenvolvimento acelerado das forças produtivas sob o novo padrão tecnológico e de seu descompasso com a velha relação salarial e o padrão de consumo.

Mesmo crescentemente sob o domínio do capital e intermediado pela ascensão do nacional socialismo e pela II Grande Guerra, será cada vez mais difícil politicamente manter as características "selvagens" de um capitalismo cuja "desenfreada e generalizada concorrência entre empresas oligopolistas empurrava para cima os limites desejados ou tolerados de retenção de capacidade ociosa - sancionando a

---

<sup>18</sup> PARAMIO 1981, pgs. 47-48.

<sup>19</sup> Em oposição à tendência geral, a social-democracia sueca recupera a iniciativa política na década de 30 e torna-se de certa maneira precursora de políticas depois definidas como keynesianas.

super acumulação planejada com endividamento crescente até o paroxismo".<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> COUTINHO 1984, pg. 39.

---

## 1.2. CONFORMAÇÃO DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NORTE AMERICANO.

Os EUA, frente ao agravamento da crise e às ameaças de ruptura do seu tecido social e da institucionalidade, lançaram um ambicioso processo de reordenamento macroeconômico - o *New Deal* - na tentativa de romper a crise capitalista e o bloqueio comercial existente. No entanto, os EUA mantinham-se ainda no marco de seu tradicional isolacionismo. Foi somente com a II Grande Guerra, quando se somou o planejamento de guerra à maior coesão entre os interesses econômicos, financeiros e regionais norte americanos, que se rompeu este isolacionismo e se firmaram as bases da hegemonia industrial, tecnológica, financeira, agrícola e militar dos EUA.<sup>21</sup>

No imediato pós-guerra, entretanto, ainda sob o espírito de Yalta, os EUA "relembrando Versalhes" consolidariam sua posição no cenário internacional através da manutenção de um equilíbrio estático e subordinado da relação de forças com o resto do mundo, sobretudo com as nações derrotadas. Segundo KUTTNER, entre 1944-45 os EUA recaem em

---

<sup>21</sup> Para uma análise do conflito entre o Departamento de Estado e o Tesouro norte-americanos durante a II Grande Guerra e que refletia o choque entre as posições "isolacionistas" e "internacionalistas", ver BLOCK 1977 pgs. 32-69.

"impulsos tradicionais de isolamento e 'laissez-faire' e concepções paroquiais do interesse nacional".<sup>22</sup> No entanto, estas posições norte-americanas seriam questionadas pelo avanço da miséria, dos efeitos da destruição da guerra e pelo desemprego em expansão, em meio ao fortalecimento de movimentos contestatários à ordem vigente, ao crescimento de vários Partidos Comunistas europeus e da consolidação das posições soviéticas no leste europeu.<sup>23</sup>

O panorama internacional foi rapidamente alterado, sendo crescentemente dominado pela guerra fria e pela bipolaridade entre os EUA e a URSS. Os Estados Unidos apareciam ao mundo como o grande gigante super poderoso da esfera capitalista e a URSS, apesar das perdas sofridas durante o conflito militar, se industrializaria seguindo os padrões da Segunda Revolução Industrial e se constituiria na grande potência "socialista".

No final da década de 40, após um breve período de conflitos entre o Tesouro e o Departamento de Estado, os EUA mudam sua política relativamente aos países derrotados na II Guerra Mundial e à manutenção de um equilíbrio estático. A partir de então, sob a batuta do Plano Marshall e da Doutrina Truman e com o apoio dos recém criados

---

<sup>22</sup> A este respeito ver KUTTNER 1991, pg. 43.

<sup>23</sup> A este respeito, ver BLOCK 1977, sobretudo pgs. 70-86.

acordos e das instituições internacionais (Conferência de Bretton Woods, ONU, Banco Mundial, FMI, GATT, etc.), os EUA favoreceram a reconstrução econômica europeia e japonesa e o seu próprio rearmamento, como forma de elevar um dique aos avanços do comunismo,<sup>24</sup> em meio à crescente exportação de mercadorias norte-americanas e de endividamento financeiro de todo o mundo vis-à-vis os EUA. Logo após, as restrições e tarifas europeias tornariam seus mercados ainda mais atrativos à expansão das filiais das grandes empresas norte-americanas, intensificando a concorrência inter-capitalista sob hegemonia norte-americana.

As economias da Europa e do Japão são internacionalizadas, mas devido à proteção dos respectivos Estados nacionais foi assegurada a articulação e modernização de seus capitais nacionais (que também terminaram expandindo suas filiais aos outros países capitalistas) em "coexistência competitiva" com aqueles de origem americana. Expandiu-se, então, o padrão de produção industrial norte americano aos demais países capitalistas centrais<sup>25</sup> e, neste movimento,

---

<sup>24</sup> Paralelamente os EUA favoreceram toda espécie de esforços no sentido de dividir o movimento sindical dos países em que a esquerda era considerada forte, seja criando novas centrais sindicais ou isolando aquelas que insistiam em defender "a posição econômica da classe trabalhadora e em manter vivos os sonhos de reformas sociais significativas". A este respeito ver BLOCK 1977, pgs. 90-91.

<sup>25</sup> A semelhança e homogeneidade industrial alcançadas podem ser verificadas através da TABELA 1.1.

alcançou alguns países da periferia semi-industrializada como o Brasil.

Entre as principais características da estrutura produtiva que emergiu da II Revolução Industrial e que se consolidou e generalizou no pós-guerra encontravam-se:<sup>26</sup>

- A) rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade;<sup>27</sup>
- B) liderança do setor industrial;<sup>28</sup>
- C) neste, lideram aqueles setores vinculados à produção em massa de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), aos bens de capital e a química, em particular a petroquímica;<sup>29</sup>
- D) o subsistema de filiais das grandes empresas oligopólicas assume crescente importância e torna-se a face mais aparente do processo de internacionalização produtiva;
- E) o ritmo de crescimento do comércio internacional é mais intenso que o do

---

<sup>26</sup> A respeito destas diferentes características ver TEIXEIRA 1983, FAJNZYLBER 1983, GLYN et alii 1990 e GOUREVITCH 1991.

<sup>27</sup> Ver TABELA 1.2.

<sup>28</sup> Ver TABELA 1.1.

<sup>29</sup> Ver TABELA 1.1.

crescimento da produção industrial;<sup>30</sup>

- F) apesar do aumento do comércio internacional, é o mercado interno dos principais países capitalistas o principal responsável pelo crescimento econômico;<sup>31</sup>
- G) cresce a participação do emprego industrial e do emprego nos serviços (agora sob a "lógica industrial"), e continua caindo a participação do emprego agrícola nos mercados de trabalho nacionais;<sup>32</sup>
- H) acelera-se a mudança das fontes energéticas, com o abandono das fontes sólidas (carvão) e sua substituição pelo petróleo, cujo preço em queda no período favorece a expansão industrial.

---

<sup>30</sup> Ver TABELA 1.2.

<sup>31</sup> Ver TABELA 1.3.

<sup>32</sup> Ver TABELA 1.4.

**TABELA 1.1**  
**ESTRUTURA INDUSTRIAL - PAÍSES CAPITALISTAS AVANÇADOS**  
 (1955/1977)  
 (% do Produto Industrial, a preços de 1970)

<i>Região</i>	<i>Ano</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>(B+C+D)</i>	<i>E</i>
Amér.do Norte (EUA e Canadá)	1955	22	17	9	12	36	42
	1977	19	15	16	6	37	44
CEE	1960	28	14	9	10	35	38
	1977	22	14	15	8	37	42
Japão	1955	35	23	13	8	47	18
	1977	19	10	15	10	35	46

Notas: A - Alim., beb. e fumo, text., vest., calç., art. de couro e out.  
 B - Madeira e mobiliário., papel e impressão, prod. minerais não-metal.  
 C - Química, derivados de petróleo, borracha.  
 D - Metalurgia  
 E - Maquinária (elét. e não-elét.), equip. de transp., prod. de metal, instrumentos.

FONTE: FAJNZYLBER 1983, p. 23.

**TABELA 1.2**  
**CARACTERÍSTICAS DO CRESCIMENTO EM PAÍSES CAPITALISTAS**  
**AVANÇADOS EM DIFERENTES FASES,**  
 (1820 - 1979)  
 (média aritmética dos dados para cada país)

<i>Taxas de crescimento médias anuais compostas</i>					
<i>Fases</i>	<i>PIB</i>	<i>PIB per/cap.</i>	<i>FBCF<sup>a</sup></i>	<i>Vol. das export.</i>	
I	1820-70	2,2 <sup>b</sup>	1,0 <sup>b</sup>	-	4,0 <sup>c</sup>
	1870-1913	2,5	1,4,	2,9	3,9
II	1913-50	1,9	1,2	1,7	1,0
III	1950-73	4,9	3,8	5,5	8,6
IV	1973-79	2,5	2,0	4,4 <sup>d</sup>	4,8

Notas: <sup>a</sup> Estoque tangível e reproduzível de capital fixo não residencial  
<sup>b</sup> Média de 13 países capitalistas avançados  
<sup>c</sup> Média de 10 países capitalistas avançados  
<sup>d</sup> 1973-78

FONTE: MADISON 1982, cit. em GLYN et alli 1990, p. 42.

**TABELA 1.3**  
**PROPORÇÃO EXPORTADA DA PRODUÇÃO MANUFATUREIRA,**  
 (1899 - 1959)

(%)

	1899	1913	1929	1937	1950	1955	1959
Alemanha	31	31	27	15	-	-	-
Alemanha Fed.	-	-	-	17	13	19	23
EUA	5	5	6	5	5	4	4
França	33	26	25	12	23	18	18
Inglaterra	42	45	37	21	23	19	19
Japão	25	40	29	40	29	26	23

Nota: A preços constantes - 1955

FONTE: MAIZELS 1963, p.223, cit. em GLYN et alii 1990, p. 43

A depressão entre guerras, a II Grande Guerra e o surgimento da guerra fria alimentaram as condições da formação e expansão de um padrão de desenvolvimento norte-americano.<sup>33</sup> Este novo padrão de desenvolvimento, formado sobre a base da II Revolução Industrial, foi resultante, em última

<sup>33</sup> Dado que a definição da dinâmica da acumulação do padrão de desenvolvimento capitalista é determinada pela indústria de transformação (encadeamentos intra e inter setoriais, progresso técnico, e processo de trabalho paradigmático), tem sido comum, embora equivocado, o uso alternado de "padrão de industrialização" e "padrão de desenvolvimento". No entanto, o primeiro deveria ser reservado às relações estruturais da indústria de transformação e o último à um conjunto de relações entre agentes econômicos e sociais bastante mais complexas, onde se articulam também relações econômicas internacionais, papel e estrutura do Estado, relações sociais, salariais e padrão de consumo. Estas relações seriam capazes de assegurar, ao longo de um determinado período de tempo, a preservação da acumulação do capital e do poder político. (ERBER 1988, Caps. II e III e 1990b, pgs. 1-5) Os autores vinculados à escola francesa de regulação caracterizam o primeiro como *regime de acumulação*, relacionado à empresa capitalista, suas técnicas e métodos, e o segundo ao *modo de regulação*, um conceito mais amplo e com uma complexa rede de relações. (AGLIETTA 1979 e BOYER 1985)

instância, da reestruturação tecnológica, industrial, comercial e financeira do mundo capitalista que então emergia.

No entanto, a alteração da estrutura produtiva e tecnológica por si só não determinaria um novo modo de desenvolvimento e sua capacidade generalização. Em outras palavras, não existiria uma determinação econômica que orientasse a economia capitalista em torno de tal ou qual padrão de desenvolvimento. Pelo contrário, foi necessário, por um lado, que se consolidasse o "contramovimento espontâneo" da luta de classes e que este se tornasse capaz de impor mudanças na forma de gestão econômica, no papel e estrutura do Estado, na relação salarial e no padrão de consumo.<sup>34</sup> Por outro, foi necessário o exercício da liderança e da hegemonia norte americana.

Só então viria a se configurar este novo padrão de desenvolvimento, conformando um conjunto de relações

---

<sup>34</sup> A relação salarial capitalista é resultado da separação dos trabalhadores dos meios de produção e implicou na destruição das anteriores formas de consumo (vinculadas à família e à propriedade). Sua articulação com o paradigma tecnológico e produtivo resultante de cada Revolução Industrial, permite ou não a configuração de um padrão de desenvolvimento. Durante o período que primou o padrão de desenvolvimento inglês, constituído a partir da Primeira Revolução Industrial, a relação salarial caracterizou-se pela contratação individual e pela definição unilateral das condições e normas de trabalho. No padrão de desenvolvimento norte-americano, generalizado durante o século XX, a relação salarial irá assumir a forma da contratação coletiva através da negociação das condições de trabalho. Ambas as formas irão gerar diferentes padrões de consumo, de composição da cesta básica de consumo.

econômicas e sociais (tecnológica, produtiva, salarial, de consumo, internacional, papel do Estado, etc.) capaz de garantir por um determinado tempo a preservação do processo de acumulação de capital, de relações sociais e de poder político que iriam caracterizar os 25 anos seguintes.

Este quarto de século que se seguiu à II Guerra Mundial assegurou características inusitadas ao desenvolvimento capitalista, permitindo que se definisse este período como os "anos dourados" (na expressão anglo-saxã) ou "trinta anos gloriosos" (em versão francesa). A natureza e intensidade das características que o desenvolvimento capitalista assumiria neste período ocultariam a plena visão das condições extraordinariamente favoráveis em que estas se deram, assim como o relativamente breve período em que isto ocorreu, tendo como referência a história de cerca de três séculos de capitalismo.

Paralelamente à sua dimensão econômica e industrial *strictu sensu* este novo padrão de desenvolvimento pressupôs a ampliação e diversificação da intervenção do Estado. Uma nova forma de gestão tomou a seu cargo a reprodução da força de trabalho social e articulou com os sindicatos a compatibilização da gestão da força de trabalho aos ritmos e modalidades da acumulação, favorecendo, então, que os níveis salariais e de consumo se tornassem compatíveis

com o novo padrão tecnológico e de produção industrial de massas.

Efetivamente, após a crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial, embora com características históricas distintas, os principais países capitalistas iriam combinar objetivos políticos e econômicos através de uma mistura de mecanismos de mercado com estruturação e estabilização públicas. Estes processos foram crescentemente guiados por um modelo teórico de administração da demanda agregada imbricado à uma economia internacionalmente aberta.

No entanto, o diferente *timing* nesta adequação das normas de produção e de consumo tendeu a conformar características nacionais bastante distintas. Nos EUA os novos padrões tecnológicos e produtivos emergiram com bastante antecedência *vis-à-vis* a redefinição da relação salarial e dos padrões de consumo, enquanto na Europa do pós guerra, a conformação das normas de produção e de consumo deram-se mais ou menos ao mesmo tempo.

Nos EUA, este processo foi defasado no tempo. Após o acentuado crescimento da estrutura industrial e do paradigma produtivo tecnológico ocorrido desde o final do século XIX, somente a partir dos anos 30 deste século intensifica-se a adequação das normas salariais e de consumo, o que teria favorecido uma maior heterogeneidade produtiva e

tecnológica, uma maior segmentação do mercado de trabalho e uma maior precariedade do sistema de *welfare*. Na maioria dos países avançados da Europa, através da conformação relativamente integrada do novo modo de desenvolvimento no pós-guerra, teria sido favorecida uma maior homogeneização da estrutura produtiva, do mercado de trabalho e um sistema de *welfare* mais amplo e desenvolvido.<sup>35</sup>

Também o *mix* entre estruturação e mercado variou muito, no espaço e no tempo, dependendo seja de condições políticas, seja de condições históricas. Em termos gerais, no entanto, as condições econômicas, sociais e políticas dos "anos dourados" permitiram que esta resposta capitalista à crise, detonada pela aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, oferecesse a primeira e inusitada possibilidade do Estado capitalista buscar conciliar a propriedade privada dos meios de produção com o planejamento, com uma gestão mais democrática da economia e com uma intensa elevação do padrão de vida.<sup>36</sup>

Para isso, os trabalhadores reduziram, em maior ou menor grau, suas demandas por socialização da

---

<sup>35</sup> Mesmo onde este processo foi mais lento e se consolidou somente partir dos anos 60, como na França e na Itália, estas diferenças relativamente aos EUA permanecem, embora eventualmente menores.

<sup>36</sup> Este período é muitas vezes tomado como paradigmático, quando ele é, de fato, uma exceção no desenvolvimento capitalista.

propriedade, suas críticas da organização do trabalho e da ética capitalista do trabalho. Em troca, conquistaram uma maior socialização dos fluxos de renda e, como aponta GOUREVITCH, obtiveram "um sistema de *welfare*, salários mais altos, políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego, direitos sindicais para determinar o nível dos salários e direitos políticos para engajar-se em políticas nacionais". Por sua vez, "os empresários industriais aceitaram o maior papel dos trabalhadores e de suas organizações e de um maior grau de envolvimento do Estado na economia em troca da aceitação pelos trabalhadores da propriedade privada e do controle privado da economia".<sup>37</sup> Os agricultores, viram ambas as partes aceitarem suas reivindicações por estabilização pública de seus mercados, através de subsídios, preços mínimos, estoques reguladores, etc..

Este compromisso não reservou ao Estado nacional somente um papel ativo na administração macroeconômica. A base deste compromisso teve por eixo o pleno emprego, obtido através da administração da demanda, em especial dos gastos governamentais, e a redução das desigualdades, obtida através da rede de serviços sociais gerados pelo "Estado de Bem Estar".<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> GOUREVITCH 1986, pg. 179.

<sup>38</sup> PRZEWORSKI 1989, pg. 247.

Desta forma, embora com intensidades diferenciadas segundo as especificidades nacionais e distintos *timings* na articulação do padrão de desenvolvimento norte-americano, gerou-se uma maior homogeneidade do trabalho e das sociedades sujeitas a este padrão de desenvolvimento, generalizou-se a conformação de normas de trabalho e emprego relativamente padronizadas (*labour standards*),<sup>39</sup> aumentou-se diferentes formas de defesas ou segurança do trabalho (*labour security*)<sup>40</sup> e deslocou-se partes do custo de reprodução da força de trabalho para o Estado, através de políticas destinadas aos transportes urbanos, habitação, saneamento, urbanização, educação, saúde, etc..

A partir das políticas econômicas dos estados-nacionais destinadas a assegurar o pleno emprego, cresceu substancialmente o número de empregos gerados no período que se estenderá após a Segunda Guerra. No entanto, a continuidade

---

<sup>39</sup> Seja sob forma descritiva do bem-estar dos trabalhadores em um determinado momento e localização histórica, seja sob a forma normativa e prescritiva, *labour standards* refere-se à dinâmica e formas do "emprego e do desemprego, níveis salariais, *fringe benefits* e prêmios, estado da seguridade social, segurança no emprego, segurança e saúde ocupacional, e o nível de qualificação e competência da força de trabalho". SENGENBERGER 1990, pgs. 1-2.

<sup>40</sup> O conceito de segurança no trabalho e seu oposto, insegurança do trabalho, são utilizados em diversos trabalhos de Guy Standing. Esta segurança opera-se a diferentes níveis: segurança no mercado de trabalho, segurança no emprego, segurança na renda, segurança na contratação e segurança na representação. A este respeito ver a coletânea organizada por STANDING e TOKMAN 1991 e STANDING 1990 e 1991.

das transformações estruturais do mercado de trabalho dos países avançados aprofundou as diferenças no que diz respeito à participação dos diferentes setores econômicos no emprego total. Em 1960 o emprego total entre os países membros da OCDE dividia-se em 21,6 % na agricultura, 35,3 % na indústria e 43,1 % nos serviços. Em 1979 a repartição do emprego constituía-se em 9,9 % na agricultura, 34,1 % na indústria e 55,9 % nos serviços.<sup>41</sup> A continuidade da redução do emprego agrícola foi mais que compensada pelo crescimento do emprego nos serviços, enquanto a participação do emprego industrial estagnava, quando não se reduzia.

**TABELA 1.4 A**  
**EMPREGO POR SETOR, PAÍSES SELECIONADOS**  
(1870 - 1973)  
(em % do emprego total)

		1870	1960	1973
<b>Alemanha</b>	Agricult.	49,5	13,8	7,3
	Indústria	28,7	48,2	46,6
	Serviços	21,8	38,0	46,1
<b>EUA</b>	Agricult.	50,0	8,0	4,1
	Indústria	24,4	32,3	32,3
	Serviços	25,6	59,7	62,4
<b>França</b>	Agricult.	49,2	21,4	11,0
	Indústria	27,8	36,2	38,6
	Serviços	23,0	42,4	50,3

**FONTE:** MADISON 1984, cit. em GLYN et alii 1990, pg. 44.

<sup>41</sup> Para alguns países avançados ver Tabela 1.4. Os dados agregados dos países membros da OCDE provêm de OCDE 1991 b, pgs. 40-41.

**TABELA 1.4 B**  
**EMPREGO POR SETOR, PAÍSES SELECIONADOS**  
 (1870 - 1973)

(em % do emprego total)

		1870	1960	1973
Inglaterra	Agricult.	22,7	4,1	2,9
	Indústria	42,3	47,8	42,0
	Serviços	35,0	48,1	55,1
Japão	Agricult.	72,6	30,2	13,4
	Indústria	-	28,5	37,2
	Serviços	-	41,3	49,3

**FONTE:** MADISON 1984, cit. em GLYN et alii 1990, pg. 44.

No período 1960-79, o crescimento médio do emprego nos serviços alcançou 2,5% ao ano para os países da OCDE e 1,8 % na CEE, enquanto a indústria apresentava crescimento praticamente nulo na CEE e pouco significativo no conjunto dos países da OCDE.<sup>42</sup>

O acentuado crescimento do emprego nos serviços, no entanto, merece ser melhor observado. Por um lado, a ampliação dos gastos sociais já vinha se dando antes mesmo da plena configuração do *welfare* no pós-guerra, sobretudo para os EUA e Suécia. A intensificação dos gastos sociais na maioria dos países capitalistas avançados após a II

<sup>42</sup> O desempenho positivo do emprego na indústria para os países da OCDE é resultado da continuidade do crescimento do emprego industrial norte-americano (cerca de 1,5 % no período 1960-79). A este respeito ver Tabela 1.6.

Grande Guerra iria efetivamente favorecer o maior e sistemático crescimento do emprego no setor público e, conseqüentemente da participação do emprego público no total empregado.<sup>43</sup>

**TABELA 1.5**  
**TRANSFERÊNCIAS DA SEGURIDADE SOCIAL<sup>1</sup> E GASTOS**  
**CORRENTES GOVERNAMENTAIS<sup>2</sup> COMO PERCENTAGEM DO PIB,**  
(CEE E OCDE - 1960 - 1979)

(em %)

	1960-67	1968-73	1974/79
<b>CEE</b>			
• Seguridade Social	10,6	12,4	15,1
• Gasto público corrente	29,0	32,3	38,8
<b>OCDE</b>			
• Seguridade Social	7,3	9,1	11,9
• Gasto público corrente	25,8	28,5	33,2

Nota: 1 Transferências de seguridade social: benefícios de seguridade social (doença, velhice, família, etc.), assistência social e benefícios sociais pagos pelos empregadores.

2 Gastos correntes governamentais: consumo final, juros da dívida pública, subvenções e transferências de seguridade social às famílias.

FONTE: OCDE 1991 b, pgs. 67 e 75.

A dinâmica do emprego no pós-guerra em praticamente todos países avançados, permitiu a incorporação ao mercado de trabalho urbano tanto de suas populações quanto dos migrantes que a estes países se dirigiram em busca de trabalho. Esta dinâmica não foi, no entanto, basicamente

<sup>43</sup> No final da década de 70 a parte do emprego no setor público no emprego total alcançava 30,4% na Suécia, 21,1% na Inglaterra 15,4% nos EUA. A este respeito ver TABELA 1.7.

determinada pelo baixo crescimento do emprego industrial,<sup>44</sup> ainda que o emprego neste setor, na maioria dos países, só apresente taxas de crescimento negativas em meio à crise da década de 70.<sup>45</sup> De fato, o crescimento do emprego no pós-guerra foi assegurado, por um lado, pelo significativo crescimento do emprego nos serviços privados, cuja expansão foi mais intensa que a do emprego industrial, impactando positivamente na geração total de empregos. No entanto, por outro lado, foi o emprego no setor público que apresentou maiores taxas de crescimento na grande maioria dos países membros da OCDE.

As exceções correspondem ao desempenho do emprego nos EUA e no Japão. Os EUA, além de manter sempre positivo o crescimento do emprego industrial, contrariamente à maioria dos outros países, apresentou a partir dos anos 70 um desempenho positivo mais intenso do emprego nos serviços privados. No Japão, o crescimento do emprego dos serviços privados foi superior ao emprego no setor público em dois sub-

---

<sup>44</sup> Utilizo aqui os dados e as definições da OCDE. O Setor Industrial contempla exclusivamente a indústria manufatureira ou de transformação. Nos Serviços Privados estão o comércio atacadista e varejista, transportes e comunicações, atividades financeiras, seguros, serviços imobiliários, serviços coletivos, sociais e pessoais, inclusive os domésticos. O Setor Público, por sua vez, contempla as atividades cobertas pela Administração Pública em seus diferentes níveis (central, estadual ou provincial e local). Não contempla, portanto, as empresas e sociedades públicas que produzem e vendem bens e serviços em um mercado, o que significa que os dados não dão uma idéia completa da amplitude e do crescimento do emprego na totalidade do setor público. A este respeito, ver OCDE 1982 e 1991 b.

<sup>45</sup> Com a exceção da Inglaterra, em notório processo de desindustrialização e em menor escala da Suécia.

períodos.<sup>46</sup>

**TABELA 1.6**  
**TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE**  
**TRANSFORMAÇÃO, SERVIÇOS PRIVADOS E SETOR PÚBLICO**  
 (1960-1979)

(média anual em %)

	1960-68			1968-73			1973-79		
	I	S	P	I	S	P	I	S	P
Alemanha	0,3	1,0	3,7	0,9	1,7	3,8	-1,4	1,1	2,3
EUA	2,3	2,5	4,0	0,2	3,4	0,5	1,1	3,2	1,4
França	0,5	2,5	-	2,1	2,6	-	-0,9	2,1	-
Inglater.	-0,3	1,3	2,5	-1,0	1,5	2,5	-1,1	1,4	1,5
Itália	0,8	1,4	-	0,4	1,3	-	0,2	2,7	2,7
Japão	4,1	2,8	2,4	2,0	2,4	2,5	-1,3	2,2	1,9
Suécia	0,1	2,0	5,2	-1,3	3,2	6,3	-0,6	2,9	4,9
CEE	0,5	1,7	2,1	0,6	1,9	3,4	-0,9	1,7	2,2
Total OCDE	1,6	2,3	3,1	0,8	2,7	2,4	-0,4	2,5	2,1

Nota: P = Administração Pública; I = Indústria de Transformação e S = Serviços Privados

FONTE: OCDE 1991 b, pgs. 32-34.

**TABELA 1.7**  
**PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,**  
 (1960-1979)

( % do emprego total)

	1960	1968	1974	1980
Alemanha	8,0	10,9	13,0	14,6
EUA	14,7	17,0	16,1	15,4
França	-	-	-	20,0
Inglaterra	14,8	17,5	19,6	21,1
Itália	-	-	13,4	14,5
Japão	-	-	6,3	6,7
Suécia	12,8	18,4	24,8	30,4

FONTE: OCDE 1991 b, pg. 40-42.

<sup>46</sup> Em estudo contemplando 11 países membros da OCDE e não havendo dados para os primeiros sub-períodos para o Japão, os EUA foram considerados o único país cujo crescimento do emprego privado foi maior que o crescimento do emprego público. A este respeito, ver OCDE 1982, pg. 19.

O crescimento mais que proporcional do emprego nos serviços e na indústria nas primeiras décadas do pós-guerra relativamente à queda da agricultura, favoreceu uma rápida redução do desemprego. Os níveis do desemprego haviam se tornado insustentáveis desde a crise de 30, apenas diminuindo durante a Segunda Guerra. A partir do final da década de 40 e do início dos anos 50, as taxas de desemprego iniciaram uma tendência à queda, atingindo níveis até então inimaginados. O desemprego remanescente foi então caracterizado como de caráter "friccional" e apenas resultante da rotatividade do trabalho e do tempo de busca de trabalho. Com a redução do desemprego foi assegurada a ampliação da segurança no mercado de trabalho.<sup>47</sup>

**TABELA 1.8**  
**TAXAS MÉDIAS DE DESEMPREGO**

	( % da pop. ativa total)				
	1921/29	1930/38	1950/59	1960/67	1968/73
<b>Alemanha</b>	9,2	21,8	4,9	0,8	0,8
<b>EUA</b>	5,1	14,5	4,5	5,0	4,6
<b>França</b>	3,8	10,2	1,8	1,5	-
<b>Inglaterra</b>	8,3	11,7	1,4	1,5	2,4
<b>Itália</b>	3,3	9,6	10,1	4,9	5,7
<b>Japão</b>	-	4,9	2,2	1,3	1,2
<b>Suécia</b>	14,2	15,8	2,2	1,6	2,2

**FONTE:** Anos 1921/29, 1930/38 e 1950/59 NEWELL e SYMONS 1990, p. 357; anos 1960/67 e 1968/73 OCDE 1991, p. 43.

<sup>47</sup> A segurança no mercado de trabalho é definida por STANDING como uma noção histórica (portanto em evolução e ampliada ao longo do pós-guerra) e resultante do compromisso de praticamente todos os governos com o pleno emprego. A este respeito, ver STANDING 1991, pgs.3 e 4.

Este conjunto de elementos (redução da população e do emprego agrícola, crescimento inicial do emprego industrial e sistemático do emprego nos serviços) manteve a tendência de crescimento do volume de trabalhadores. Com o crescimento relativo e absoluto do número de trabalhadores observado no pós-guerra, os trabalhadores dos países avançados conquistaram uma maior *segurança no emprego*,<sup>48</sup> obtendo através da legislação ou de negociações coletivas diversos instrumentos de garantia do emprego.

Este processo, ao dar-se paralelamente a situações próximas ao pleno emprego, também acentuou o deslocamento migratório para alguns países avançados. No caso da Europa, exportadora de mão-de-obra do século XIX até meados do século XX, observou-se a inversão dos fluxos migratórios. Para BRAVERMAN, nos países avançados durante o pós-guerra haveria a tendência à suplementação da população excedente relativa, "produto *natural* da acumulação do capital", com outras fontes de trabalho, oriundas de países atrasados, antigas colônias, etc..<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Trata-se da maior segurança dos trabalhadores *vis-à-vis* a demissão arbitrária. Inicialmente, a segurança no emprego foi obtida através de legislação protetora e da imposição de custos suplementares aos empregadores, sendo que, posteriormente, foi ampliada ao promover a "discriminação positiva" visando assegurar o emprego para setores sociais mais vulneráveis. A este respeito, ver STANDING 1991, pg. 5.

<sup>49</sup> BRAVERMAN 1974, pg. 384.

No entanto, o declínio "relativo" da indústria vis-à-vis o emprego nos serviços, observada desde o início do século XX e que se intensifica após a II Guerra Mundial, gera uma menor participação relativa dos operários e trabalhadores na indústria manufatureira, compensada pelo aumento do emprego em serviços pessoais, vendas e, sobretudo, em escritórios.<sup>50</sup>

Com a constituição e generalização do novo padrão de desenvolvimento, os princípios *tayloristas* de organização do trabalho, que vinham se impondo desde fins do século XIX depois de emergirem conjuntamente com os paradigmas produtivos e tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, são consolidados na indústria com a crescente utilização da cadeia de montagem semi automática e cada vez mais expandidos para os serviços.

No entanto, não se trata apenas de expansão do *taylorismo*, como pretendido por BRAVERMAN, mas de uma outra forma de organização do trabalho, agora articulada com a produção em massa de produtos de consumo standardizados. O *fordismo*, enquanto estratégia de organização e racionalização da produção, orientou-se para a produção em massa de produtos tecnologicamente complexos, utilizando-se de economias de

---

<sup>50</sup> BRAVERMAN 1974, pgs. 378-386.

escala e inovações no produto e técnicas de montagem.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> A este respeito ver WOOD 1989, pg. 11.

---

### 1.3. RELAÇÃO SALARIAL E PADRÃO DE CONSUMO

O novo padrão de desenvolvimento, generalizado aos países capitalistas avançados após a afirmação da hegemonia norte americana no pós-guerra renovou a relação salarial e o padrão de consumo e rearticulou-os com os padrões tecnológicos e produtivos emergidos da II Revolução Industrial.

Para AGLIETTA, a relação salarial estaria intimamente vinculada à forma de extração da mais-valia, cujos limites de expansão criariam novas condições de produção com a introdução de novas tecnologias.<sup>52</sup> Para ele, portanto, a superação da mais valia absoluta, característica do século XIX, e a utilização plena da mais valia relativa no século XX impôs novas tecnologias e nova relação salarial, de maneira a melhor vencer as crescentes resistências sindicais. Neste sentido, sua posição se assemelha à de MARGLIN, que considera que no sistema capitalista a divisão do trabalho e a inovação tecnológica são resultante da necessidade de vencer a resistência dos trabalhadores, "dividindo para reinar".<sup>53</sup>

Não obstante a diferenciação da relação

---

<sup>52</sup> AGLIETTA 1979, pgs. 34-35.

<sup>53</sup> MARGLIN 1980, pgs. 39-77.

salarial segundo as características do movimento sindical, da organização patronal e das formas que a intervenção do Estado adotará nos diferentes países, consideramos que a relação salarial terá características comuns em cada padrão de desenvolvimento.<sup>54</sup>

No entanto, não existiriam imposições ou determinações econômicas a que se articulasse uma nova relação salarial ao padrão industrial e tecnológico emergente. Na verdade a relação salarial poderia ou não se vincular macroeconomicamente ao padrão tecnológico e produtivo, não existindo uma determinação *à priori*. Em caso positivo, esta articulação poderia se dar dentro de um marco comum mas segundo as especificidades nacionais (forma de organização sindical e patronal, maior ou menor intervenção do Estado, características do *welfare*, etc.), criando-se, então, as condições para a configuração de um novo padrão de desenvolvimento e um novo ciclo de crescimento. Em caso negativo, seria mantida a velha relação salarial, cuja contradição com os novos padrões tecnológicos e produtivos terá as devidas consequências sobre a estabilidade e o ritmo do crescimento futuro.

O surgimento de um agrupamento de inovações tecnológicas no processo produtivo, por sua vez, não pode ser

---

<sup>54</sup> A este respeito ver TABELA 1.10.

entendido como uma variável exógena, tão ao gosto da tradição neoclássica, ou como um expediente "anti-sindical", como apontado por AGLIETTA e MARGLIN.

Consideramos que a procura sistemática de inovações constitui um elemento dinâmico do desenvolvimento capitalista e é impulsionada pela concorrência inter-capitalista, permanente no regime capitalista de produção. Um novo *paradigma tecnológico* surge das sendas abertas pelo desenvolvimento científico no marco das dificuldades e contradições (de mercado, institucionais e socio-políticas) levantadas ao longo de uma *trajetória tecnológica*.<sup>55</sup> No entanto, embora o móvel da inovação tecnológica seja a dinâmica da acumulação na busca incessante da maior valorização possível do capital, esta termina por mover-se contra os trabalhadores como resultado da sua apropriação privada. A introdução da inovação tecnológica transforma-se em "potência hostil ao operário" porque utilizada "tendenciosamente" pelo capital. Não sem razão, MARX aponta que então as máquinas se converteriam em uma "arma poderosa" e repressora dos "movimentos desatados contra a autocracia do capital".<sup>56</sup>

A maior articulação do *contramovimento* que se

---

<sup>55</sup> A este respeito ver DOSI 1984, pgs. 13-22.

<sup>56</sup> MARX 1975, vol. I, pg. 361.

opunha ao liberalismo econômico do século XIX e o fortalecimento de uma classe trabalhadora industrial de massas e de suas lutas sindicais (que até então estiveram centradas na redução da extensa jornada de trabalho), favoreceram a intensificação do questionamento da relação salarial constituída sob o padrão de desenvolvimento inglês. Esta relação salarial tinha como eixo a contratação individual e a fixação unilateral por parte dos empregadores das normas e/ou condições de trabalho (de salário, tempo de trabalho, ritmos, organização, etc.).

No entanto, seria somente após a I Guerra Mundial que surgiriam as primeiras formas de um marco jurídico-legal que iria - no pós-guerra - assegurar a superação da relação salarial resultante do processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção e das condições que emergiram da Primeira Revolução Industrial. Este marco jurídico-legal, a contratação coletiva, esteve intimamente vinculado à resposta que trabalhadores e empresários das sociedades capitalistas, sob o impacto das transformações tecnológicas e produtivas da II Revolução Industrial, dariam às dramáticas consequências econômicas e sociais deixadas pelo liberalismo do século XIX e pela crise de 30.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Os organismos internacionais, sobretudo a O.I.T. - Organização Internacional do Trabalho, tiveram um importante papel no sentido de

A contratação coletiva, enquanto forma negociada das condições de trabalho (*lato sensu*) entre trabalhadores e empresários, foi fundamental no sentido de assegurar a elevação do poder aquisitivo dos salários segundo o ritmo da acumulação e da produtividade<sup>58</sup> ("rigidez à baixa") e de ampliar a segurança no trabalho. A contratação coletiva, ao mesmo tempo em que foi mais flexível que a simples legislação, também facilitou o cálculo e a planificação capitalista, na medida em que o horizonte produtivo ficou menos incerto, orientado que foi pelo resultado das negociações.

Para AGLIETTA, "a rigidez do salário nominal garante a continuidade de um processo de consumo dominado pelas mercadorias produzidas em massa" e torna-se "o suporte básico da socialização do consumo que evita uma deficiência cumulativa da demanda efetiva...".<sup>59</sup>

O salário, então determinado através da contratação coletiva, deixou de ser considerado exclusivamente

---

favorecer a existência de um "conceito unitário" e à sua generalização, independentemente das diferenças históricas nacionais. A este respeito, ver SIQUEIRA 1991, pg. 39.

<sup>58</sup> Ademais de relacionado à elevação da produtividade e à dinâmica da acumulação, os salários nominais serão crescentemente indexados aos preços, seja através de negociações sistemáticas, seja através da escala móvel.

<sup>59</sup> AGLIETTA 1979, pg. 158.

um custo para as empresas, tornou-se crescentemente um elemento da demanda global, e, conjuntamente com a legislação do salário mínimo, teve importante papel na elevação do padrão de consumo. Nos anos 50 e 60 nos principais países capitalistas avançados os salários e seu poder aquisitivo cresceram "de maneira considerável e quase ininterrompida".<sup>60</sup>

Nos EUA, por exemplo, os salários semanais reais entre 1947 e 1973 aumentaram em média ao elevado ritmo de 1,84% ao ano. Este processo, associado à maior participação das mulheres no mercado de trabalho, permitiu o crescimento médio anual da renda familiar de 2,72% a.a. e uma melhora na distribuição familiar da renda.<sup>61</sup>

**TABELA 1.9**  
**REPARTIÇÃO DA RENDA FAMILIAR,**  
EUA, 1950/1975  
(em % do número total de famílias)

Ano	Quartil inferior	2º Quint.	3º Quint.	4º Quint.	Quartil superior	5%+ ricos
1950	4,5	12,0	17,4	23,4	42,7	17,3
1955	4,8	12,3	17,8	23,7	41,3	16,4
1960	4,8	12,2	17,8	24,0	41,3	15,9
1965	5,2	12,2	17,8	23,9	40,9	15,5
1970	5,4	12,2	17,6	23,8	40,9	15,6

FONTE: Bureau of Census, Current Pop. Report p. 60, n. 167; citado em PETERSON 1992, pg.5.

Na Europa, o crescimento anual médio dos

<sup>60</sup> OIT 1984, pg. 148.

<sup>61</sup> PETERSON 1992, pgs. 3-5.

salários reais foi ainda mais intenso. Entre 1960 e 1973, a taxa média anual de crescimento do salário real para a França foi de 5,0%, para o Reino Unido 3,3%, para a Itália 6,5% e para a Alemanha Ocidental 5,3% ao ano.<sup>62</sup>

A contratação coletiva, embora crescentemente generalizada em seus princípios básicos durante os "anos dourados", irá apresentar variações segundo as distintas formas da organização sindical, patronal e do Estado dos vários países.

Na Europa, apesar destas variações, a contratação coletiva valorizou a centralização das negociações, com entidades empresariais e sindicais relativamente fortes, estruturadas nacionalmente, ainda que com formas e articulação variadas (a nível setorial, regional ou nacional). A contratação coletiva mais centralizada favoreceu uma maior solidariedade social, emprego e trabalho relativamente padronizados, distribuição da renda mais igualitária e um desenvolvimento mais homogêneo, com um welfare tendencialmente geral e completo (embora com diferenças importantes entre os países "continentais" e os da área "anglo-escandinava").

Nos EUA a situação verificada foi inversa da observada na Europa. Resultado da fraca organização

---

<sup>62</sup> BOYER 1986, pg. 29

empresarial horizontal nacional, dedicadas sobretudo ao "lobby" político, e de sindicatos que não se reergueram depois de sofrerem as limitações impostas pelo Taft-Hartley Act e os efeitos da guerra fria, a contratação foi realizada em sua maioria a nível das empresas ou até mesmo de setores de uma empresa, favorecendo a maior heterogeneidade social, maior rotatividade, maior dispersão salarial, distribuição desigual da renda e um sistema de *welfare* menos solidário e generoso.

**QUADRO 1.1 (A)**  
**QUADRO SINTÉTICO DE MODALIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA**  
**RELAÇÃO SALARIAL DE PAÍSES AVANÇADOS NO PÓS-GUERRA**

	ALEMANHA	EUA	FRANÇA
<b>Organiz. Sindical</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- forte unicidade, org. e estrutura nacional. Sind. nacionais por setor industrial. Central sindical mais importante: DGB.</li> <li>- Alta taxa de sindicalização. (1970: 36%)</li> <li>- 90% dos trab. são aparados por contratos coletivos</li> <li>- Org. no local de trabalho (CLT) garantida por lei, representação nos Conselhos de Administração das empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sindicatos cooperativos e até recente sob efeito da guerra fria, org. média, por fábrica.. Central sindical preponderante: AFL-CIO.</li> <li>- Taxa de sind. média (1970: 30%)</li> <li>- Apenas 30% dos trabalhadores encontram-se sob contr. coletiva.</li> <li>- CLT subordinada às definições no contrato coletivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização historicamente fraca, com concorrência entre sindicatos e centrais rivais. As mais importantes são: CGT e CFT</li> <li>- Taxa de sindicalização baixa (1970: 22%)</li> <li>- 45% dos trabalhadores aparados por contratos coletivos.</li> <li>- CLT nos setores fordistas tradicionais.</li> </ul>
<b>Organiz. Patronal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte, organiz. nacionalmente e dispõe de poder e alta capacidade de representação e adesão.</li> <li>- Cinco tipos de organizações, com variadas funções (estratégicas, negociação, regulação, formação): nacionais monopólicas, horizontais, setoriais, de "lobby" e regionais agregadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte organiz. nacionalmente, dedicando-se basicamente ao "lobby", tem baixa capacidade de representação e adesão.</li> <li>- Não participa das negociações coletivas, org. por setor, subsector e tipo de produto.</li> <li>- Sem entidade congregadora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura relativamente pequena e sem grandes poderes.</li> <li>- Dividido em tendências e organismos distintos.</li> </ul>
<b>Organiz. do Estado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não participa das relações contratuais entre patrões e trabalhadores</li> <li>- É parceiro em acordos sociais tripartites p/ políticas de longo prazo</li> <li>- Estado forte, atuante, regulador: define regras do jogo, garante a organização e reconhece representação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interviu na formação e org. sindical: Wagner e Taft-Hartley Acts.</li> <li>- Garante padrões mínimos de salário e condições de trabalho, mas não participa em acordos tripartites.</li> <li>- Regularizador indireto e fraco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado presente, quase todos acordos nacionais são tripartites.</li> <li>- Historicamente impulsor de mudanças, pela lei ou regulamentos públicos.</li> </ul>
<b>Contrato Coletivo de Trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possível em todos níveis. Responde a contratação por região, por ramo de atividade e/ou categoria</li> <li>- Contrato Coletivo nacional regula contratos por setor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Basicamente por empresa, quando existente.</li> <li>- Preponderante nos chamados setores fordistas. Nos outros o determinante ainda são os contratos individuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continência dos acordos setoriais ou inter-setoriais nacionais, com poucas negociações por empresa.</li> <li>- Lei tem função central.</li> </ul>
<b>Formação dos Salários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtividade considerada implicitamente em escala nacional.</li> <li>- Proibição de quaisquer formas de indexação aos preços. Na prática: negociações ex-post não-implícitas.</li> <li>- Consideradas as condições gerais do mercado de trabalho na conjuntura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cláusulas explícitas de indexação, sobretudo nos contratos mais longos.</li> <li>- Condições do mercado de trabalho são consideradas na avaliação da empresa.</li> <li>- Mínimos definidos pelo Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governo reconhece o princípio da divisão dos "dividendos do progresso", com políticas de sal. mínimo (SMIC) e salariais do setor público em consonância.</li> <li>- Indexação ilegal, mas cada vez mais praticada desde os anos 60.</li> </ul>
<b>Definição Políticas Públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizações de trabalhadores e de empresários colaboram com Estado nas políticas econômicas e sociais estratégicas (políticas sociais, industriais e de formação profissional).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado intervém relativamente menos nas políticas setoriais, estratégicas e públicas, com preponderância nas políticas sociais (ed. e saúde) e na industrial (via gastos militares)</li> <li>- Participação de trabalhadores e empresários através de "lobbys"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado define políticas públicas com consultas aos setores envolvidos.</li> </ul>
<b>Seguridade e Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão geral, com nível de prestação de serviços acima da média da OEE, exceto no Seguro-Desemprego.</li> <li>- Financiamento sobretudo dos empregadores, com participação menor de segurados e contribuição pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão parcial e fraco nível de prestação de serviços.</li> <li>- O financiamento é realizado através de contribuições de empregados e empregadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão crescente, com prestação de serviços acima da média da OEE.</li> <li>- Financiamento realizado predominantemente através de contribuições de empregadores, com part. menor de segurados e do Estado</li> </ul>

FONTE: BOYER 1986 p. 22-23; JAPAN INSTITUTE OF LABOR 1986 e 1992; LEITE e SILVA 1991; OIT 1975 e 1986; MATHIEU e WACHENDORFER 1992.

**QUADRO 1.1 (B)**  
**QUADRO SINTÉTICO DE MODALIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA**  
**RELAÇÃO SALARIAL DE PAÍSES AVANÇADOS NO PÓS-GUERRA**

	<b>ITÁLIA</b>	<b>JAPÃO</b>	<b>SUÉCIA</b>
<b>Organiz. Sindical</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sindicatos profissionais e industriais dependem do ramo e várias centrais ideológicas; principais são CISL e CGIL.</li> <li>- Períodos de maior unidade e força alternam com outros de maior divisão e declínio.</li> <li>- Alta taxa de sindicalização (1970: 41%)</li> <li>- CILs garantidas por lei, eleições diretas e acesso às informações das empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraca org. nacional, org. por empresa nas grandes empresas. Nas peq. e médias a contratação é basicamente individual.</li> <li>- Centrais sindicais são preponderantes no serviço público.</li> <li>- Espírito cooperativo e sob efeito da guerra-fria.</li> <li>- Taxa de sindicalização média/alta (1970: 36%), mas apenas 25% dos trab. sob a contratação coletiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Historicamente forte org. sindical nacional e com intensa solidariedade social. Central de trabalhadores desde 1899 (L.O.)</li> <li>- Elevadíssima taxa de sindicalização (1970: 74%).</li> <li>- CIL extensa e com acesso às informações das empresas.</li> <li>- Mais de 90% dos trabalhadores são amparados pela contratação coletiva</li> </ul>
<b>Organiz. Patronal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização forte, mas com freqüente oposição entre holdings públicas e empresas particulares.</li> <li>- Participam em acordos sociais tripartites.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizado nacionalmente, forte e em permanente negociação com o governo.</li> <li>- Predominância das organizações por complexos setoriais e horizontais.</li> <li>- Alta capacidade de representação e de assegurar acesso de seus membros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização nacional forte e com longa tradição em negociações diretas com os trabalhadores</li> </ul>
<b>Organiz. do Estado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado com autonomia restrita e interpenetração clientelista com interesses particulares, mas regulador e ativo em resposta às lutas operárias.</li> <li>- Alta incidência de acordos tripartites nacionais e setoriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado forte e atuante, em cooperação estreita com as orgs. patronais nas estratégias setoriais e macroeconômicas.</li> <li>- Interfere ativamente na organização industrial e na articulação dos interesses industriais e financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado forte na definição pactuada de políticas setoriais, estratégicas e sociais (Welfare State).</li> <li>- Predomínio das negociações coletivas sem participação do Estado</li> </ul>
<b>Contrato Coletivo de Trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possível em todos os níveis com predominância por ramo de atividades/categoria.</li> <li>- Inicialmente profundamente centralizada e após anos 60 negociação articulada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação coletiva só por empresa, ainda que o nível salarial das grandes empresas seja negociado no "shunto",</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiro acordo entre a central dos trabalhadores (L.O.) e a confederação empresarial (SÅF) é de 1938.</li> <li>- Caracter centralizado e nac.; quando por setor, sempre a partir de acordos nacionais vigentes.</li> </ul>
<b>Formação dos Salários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtividade não reconhecida explicitamente.</li> <li>- Indexação generalizada e complexidade das cláusulas de indexação.</li> <li>- Mercado de trabalho sensível nos períodos de acentuado crescimento econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtiv. crescentemente reconhecida explicitamente nos contratos coletivos.</li> <li>- Não há cláusulas de indexação.</li> <li>- Contrato coletivo nas grandes empresas leva em conta (implicitamente a garantia no emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Princípio geral de divisão dos incrementos de produtividade.</li> <li>- Sem cláusulas de indexação, sendo corrigido, no entanto, negociações ex-post.</li> </ul>
<b>Definição Políticas Públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas macroeconômicas e sociais são negociadas nacionalmente em forma tripartite.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas macroeconômicas e setoriais definidas pelo Estado (relativamente autônomo) em consultas às representações patronais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordos tripartites ou via parlamento para definição de políticas públicas setoriais ou estratégicas.</li> </ul>
<b>Seguridade e Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão inicialmente fraca e retardatária.</li> <li>- Nível de prestação de serviços inferior à média da OEE.</li> <li>- Financiamento realizado essencialmente através de contribuições patronais e Estado e secundariamente dos segurados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão parcial e fraca, com forte participação das empresas.</li> <li>- Nível de prestação muito variado, dependendo da empresa.</li> <li>- Financiamento basicamente através de contribuições empresariais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão completa e precoce (desde os anos 30).</li> <li>- Elevado nível de prestação de serviços.</li> <li>- Financiado em 70% com recursos fiscais, no regime geral e com contr. exclusiva do empregador, no reg. complementar</li> </ul>

**FONTE:** BOYER 1986 p. 22-23; JAPAN INSTITUTE OF LABOR 1986 e 1992; LEITE e SILVA 1991; OIT 1975 e 1986; MATHIEU e WACHENDORFER 1992.

O Japão tornou-se um caso à parte, cujo modelo alguns chegaram a chamar de "esquizofrênico".<sup>63</sup> Por um lado, criou um sistema de entidades patronais (Keidanren, Nikkeiren, Keizay Doyukai, Nisho, etc.) altamente centralizado e que favoreceu a articulação dos interesses estratégicos do capital nacional e uma maior competitividade sistêmica, ao mesmo tempo em que diferenciara tipos de capital (pequenos ou grandes) e setores produtivos. Por outro, consolidou um sistema altamente pulverizado de sindicatos de trabalhadores em função da repressão anti-sindical dos anos 20 e 30 e da supressão dos sindicatos independentes, setoriais ou regionais ocorrida quando do reerguimento japonês no pós-guerra.

No Japão, a contratação coletiva consolidou-se apenas a nível de empresa, e ainda assim somente nas empresas grandes, pois as pequenas e médias empresas japonesas ainda contratam individualmente, sem que determinados avanços que normalmente são identificados com a empresa japonesa (por exemplo: garantia no emprego) sejam a estas incorporados.

Embora com sindicatos autônomos por empresa e negociações estabelecidas basicamente a este nível, os salários das grandes empresas são até hoje definidos durante o *Shunto* (ofensiva da primavera). Neste momento o Nikkeiren

---

<sup>63</sup> MATHIEU e WACHENDORFER 1992, pg. 23.

(Federação Japonesa das Associações de Empregadores), organização patronal nacional dedicada aos "problemas trabalhistas" estabelece as linhas gerais para a postura negocial patronal, influenciando sobremaneira as negociações salariais e dando a elas, embora parcialmente, um caráter nacional.<sup>64</sup>

Nos países avançados, paralelamente à elevação dos salários diretos desenvolveu-se no pós-guerra o processo de constituição do *Welfare State* que se expressou, segundo DRAIBE, "na organização e produção de bens e serviços coletivos, na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidade de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção e distribuição de bens e serviços sociais privados."

Este conjunto de bens e serviços (educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação) conformariam, conjuntamente com a nova forma de determinação dos salários através da contratação coletiva, a nova relação salarial, regulando direta ou indiretamente o comportamento do emprego, do salário e do consumo no conjunto da economia<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> JAPAN INSTITUTE OF LABOR 1986, pgs. 32-33.

<sup>65</sup> A este respeito ver DRAIBE 1990, pgs. 2-3.

Tratou-se na verdade de uma ampla redefinição da gestão da demanda e das formas de assegurar a reprodução da força de trabalho, com a assunção pela sociedade (através do maior pagamento de impostos) e delegação ao Estado (através de políticas públicas) da responsabilidade de assegurar maiores parcelas dos custos de reprodução da força de trabalho social.

**TABELA 1.10**  
**PARTICIPAÇÃO DO GASTO PÚBLICO NO PIB, POR CATEG.**  
**ECONÔMICA, PAÍSES DA OCDE,**  
 (1955-1976)

	(em %)						
	<i>Gasto Público Total</i>	<i>Consumo Final</i>	<i>Transferências e Subsídios para:</i>			<i>Juros da Dívida</i>	<i>Investimento</i>
			<i>Famíl.</i>	<i>Prod.</i>	<i>Públ.</i>		
<b>1955-7</b>	28,5	13,0	8,8	7,5	1,3	1,7	4,0
<b>1967-9</b>	34,5	15,3	12,2	10,5	1,6	1,8	4,7
<b>1974-6</b>	41,4	18,0	16,1	13,9	2,1	2,3	4,5

NOTA: Participação média não-ponderada do gasto público no PIB dos países da OCDE.

FONTE: OECD 1978; cit. em GLYN et alii 1990, p. 96.

O *Welfare* não foi destinado, no entanto, somente aos trabalhadores ativos e seus familiares. Ao contrário, instituíram-se conjuntamente os "salários indiretos" destinados aos economicamente inativos (salários familiares, doença e aposentadoria) e foi dada nova configuração à assistência aos desempregados e acidentados. O período dos "trinta anos gloriosos" caracterizou-se pela introdução de pensões familiares, indexação das pensões à

variação dos preços, introdução de esquemas de pensões e benefícios relacionados aos rendimentos e por uma grande expansão da cobertura e do nível dos aportes aos desempregados. Estas formas do *Welfare*, se bem tenham sido resultados de lutas e consolidarem um direito conquistado, também constituíram-se em mecanismos econômicos e de preservação da mão-de-obra necessária à grande indústria.

**TABELA 1.11**  
**TRANSFERÊNCIAS DE SEGURIDADE SOCIAL**

	(em % do PIB)		
	1960	1974	1980
Alemanha	12,0	14,6	16,5
EUA	5,0	9,5	10,9
Itália	9,8	13,7	14,1
França	13,5	15,5	19,2
Japão	3,8	6,2	10,1
Reino Unido	6,8	9,8	11,7
Suécia	8,0	14,3	17,6
<b>Total CEE</b>	<b>9,6</b>	<b>13,3</b>	<b>15,9</b>
<b>Total OCDE, menos EUA</b>	<b>8,4</b>	<b>11,3</b>	<b>13,9</b>
<b>Total OCDE</b>	<b>6,8</b>	<b>10,6</b>	<b>12,7</b>

FONTE: OCDE 1991, p. 67

Esta forma de "salários indiretos" não era mais concebida como um simples sistema de ajuda aos mais despossuídos, mas como meio de assegurar a incorporação e controle da força de trabalho "em reserva" para a produção capitalista e de se constituir uma política "anti-cíclica", capaz de erigir, nos períodos de redução da atividade

produtiva, um dique ao aprofundamento recessivo.

Com esta nova forma de sustentação e estabilização da demanda buscava-se manter sob a forma de consumidor os trabalhadores que, apesar da maior segurança no mercado de trabalho e no emprego, viessem eventualmente a ser privados de seu trabalho, possibilitando, também, a preservação de seu acesso ao financiamento para produtos de maior preço unitário (casas, automóveis, eletrodomésticos) e a expansão do crédito ao consumo.

A maior generalização do financiamento ao consumo, conjuntamente com a ampliação da segurança no trabalho, foram responsáveis por garantir o acesso dos trabalhadores às mercadorias básicas do padrão de desenvolvimento norte americano cujos preços superavam amplamente o poder aquisitivo de seus salários correntes: a moradia familiar, o automóvel e os eletrodomésticos.<sup>66</sup> A consolidação destes elementos, conjuntamente com a elevação dos salários reais e ampliação do *Welfare*, favoreceriam a plena constituição de uma nova composição da cesta básica e da transformação dos trabalhadores em consumidores.

A ampliação dos níveis de segurança do trabalho também favoreceu o crescimento da representatividade

---

<sup>66</sup> AGLIETTA 1979, pg. 137

sindical medida pelas taxas de sindicalização, sobretudo até o final dos anos 60 e início da década de 70.<sup>67</sup> Visto que os dados para períodos anteriores são demasiado precários para eventuais comparações internacionais,<sup>68</sup> os níveis de sindicalização alcançados em 1970, no entanto, dão uma idéia aproximada dos patamares alcançados pela sindicalização cerca do final do período analisado.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Segundo CHANG e SORRENTINO, os EUA é o único país entre os 12 países analisados em seu estudo que apresentam queda contínuas dos níveis de sindicalização desde meados dos anos 50. CHANG e SORRENTINO 1991, pg. 46.

<sup>68</sup> As informações referentes às taxas, níveis ou densidade de sindicalização (sindicalizados como percentagem do emprego assalariado) somente no período recente (desde os anos 70) vem sendo ajustadas de maneira a permitir uma maior comparabilidade internacional. Além de fontes distintas (pesquisas domiciliares ou informações sindicais) os países tem: a) diferentes parâmetros institucionais; b) distintas práticas de relações de trabalho; c) diferentes formas de contabilizar os sindicalizados (se incorporam desempregados ou aposentados, por exemplo) e d) definições distintas ao relacioná-los como percentagem da força de trabalho, emprego assalariado não-agrícola ou do emprego assalariado civil. Neste sentido são importantes as tentativas de ajustar estas informações realizadas pelos trabalhos de VISSER 1989 e 1991, CHANG e SORRENTINO 1991 que se seguiram ao precursor BAIN e PRICE 1980.

<sup>69</sup> Vários países (entre estes e independentemente da origem dos dados, a Alemanha, Itália e Suécia) continuaram apresentando elevação das taxas de sindicalização nos anos 70. A este respeito e sobre as informações para o período recente, ver Capítulo 3.

**TABELA 1.12**  
**TAXAS DE SINDICALIZAÇÃO<sup>a</sup>, TOTAL E SETORIAL (1970)**

	Total	I.*	C.C.*	B.*	S.*	C.*	T.b*
Alemanha	33	36	20	15	36	9	65
EUA	30	41	42	5	18	15	53
Itália	36	40	-	-	-	-	-
França	22	15	-	-	-	-	-
Japão	35	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	45	52	30	21	46	8	74
Suécia	68	84	91	70	59	38	83
<b>Média OCDE**</b>	<b>44</b>	<b>53</b>	<b>51</b>	<b>29</b>	<b>45</b>	<b>19</b>	<b>69</b>

## NOTAS:

<sup>a</sup> Taxa de sindicalização = sindicalizados (excluindo-se os desempregados e aposentados) dividido pelo número de assalariados ocupados.

\* I. = Indústria de Transformação;  
C.C. = Construção Civil (pública e privada)  
B. = Bancos, Seguros, Negócios Imobiliários, e Serviços às Empresas;  
S. = Serviços à coletividade, Serviços Sociais e Serviços Pessoais  
C. = Comércio atacadista e varejista, Restaurantes e Hotéis.  
T. = Transportes e Comunicações.

\*\* A taxa de sindicalização total é média não-ponderada para 17 países membros da OCDE. As taxas de sindicalização por setores são médias não-ponderadas para 14 países membros da OCDE.

FONTE: OCDE 1991, pgs. 104-105 e 114-115

No entanto, além da maior representatividade das organizações de trabalhadores verificou-se uma maior institucionalização da participação política do movimento sindical. Os sindicatos de trabalhadores assumiram um papel protagônico neste processo de homogeneização social, distribuição de renda e de crescimento econômico.<sup>70</sup>

Auxiliados pelo medo da expansão comunista e

<sup>70</sup> Mesmo instituições internacionais de países avançados como a OCDE reconhecem a importância que os sindicatos alcançaram em diversos aspectos da vida social, ainda que prefiram privilegiar a contribuição sindical nos locais de trabalho, na empresa, na seguridade social e no mercado de trabalho. A este respeito ver OCDE 1991, pg. 101.

da crise gerada pelo liberalismo do século XIX expresso por grandes parcelas de suas sociedades, os trabalhadores se posicionaram propositivamente em matérias até então fora da intervenção sindical e dobraram, muitas vezes, os interesses imediatistas dos grandes empresários nacionais, embora abandonando algumas de suas tradicionais bandeiras (questionamento da forma de organização do trabalho, da economia e da sociedade).

As lutas em torno das políticas econômicas e dos "salários indiretos" se uniram às tradicionais lutas sindicais por salários e emprego, e compuseram um distinto panorama da luta de classes sob o novo padrão de desenvolvimento. Nos países de forte presença da classe operária e onde consolidou-se esta passagem das lutas exclusivamente sindicais àquelas mais gerais e nacionais, as organizações de trabalhadores tenderam a fortalecer sindicatos por indústria<sup>71</sup> e a consolidar vínculos estreitos com partidos políticos de extração operária.

No entanto, a partir dos anos 60 presenciou-se um maior distanciamento entre as lideranças sindicais e a

---

<sup>71</sup> Dos quatro tipos existentes de sindicatos (profissionais, de empresa, de indústria e gerais) os que mais se desenvolveram nos países capitalistas centrais no período analisado foram os de indústria, ainda que os sindicatos de empresa sejam importantes, sobretudo no Japão. OIT 1985, pgs. 5-7.

militância das fábricas, resultado de uma relativa estabilização após mais de "vinte anos de renovação e crescimento do movimento sindical e dos maiores tamanho e complexidade dos locais de trabalho que deslocaram a atenção dos trabalhadores das questões sindicais mais amplas".<sup>72</sup> As situações mais consideradas deste fenômeno são o maio de 68 e o "outono quente" italiano, embora também tenha ocorrido em outros países, ainda que com intensidade menor ou características distintas.

---

<sup>72</sup> A este respeito ver TYLECOTE 1992, p. 257.

---

#### 1.4. CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NOS ANOS 60/70.

Os autores vinculados à escola francesa da regulação consideram que com a contínua redução das taxas de desemprego verificada durante os "anos dourados" e sob as condições da organização do trabalho fordista (mecanização, parcelamento, homogeneização, desqualificação, hierarquização, etc.) os trabalhadores tenderiam a romper com a disciplina imposta pelo capital e colocariam em risco a taxa de mais valia relativa, a estabilidade e a articulação entre o padrão produtivo, relação salarial e padrão de consumo. AGLIETTA considera que o eixo da crise dos anos 60/70 é a organização do trabalho, que por isso endureceria a luta de classes na produção e estrangularia a mais valia relativa. Com as dificuldades da mais valia relativa, "o desenvolvimento do setor que produz os meios de produção se vê obstaculizado, porque já não dá lugar a mudanças técnicas" que economizassem suficiente trabalho vivo capaz de superar a elevação da composição orgânica do capital, freiando então a expansão das relações de intercâmbio entre os Departamentos da produção.<sup>73</sup>

Sob outro ponto de vista MANDEL, a partir da

---

<sup>73</sup> AGLIETTA 1979, pgs. 139-140.

compreensão do "exército industrial de reserva" como um mecanismo capitalista que visaria assegurar a disciplina dos trabalhadores, quando as taxas de desemprego ficam muito baixas (e este seria o caso dos últimos anos da década de 60) os capitalistas tenderiam a perder o controle sobre os trabalhadores. Estes, através de movimentos grevistas, tenderiam a reduzir a confiança empresarial, as taxas de lucro e sua disposição para investir.<sup>74</sup> Em outra versão desta análise, alguns autores valoram os efeitos da rigidez à baixa dos salários quando de queda da produtividade, como componentes definitórios do "profit squeeze".<sup>75</sup>

Para outros autores, o peso do fator trabalho no detonar da crise dos anos 60/70, embora relativizado, continuaria bastante presente, como é o caso de FAJNZYLBER ao avaliar que "o peso crescente das remunerações, unido ao incremento do peso relativo da carga fiscal associada à expansão do setor público durante o período de crescimento e, pelo lado da demanda, a "saturação" dos setores que arrastavam o conjunto da indústria, começavam a pressionar sobre a taxa

---

<sup>74</sup> Ver MANDEL 1980 e 1983.

<sup>75</sup> GLYN et alii 1990, pgs. 72-98; MARGLIN e BHADURI 1990, pgs.153-185. Em geral os autores ligados à escola francesa da regulação incorporam as hipóteses do chamado "esmagamento dos lucros", a partir da elevação dos custos salariais. Para uma crítica à posição defendida pelos regulacionistas ver POSSAS 1988, pgs. 206-211 e para uma crítica teórica ao "profit squeeze" ver POSSAS 1987, pgs. 107-111.

de rentabilidade".<sup>76</sup>

No entanto, o crescimento das lutas sindicais do fim da década de 60 e início da década de 70, identificadas seguidamente com a maior elevação dos salários no período, foram mais limitadas à Europa (sobretudo França e Itália) e tiveram um forte componente extra-sindical, de questionamento das direções comprometidas com o compromisso social e que não sentiam a crise mover-se sob seus pés. Ressalte-se, por um lado, que estes movimentos ocorreram na Europa após a primeira recessão observada no longo período de crescimento do pós-guerra, que verificou-se entre 1965 e 1967, e cujos efeitos foram significativos, em especial na França e Itália, países mais atrasados do ponto de vista da consolidação do *welfare* e com maiores heterogeneidades regionais, sociais e salariais. Por outro lado, em países como os EUA e o Japão, que apresentaram na década de 60 acentuados níveis de crescimento e quedas das taxas de desemprego, não ocorreram uma ampliação tão significativa das lutas sindicais ou explosões de natureza semelhante às ocorridas em outros países.<sup>77</sup> Nos EUA e no Japão o maior crescimento dos salários da indústria de transformação *vis-à-vis* o incremento da produtividade teria verificado-se

---

<sup>76</sup> FAJNZYLBER 1983, pg. 65.

<sup>77</sup> TYLECOTE 1992, pg. 134.

apenas entre 1968 e 1973.<sup>78</sup>

Tanto a expansão das lutas sindicais, quanto a maior elevação dos salários frente a uma produtividade que já crescia menos e seus eventuais efeitos sobre os lucros ou a taxa de mais-valia já teriam sido consequências de um processo de perda de dinamismo e de debilitamento dos fatores responsáveis pelo crescimento do pós-guerra. Ademais da recessão européia, teriam sido identificados como sintomas deste processo os efeitos da Guerra do Vietname sobre o dólar e o balanço de pagamentos desde 1964,<sup>79</sup> o processo de instabilização financeira detonado no mercado norte americano pelo "pânico controlado" de 1966,<sup>80</sup> a crescentemente menor confiabilidade do dólar (a partir de meados dos anos 60) que resultou no posterior colapso do sistema de Bretton Woods e no declínio da hegemonia norte americana,<sup>81</sup> ou na tendência ao sobre investimento generalizado, já visível no final da década de 60 mas acentuada pelo espasmo vigoroso e generalizado de ampliação da capacidade produtiva iniciado pelos EUA em 1970.<sup>82</sup>

---  
BAGLIONI aponta para a continuidade nos anos

---

<sup>78</sup> O crescimento dos salários e da produtividade podem ser observados na TABELA 3.13.

<sup>79</sup> BLOCK 1977, pg. 183.

<sup>80</sup> MINSKY 1986, pg. 87.

<sup>81</sup> GILPIN 1987, p. 134.

<sup>82</sup> COUTINHO 1982, pg. 41.

70 do processo distributivo e das relações de trabalho (sobretudo a regulamentação do trabalho, a extensão da contratação coletiva e dos direitos sindicais) em condições favoráveis ao mundo do trabalho e à sua representação nos países avançados. No entanto, considera que o dado significativo e até mesmo "inédito na história das relações sindicais", seja que este processo tenha se constituído em meio ao "esgotamento do prolongado desenvolvimento econômico do segundo pós-guerra".<sup>83</sup>

Esta crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações "virtuosas" do padrão de desenvolvimento norte americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação de mercados internacionalizados, o sobre investimento generalizado, a crescente "financeirização" da riqueza produzida e o enfraquecimento da hegemonia norte americana. A crise foi então amplificada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP no final de 1973.<sup>84</sup>

O extraordinário avanço capitalista ocorrido no pós guerra com a consolidação do padrão de desenvolvimento

---

<sup>83</sup> A este respeito ver BAGLIONI 1989, pg. 13.

<sup>84</sup> COUTINHO e BELLUZZO 1982, pg. 11.

norte americano ao mesmo tempo em que produziu novos atores econômicos e um intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivo e financeiro, reduziu a hegemonia norte americana e a eficácia das políticas econômicas dos estados nacionais, ampliou a precariedade de suas políticas sociais e colocou em cheque o compromisso social construído no pós-guerra.

Desde meados dos anos 60, o longo ciclo ascendente de mais de vinte e cinco anos da economia norte americana dava mostras de enfraquecimento. O crescimento econômico europeu e japonês, baseado no dinamismo dos mercados internos, na difusão de bens duráveis e no rápido progresso técnico aponta para os limites da expansão norte-americana do pós-guerra.

Há alguns anos os EUA reduzem sua participação no comércio mundial, ainda que mantivessem hegemonia industrial e tecnológica e extraordinário poder financeiro e agrícola. Esta verdadeira derrota comercial americana iria acentuar a importância do circuito matriz-filial anteriormente iniciado, como mecanismo inibidor da ampliação da concorrência aberta. Não sem razão, ao final da década de 60 o valor das transações comerciais realizadas no interior deste "circuito fechado" das grandes corporações transnacionais oscilava entre 30% e 50% de todo comércio

exterior norte-americano.<sup>85</sup>

Depois de ganhar a batalha comercial, a concorrência européia e japonesa expandiria suas filiais e internacionalizaria seus capitais, disputando espaços de investimento direto externo com os EUA, reforçando uma segunda onda de industrialização de alguns países da periferia e acelerando a crise do padrão monetário, resultante da perda de hegemonia do dólar como moeda internacional. Os EUA, com menor comando mas ainda com muito poder, assumirão uma "estratégia passiva" cujos problemas de balanço de pagamentos serão menosprezados (*benign neglect*), mantendo o nível da atividade econômica e obrigando aos demais países o ajuste de suas taxas de juros e câmbio.<sup>86</sup>

Neste período, as taxas de crescimento dos diferentes países se aproximariam, iniciando-se um processo de saturação na difusão dos bens duráveis, esgotando-se os impulsos inter setoriais e aparecendo sintomas de desaceleração econômica e estabilização tecnológica, com o aumento da concorrência entre as grandes potências industriais.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> TEIXEIRA 1983, pg. 186.

<sup>86</sup> BLOCK 1977, pgs. 196-199 e GILPIN 1987, pgs. 136-137.

<sup>87</sup> TEIXEIRA 1983, pgs. 191-192.

Depois das batalhas comercial e do investimento direto, os níveis de convergência do padrão industrial e a ampliação da concorrência ampliam-se por todo mundo, reduzindo a força da hegemonia norte-americana. A Alemanha e, principalmente, o Japão continuam como motores do crescimento e abrem as portas para a renovação tecnológica. Ao mesmo tempo em que os EUA tornam-se devedores, o Japão faz uso de seus "massivos superávits do balanço de pagamentos para financiar a economia *Nichibei*, a crescente integração das economias norte americana e japonesa".<sup>88</sup>

A URSS, por sua vez, depois de anos de crescimento econômico reprodutivo que lhe permitiu adiar *sine die* a democratização da sociedade soviética, mostrava-se, cada vez mais, incapaz de acompanhar o processo de acentuada competitividade internacional, de inovação tecnológica e de desenvolvimento econômico e abria as portas para a deflagração de sua crise terminal duas décadas depois.

A crise atravessada pela economia capitalista nas últimas décadas do século XX apresentou características distintas da crise de 30. Na primeira grande crise deste século, embora sua explosão tenha sido mais ou menos

---

<sup>88</sup> A este respeito ver GILPIN 1987, pg. 337. Também KUTTNER utiliza-se da expressão *Nichibei* para caracterizar a crescente interpenetração patrimonial dos capitais japonesas e norte-americanos (KUTTNER 1991).

sincronizada entre os diversos países, a saída só pode ser mais ou menos articulada pela ascendente hegemonia norte-americana após a Segunda Guerra Mundial, consolidando-se o padrão tecnológico e produtivo em meio a profundas reformas do Estado e das relações sociais e econômicas nacionais e internacionais.

Na crise iniciada nos anos 60, ainda que sob o impacto generalizado da estagflação, choques de preços do petróleo e das taxas de juros, instabilidade financeira, acumulação produtiva reduzida e quedas nas taxas de produtividade, observou-se uma maior heterogeneidade entre os países em meio a uma desestruturação da antiga ordem econômica internacional.<sup>89</sup>

Os EUA "deixaram de ser a fonte de um estilo de desenvolvimento cuja difusão estabilizou a economia internacional do pós-guerra", favorecendo o surgimento de novos blocos econômicos regionais capitaneados pela Alemanha e pelo Japão.<sup>90</sup> No entanto, apesar do envelhecimento do padrão de desenvolvimento norte americano, a Alemanha ou o Japão não demonstrariam todavia disposição ou capacidade hegemônica para impor aos demais países capitalistas uma hierarquia e

---

<sup>89</sup> Tanto TEIXEIRA 1993 quanto CANO 1993 apontam para o processo de desestruturação da ordem econômica internacional.

<sup>90</sup> BELLUZZO 1984, pg. 52.

instituições econômicas internacionais que permitissem a estabilização do crescimento com um novo padrão de desenvolvimento, que tampouco estaria claramente definido nestes países.

Tal situação, por um lado, favoreceu a maior intensificação da concorrência internacional, a busca de melhores padrões de competitividade e elevação da produtividade e, por outro, criou as condições para a emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo.

No entanto, na ausência de um novo padrão de desenvolvimento, onde se articulassem novas relações sociais, salariais e de consumo com o novo padrão tecnológico e produtivo, e de uma nova ordem internacional, liberar-se-ia um rastro ampliado de desestruturação e incertezas.

---

---

CAPÍTULO 2

---

---

III REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E PADRÃO INDUSTRIAL

---

---

Alguma coisa está fora da ordem,  
Fora da nova ordem mundial.

Caetano Veloso

---

## 2.1. DA CRISE À "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA"

A Segunda Revolução Industrial desde sua irrupção no século XIX impulsionou a constituição de um novo padrão industrial e tecnológico. No entanto, só a partir dos anos 30 e sobretudo após a II Guerra Mundial, nas precisas condições políticas e configuração internacional então geradas, difundiu-se para os principais países capitalistas um padrão de desenvolvimento cujo "sucesso", em termos de elevação da produção, comércio, produtividade e consumo foi analisado no Cap. 1 desta tese. As importantes diferenças nacionais resultantes das distintas circunstâncias históricas não ocultariam, entretanto, o padrão geral de desenvolvimento e seu extraordinário poder dinâmico.

A expansão do padrão de desenvolvimento norte americano e a internacionalização da produção ocorridas no pós guerra permitiram, por um lado, a recuperação japonesa e europeia, a dinamização das empresas multinacionais, o surgimento de novos países industrializados, a crescente dominância da esfera financeira e a aparição de novos produtos e processos de trabalho. Por outro lado, gestou uma nova crise, constituída a partir do final dos anos 60/início dos 70 e caracterizada por estagflação, instabilidade financeira e quedas de produtividade, que acirrou a concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de

reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos.

A contínua busca de ganhos por economias de escala na produção de massas tendeu a fortalecer uma lógica que passou a considerar menos relevantes os mercados nacionais. Em um primeiro momento, esta lógica incitou ao aumento das exportações que ainda apareciam, no entanto, como integrados à dinâmica do mercado interno. No momento em que o padrão de desenvolvimento norte americano dava sinais de esgotamento de sua potencialidade dinâmica, esta situação além de acentuar o processo de sobre acumulação serviu como acicate à crescente concorrência internacional e colocou em xeque tanto o padrão institucional quanto as bases da inusitada aliança de classes forjada na anterior crise de 1929-45 e que fez parte do padrão de desenvolvimento norte americano.

Com o acirramento da concorrência internacional foram crescentemente questionados os vínculos nacionais estabelecidos entre os empresários industriais e agrícolas e os trabalhadores. Se, por um lado, os mecanismos tradicionais de funcionamento do padrão de desenvolvimento norte-americano não davam conta da crise, por outro, a distancia da crise de 29, da II Guerra Mundial, do trauma do desemprego de pós-guerra e do "espectro" do comunismo também favoreceram a que a reestruturação econômica se desse por fora do compromisso com o Estado de Bem-Estar, das políticas de pleno-emprego e da administração da demanda agregada.

Os empresários, sobretudo industriais, voltados cada vez mais ao mercado internacional e subordinados à dinâmica financeira, afastam-se dos compromissos anteriormente definidos com os trabalhadores<sup>1</sup> e "apostam suas fichas" na ampliação da concorrência internacional, na elevação da produtividade e competitividade e nas políticas visando enfraquecer ou eliminar tais compromissos e suas consequências (contratação coletiva centralizada, segurança do trabalho, intervenção do Estado, tributação do *Welfare*, etc.). O setor agrícola vê romper-se a aliança que lhe havia assegurado anteriormente a regulação de sua produção, distribuição e preços e fica no centro de aguçados debates (como no GATT) que visam liberalizar seus mercados.<sup>2</sup>

Os trabalhadores, em contrapartida, foram crescentemente responsabilizados pela redução da produtividade, pelos custos elevados e pelos "obstáculos à competição" supostamente gerados pelos instrumentos regulatórios e pelas políticas sociais do Estado.

---

<sup>1</sup> Trata-se de um compromisso explícito ou implícito no qual os trabalhadores, em troca do sistema de *welfare*, elevação salarial e políticas macroeconômicas orientadas ao pleno-emprego, aceitaram uma economia subordinada aos incentivos de mercado e o princípio do lucro. Os empresários, por sua vez, aceitaram a instituição de políticas regulatórias e maior controle social do mercado e do Estado.

<sup>2</sup> Seja por razões políticas, econômicas ou sociais, o certo é que tanto na Europa quanto no Japão o setor agrícola preservou maiores níveis de proteção e regulação de seus mercados.

Tendo por base a ruptura desta "aliança", a modernização dos anos 80 favoreceu, por um lado, a intensa reestruturação econômica e produtiva da economia mundial, sob o comando dos países avançados e sob o predomínio do capital reestruturado "*subsumido* no movimento mais geral de gestão e realização da riqueza sob dominância financeira"<sup>3</sup>. Esta "financeirização" da economia capitalista internacionalizada, cujo desequilíbrio no crescimento dos mercados financeiros e de bens e serviços é potenciado pelas três grandes economias/blocos, tem sido responsável, por um lado, por uma maior instabilidade, embora, por outro lado, se "institucionalizasse" combinando-se com o investimento inovador e com o processo de reestruturação.<sup>4</sup>

No entanto, esta modernização dos anos 80, por outro lado, ao mesmo tempo em que acentuou os ganhos de produtividade e apontou para um novo padrão tecnológico, assumiria um caráter marcadamente desigual segundo as diferentes regiões, países, empresas e indivíduos e, como observado por TAVARES, caracterizaria uma "distribuição

---

<sup>3</sup> Ver a este respeito BRAGA 1991, pg. 14.

<sup>4</sup> A esta situação BRAGA chamou de "paradoxo da financeirização". Ver BRAGA 1992, pgs. 19 e 20. COUTINHO valoriza sobretudo os avanços do processo de internacionalização financeira realizada através da "interpenetração patrimonial, com a conexão *on-line* dos mercados financeiros e de capitais, a formação de um expressivo número de oligopólios mundiais e a estruturação de redes telemáticas globais por grandes empresas". Ver COUTINHO 1992, pgs. 81-84.

desequilibrada dos benefícios do progresso técnico". Esta desigualdade também se expressaria na forma e intensidade em que recairia sobre os trabalhadores e o Estado as principais consequências do processo de reestruturação mundial do capital. TAVARES considera este processo uma particular reedição, nos estertores do século XX, da "modernização conservadora"<sup>5</sup> ocorrida no século anterior.

No entanto, ao contrário de Barrington Moore, RES dá menor importância ao seu caráter autoritário anterior e maior relevância às características renovadas das formas de coordenação e coesão do grande capital que alguns países sob um "capitalismo organizado e regulado"<sup>6</sup> conseguirão favorecer, apesar da ofensiva neo-liberal.

A maior eficácia na disputa comercial e na reestruturação industrial de países que, como o Japão e Alemanha, conseguiram manter esta forma de relações orgânicas entre a burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas industriais é contrastada pela "performance desequilibrada em termos de produtividade e de competitividade, dos países anglo-saxônicos de tradição liberal que optaram pela

---

<sup>5</sup> Termo adotado originalmente por Barrington Moore para descrever o modelo autoritário de desenvolvimento tardio do capitalismo no século XIX e emprestado por TAVARES 1992.

<sup>6</sup> Trata-se aqui de um conceito emprestado por TAVARES de HILFERDING e de outros expoentes social democratas das décadas de 20 e 30, quando analisavam as transformações do capitalismo do início deste século. Para uma análise das polêmicas deste período ver MARRAMAIO 1982.

*desregulamentação*".<sup>7</sup>

Ao final de cerca de uma década de transformações na esfera produtiva, tecnológica e organizacional,<sup>8</sup> alteraram-se também os padrões de regulação macroeconômica dos países e a divisão internacional do trabalho.<sup>9</sup>

A reestruturação do capital ocorrida com a internacionalização produtiva e financeira internacional tornou a regulação macroeconômica cada vez mais dependente da coordenação das principais economias do mundo. No entanto, esta própria coordenação vem enfrentando dificuldades cada vez maiores. A crise da hegemonia americana, expressa tanto em termos produtivos (dificuldades de competitividade de vários produtos e setores industriais), quanto monetários (questionamento do padrão dólar, sistema de moedas crescentemente misto e ausência de uma nova moeda internacional), tem ampliado estas dificuldades, embora no período de crescimento dos anos 83-90 esta coordenação ainda tenha sido imposta pelos EUA e pelos organismos internacionais, em um exercício mais imperial do que de

---

<sup>7</sup> TAVARES 1992, pgs. 41-42.

<sup>8</sup> Nos referiremos a estes aspectos com maior detalhe na seção 2.3.

<sup>9</sup> A análise das transformações no mundo do trabalho resultantes deste processo de reestruturação do capital sob a "modernização conservadora" será desenvolvida no Capítulo III.

hegemonia.

Como corolário do esforço bem sucedido de reestruturação industrial de vários países europeus e asiáticos, sobretudo Alemanha e Japão, estes passaram a liderar importantes áreas do globo, estruturadas em blocos que concentram cada vez maiores porções dos fluxos financeiros e comerciais. Estes países, que "resistiram" ao ultraliberalismo e foram capazes de articular através do Estado diferentes interesses nacionais em um projeto de maior integração com seus vizinhos, tornaram-se vitoriosos na revigorada concorrência inter capitalista dos anos 80.

A bipolaridade constituída no pós-guerra também seria colocada em xeque. Os países "socialistas" entraram em crise e desintegrou-se o "bloco do leste" e a própria União Soviética. Os EUA viram questionada sua hegemonia econômica desde meados dos anos 60, mas mantiveram-se dominantes nos campos diplomático, estratégico e militar. Buscaram recompor-se economicamente através da constituição do bloco econômico com o Canadá e o México (NAFTA), de uma renovada pressão sobre a ONU e demais organismos internacionais (FMI, BID, BIRD, etc.), da recuperação do papel de *gendarme internacional* com o controle estrito de novas atividades bélicas visando a consolidação de uma nova *Pax Americana*, e através do patrocínio de políticas ultra-liberais de ajuste automático do balanço de pagamentos e de

desregulação.

Os EUA, no entanto, tornaram-se um país fortemente endividado no exterior, com um déficit ampliado do balanço de pagamentos e uma indústria que enfrenta dificuldades na competitividade de alguns setores líderes, como o complexo eletrônico. A economia norte americana tornou-se mais dependente da vitalidade econômica japonesa, seja pela crescente interpenetração patrimonial,<sup>10</sup> seja pela difícil, mas ainda presente, preservação do dólar como moeda padrão.

Os ajustes automáticos do balanço de pagamentos com taxas de câmbio flutuantes, adotados generalizadamente após o fracasso do Smithsonian Agreement em 1973, nortearam o processo de liberalização cambial e financeira em direção "à globalização e diversificação dos centros e instrumentos bancários" e ao caráter marcadamente "global da modernização conservadora, no sentido comum de agravar desigualdades e produzir excludência".<sup>11</sup>

Com a crise da dívida externa em 1982, as condicionalidades aplicadas pelos organismos internacionais e identificadas com o "Washington Consensus" foram unificadas em torno de políticas macroeconômicas antiinflacionárias: ajuste fiscal, desvalorizações cambiais, e políticas monetárias

---

<sup>10</sup> A este respeito ver GILPIN 1987 e KUTTNER 1991.

<sup>11</sup> A este respeito ver TAVARES 1992, p. 43-46.

restritivas.

O fracasso da aplicação destas políticas nos países periféricos, em paralelo ao processo de ajustes e de reestruturação econômica ocorrido nos países capitalistas centrais durante a década de 80., ampliou a marginalização de amplas áreas do globo com o virtual colapso das economias periféricas e o aprofundamento da crise da dívida externa enfrentada, sobretudo, pelos países da América Latina. Os resultados, para os países periféricos, de mais de uma década de estagnação foram: o aumento da miséria e degradação das condições de vida e de trabalho,<sup>12</sup> o distanciamento crescente, a nível tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais e sua marginalização dos centros financeiros, tecnológicos, comerciais e de poder internacionais.<sup>13</sup>

Frente a uma situação desta natureza as

---

<sup>12</sup> Em 1990 o número de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza na América Latina alcançou 204 milhões, ou seja, 40% da população e 44% da força de trabalho estava desempregada ou subempregada. Os níveis de degradação das condições de vida e trabalho podem ser conferidos no relatório da comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, PNUD/BID, 1991.

<sup>13</sup> A situação atual continuaria pouco favorável a uma integração exitosa e dinâmica da América Latina na economia internacional. Além de uma improvável integração com os EUA (seja pela falta de recursos do governo norte-americano, seja pela crise da dívida externa), a A.L. só vem implementando uma difícil integração parcial no Cone Sul ou a tentativa individual de encontrar "nichos de mercado" e de privilegiar relações particulares com países de excedentes de capitais e de mercados complementares. O Chile, paradigma do Consenso de Washington para a América Latina e os casos do México e Argentina são analisados em comparação à situação brasileira no recente trabalho de TAVARES (1993).

políticas aplicadas pelos organismos internacionais centraram-se nas chamadas "reformas estruturais". Estas reformas neo-liberais estiveram centradas na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e do papel do Estado.<sup>14</sup> Embora crescentemente generalizadas a partir de meados dos 80, diversos países (sobretudo asiáticos e europeus, mas também o Brasil) opuseram resistências à sua implantação.

Com o início dos anos 90 observou-se o fim do longo ciclo de crescimento da economia mundial iniciado em 1983 e tornou-se mais patente tanto o caráter ideologizado que as políticas neo-liberais assumiram durante a fase de crescimento dos anos 80 e que tanto foi identificada com a "modernização conservadora", quanto a diferenciação entre países perdedores e ganhadores da concorrência inter-capitalista internacional.<sup>15</sup>

A possibilidade de que esta "modernização conservadora" venha a se transformar em uma nova fase de longa prosperidade e de crescimento sustentado embora sempre possível parece no mínimo duvidosa.

---

<sup>14</sup> O exemplo sempre citado de sucesso da aplicação das políticas neo-liberais é o Chile, paradigma do "Consenso de Washington". Para uma análise crítica da "experiência" chilena ver TAVARES 1993, sobretudo o capítulo 1.

<sup>15</sup> Para uma análise dos *winner and loser countries* ver FAJNZYLBER 1993.

Por um lado, o período recente de recessão econômica mundial já estende-se por vários anos e se bem tenha iniciado-se de maneira assincrônica, com os EUA e Inglaterra puxando o processo desde 90, com o ingresso da Alemanha e Japão a partir de 92, hoje observa-se claramente a reversão do ciclo iniciado em 1983 e os efeitos da desaceleração mundial.

Por outro lado, mantém-se tanto a desarticulação entre o nascente padrão industrial e as relações sociais, salariais e de consumo, quanto a indefinição da hegemonia entre as grandes potências capitalistas e a ausência de novas instituições e estruturas capazes de neutralizar tensões e desequilíbrios e assegurar a articulação de um novo padrão de desenvolvimento.<sup>16</sup>

A partir de outro nível de abstração, KURZ constatou que este processo lançou sobre o Sul e o Leste o ônus desta modernização. No entanto, para este autor, isto se daria apenas no início deste processo e temporariamente. O verdadeiro "colapso da modernização", também entendido como uma espécie de crise terminal do processo de mercantilização sob o capitalismo, estaria "avançando da periferia para os

---

<sup>16</sup> Para TEIXEIRA a situação internacional nos anos 90 apontaria "para um período de grande instabilidade, cujos efeitos perversos deverão continuar a se fazer sentir tanto no centro quanto na periferia do sistema, em particular a que se situa na área de influência do dólar, que deverá continuar a suportar pesados ônus, como consequência das políticas de ajuste e reestruturação". A este respeito, ver TEIXEIRA 1993, pg. 115.

centros" e seria detonada pela elevação crescente da produtividade, "que passou dos seus próprios limites e já não consegue integrar em sua lógica a maioria da população mundial".<sup>17</sup>

Este autor é definitivo quanto à impossibilidade da transformação do novo padrão de industrialização em um novo período longo de crescimento sustentado e de prosperidade sob um novo padrão de desenvolvimento. Para ele, o que marcaria a próxima fase da "crise da modernização" seria que, então, também o centro seria crescentemente atingido pela desindustrialização de regiões ou parcelas de suas próprias economias nacionais e/ou regionais, decorrente da diminuição da "capacidade aquisitiva global, real ou produtiva, em virtude da destruição, mediada pela concorrência, de recursos e capital" que cairiam "abaixo do nível global de rentabilidade".<sup>18</sup>

Embora com *insights* relevantes, a análise deste autor desce demasiado rapidamente do nível conceitual e abstrato das determinações gerais do capital para a realidade imediata das economias e sociedades em crise e tende a menosprezar questões políticas, sociais e até mesmo econômicas.

---

<sup>17</sup> A este respeito ver KURZ 1993, pg. 197.

<sup>18</sup> KURZ 1993, pg. 210.

Entre as primeiras questões menosprezadas pelo autor encontra-se a possibilidade de alterar-se os caminhos traçados pela dinâmica do capital através das lutas políticas e sociais desenvolvidas nos distintos países.<sup>19</sup> Entre as questões econômicas estas não poderiam ignorar os extraordinários impactos macro dinâmicos do "agrupamento" de inovações e seu potencial, ainda que temporário, de difusão, expansão de setores e de remoção de alguns dos obstáculos que provocaram a perda de dinamismo da produção desde o final dos anos 60.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Voltaremos sobre esta questão quando da análise dos efeitos das transformações estruturais em curso sobre o mundo do trabalho no Capítulo 3.

<sup>20</sup> A este respeito ver LAPLANE 1992, pg. 246.

---

## 2.2. PADRÕES DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

A análise e interpretação em "tempo real" de transformações tão profundas como as experimentadas pelo capitalismo neste *fin de siècle* é sujeita a ser atropelada pelas próprias mudanças. Não é somente a teoria que fica questionada pela extrema mobilidade das variáveis ou até mesmo pela própria ausência de *ceteris paribus*. Também a análise histórica corrente fica sujeita a que "cada opinião seja uma especulação sobre o futuro, assim como um julgamento do passado".<sup>21</sup>

Não sem razão, ainda não se tem um maior consenso sobre a natureza e o sentido destas transformações. No entanto, mais do que nunca torna-se necessário distinguir os elementos centrais da dinâmica deste processo de mudanças e os caminhos que se abrem com sua constituição e desenvolvimento.

Alguns autores tem avaliado que as condições para a formação de um novo paradigma tecnológico, assim como de um padrão produtivo, estariam sendo gradualmente preenchidas. A "articulação e difusão, simultânea, de um

---

<sup>21</sup> A este respeito ver LANDES 1969, pg. 486, quando referia-se às dificuldades analíticas frente a proximidade dos anos pós-guerra.

poderoso *cluster* de inovações, baseado em novas tecnologias de impacto abrangente, sobre o conjunto das estruturas industriais das principais economias capitalistas", além de lançar as bases de um novo paradigma tecnológico e de um novo sistema produtivo, configurariam transformações que caracterizariam uma verdadeira Terceira Revolução Industrial que também apontaria para uma profunda transformação do mundo do trabalho.<sup>22</sup>

A ação destes fatores de mudança estrutural, a "destruição criadora" nos marcos de uma "modernização conservadora", embora não sendo instantânea ou completa, caracterizaria a reestruturação mundial do capitalismo que se processa a partir da década de 80 do nosso século com a emergência de uma Terceira Revolução Industrial. Esta traria em seu bojo a ruptura do paradigma industrial e tecnológico impulsionado a partir da Segunda Revolução Industrial e a emergência de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional. Ao buscar consolidar-se este novo padrão entraria em conflito, não somente com o velho padrão industrial, mas sobretudo com as relações sociais, salariais e com o padrão de consumo anteriores.

Este seria, segundo PEREZ, o choque do

---

<sup>22</sup> COUTINHO 1992, pg. 70. Também CARDOSO DE MELLO 1992 e CANO 1993 consideram que as transformações deste final de século caracterizariam uma nova Revolução Industrial.

emergente "subsistema técnico econômico" com a "inércia natural" dos "parâmetros social e institucional", que gerariam uma incompatibilidade capaz de levar a economia capitalista à crise e à depressão.<sup>23</sup> É neste sentido que consideramos que se aprofunda o questionamento, a fratura ou ruptura do pacto social e das relações/instituições econômicas, sociais e políticas definidas quando da constituição e expansão do padrão de desenvolvimento norte americano no pós-guerra, em meio a uma grave instabilidade monetária e financeira e sem que houvesse ainda uma rearticulação capaz de recolocar a economia capitalista em um novo ciclo de crescimento de longo prazo.

A permanência deste descompasso entre o "novo" e o "velho", o agravamento da instabilidade financeira, assim como a ausência de transformações significativas em determinados setores, tem favorecido a que alguns autores privilegiem os elementos de continuidade. TAVARES, por exemplo, relativizaria ou consideraria prematura a definição de uma Terceira Revolução Industrial, já que todavia não se efetivariam modificações radicais na infra estrutura de transportes ou na base energética do sistema industrial.<sup>24</sup> BRAGA, por outro lado, considera que o "paradoxo da financeirização pode iluminar o fato de que ainda não estamos

---

<sup>23</sup> PEREZ 1983 e 1985, pg. 361.

<sup>24</sup> A este respeito ver TAVARES 1992, pg. 40.

face a uma Terceira Revolução Industrial", já que aquele limitaria a "propagação plenamente revolucionadora das bases técnicas da reprodução ampliada".<sup>25</sup>

LAPLANE, após detalhada análise do papel desempenhado pelo complexo eletrônico na retomada do crescimento industrial dos anos 80, prefere não diferenciar padrão de industrialização do padrão de desenvolvimento. A partir da conceituação de padrão de industrialização de FAJNZYLBER e TEIXEIRA, consideraria o padrão de consumo como relativo a este padrão. Neste sentido caracterizaria "a fase atual como um processo, ainda não concluído, de mutação do padrão de crescimento industrial das economias capitalistas" e onde conviveriam elementos do "velho" padrão (matriz energética, sistema de transportes e padrão de consumo) e de componentes de um "novo" padrão industrial.<sup>26</sup>

Consideramos, no entanto, que a efetiva permanência da matriz de transportes e da base energética, assim como a mais acentuada convivência de elementos do "velho" com o "novo", apenas mostra que esta Revolução Industrial ainda não se completou. Se, por um lado, vivemos nas décadas finais do século XX um período de emergência e consolidação de um novo padrão industrial, com suas consequências nos planos produtivo, tecnológico,

---

<sup>25</sup> BRAGA 1992, pg. 20.

<sup>26</sup> LAPLANE 1992, pgs. 252-253.

organizacional e do trabalho, por outro, ainda não se constituiu e se generalizou um novo padrão de desenvolvimento, prevalecendo formas relativamente híbridas e em mutação.<sup>27</sup>

A menor convergência e maior heterogeneidade das estruturas industriais atuais, a maior incompatibilidade entre o emergente padrão industrial e as normas salariais e o padrão de consumo, e a inexistência de novas regras de convivência internacional, asseguradas por uma nação hegemônica ou por um processo superior de articulação macroeconômica internacional, caracterizariam esta ausência de um novo padrão de desenvolvimento.

---

<sup>27</sup> Ainda que a dinâmica da acumulação, o progresso técnico e a organização do trabalho do padrão de desenvolvimento seja definido pela indústria, aquele considera relações bem mais amplas que esta. Na verdade, as relações estruturais da indústria podem conformar distintos padrões de desenvolvimento. Se na Europa, por exemplo, o padrão industrial da Segunda Revolução Industrial transformou-se no padrão de desenvolvimento norte-americano, no Brasil isto não ocorreu apesar de alcançar incorporar a estrutura e o padrão industrial do pós-guerra. A este respeito ver Capítulo 4.

---

### 2.3. EMERGÊNCIA DO NOVO PADRÃO TECNOLÓGICO E PRODUTIVO SOB A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA".

Como observado na seção anterior, o processo de reestruturação do capital e de ajustes macroeconômicos ocorridos na década de 80, embora longo e complexo, com surtos de crise e expansão, apontaram para determinado movimento de transformações estruturais intenso e contraditório.

Por um lado, este processo foi "baseado em novas tecnologias de impacto abrangente sobre o conjunto das estruturas industriais das principais economias capitalistas" que, embora ainda mantenha a infra estrutura de transporte e a base energética do sistema industrial, detonou uma terceira grande onda de transformações capitalistas, considerada como uma Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

Por outro, o caráter restringido e concentrado das mudanças tecnológicas e a distribuição desigual dos custos, pagos pela crise financeira dos Estados, pelos trabalhadores e pelos países periféricos, e dos benefícios, restringidos a determinados países, empresas e indivíduos configuraria uma nova "modernização conservadora" que gerou uma transformação produtiva e tecnológica acompanhada de maior heterogeneidade, fragmentação, insegurança e desigualdade sociais.

Este novo padrão industrial que emerge no cenário mundial a partir da crise dos anos 60/70 e que explode em sua complexidade nos anos 80 tem sua base material nos planos produtivo, tecnológico e da organização industrial, embora supere em muito, no alcance de seus efeitos e consequências, os limites industriais, redefinindo lenta e progressivamente o conjunto da estrutura econômica e da organização do trabalho.<sup>28</sup>

Tendo por base a expansão das novas tecnologias e a crescente importância do complexo eletrônico, configurar-se-ia um conjunto de novas tendências que poderiam se consolidar ainda que diferenciadamente nas próximas décadas.<sup>29</sup>

Do ponto de vista da estrutura e da dinâmica industrial, a principal tendência diria respeito ao desenvolvimento da tecnologia digital de base microeletrônica e ao conjunto do progresso técnico gerado no complexo eletrônico, que teriam tido papel significativo na retomada do crescimento industrial e na expansão do próprio complexo eletrônico. Os progressos técnicos realizados em outras áreas

---

<sup>28</sup> Para um maior detalhamento dos impactos sobre o mundo do trabalho, ver Capítulo 3.

<sup>29</sup> A este respeito ver COUTINHO 1992, pg. 71 e seguintes, quando este autor analisa as grandes tendências de mudanças resultantes da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

como a química fina, novos materiais, biotecnologia, etc., também contaram com o desenvolvimento da informática e posicionaram estes setores como supridores de inovações e de novas trajetórias tecnológicas para o conjunto do sistema.<sup>30</sup> Estar a frente destes setores, significaria participar do predomínio tecnológico e obter vantagens competitivas na acirrada concorrência internacional.

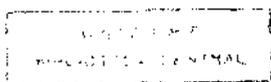
Neste sentido, seria importante considerar-se o peso crescente do complexo eletrônico, pois este não só ultrapassaria em alguns países avançados o valor agregado, emprego e renda do "velho" setor automobilístico, como teria desempenhado papel-chave na retomada do crescimento industrial, na revitalização da eletromecânica e na diferenciação entre os seis maiores países desenvolvidos".<sup>31</sup>

LAPLANE aponta para a permanência do potencial inovador do complexo eletrônico, cujo crescimento e estímulo à expansão de outros setores "parece garantido". No entanto, este autor insiste sobre a diferenciação crescente das estruturas industriais, cujas assimetrias e desequilíbrios não seriam passíveis de "correção imediata por meio da coordenação das políticas econômicas entre os países desenvolvidos"

---

<sup>30</sup> ERBER 1990, pg. 13-14.

<sup>31</sup> A este respeito ver a tese de doutoramento de LAPLANE 1992, pg. 251), dedicada ao estudo detalhado do papel do complexo eletrônico na dinâmica industrial mundial do período.



alimentando os conflitos e tensões daí decorrentes.<sup>32</sup>

O novo paradigma de produção industrial que desponta nas últimas décadas do século XX tem na automação integrada flexível, sejam nos processos contínuos, de automação fragmentada, de automação discreto-interrompíveis ou manufatureiro um dos seus principais elementos. Os processos industriais característicos do "velho" paradigma tecnológico são revolucionados pela nova capacidade de programação do processo de automação e pela crescente substituição da eletromecânica pela eletrônica. A emergência de sistemas integrados de automação flexível (sob o paradigma *CIM - Computer Integrated Manufacturing*) tenderiam "a ganhar forma ao longo dos anos 90, em direção a um padrão dominante cujas características são ainda difíceis de prever".<sup>33</sup>

Estes sistemas flexíveis teriam várias consequências importantes, em torno de uma maior integração e cooperação empresariais. Primeiramente, estes sistemas flexíveis permitiriam uma maior "customização" da produção, com uma maior relação desta com a demanda dos consumidores, ademais dos laços mais estreitos com a comercialização, a gerência e o P & D (este último, interno à empresa ou "sistêmicos"), reduzindo os níveis hierárquicos internos e

---

<sup>32</sup> LAPLANE 1992, pgs. 256-257.

<sup>33</sup> COUTINHO 1992, pgs. 72-73.

alterando a própria organização do processo industrial, com a incorporação de novos procedimentos de planejamento, compras, pesquisa de produto e mercados.

Em segundo lugar, criariam novas formas de relação entre outros elos da cadeia que liga a produção ao consumo, sobretudo com os fornecedores, através da externalização de parte crescente de atividades anteriormente executadas no interior das grandes empresas industriais ou com uma crescente complementaridade inter-setorial. Esta terceirização de atividades ampliaria a gama de serviços demandados pela indústria e favoreceria a redução da força de trabalho industrial diretamente vinculado às grandes empresas.<sup>34</sup> COUTINHO considera que este processo de transformação das estruturas e estratégias das grandes empresas industriais as reorientaria em direção a formas multindustriais, cooperativas e com perfil tecnológico dinâmico.<sup>35</sup>

Esta visão "integrativa e cooperativa" visaria integrar financiamento, fornecimento e produção sob o comando da grande empresa oligopolista.<sup>36</sup> Esta empresa tornada ainda

---

<sup>34</sup> Para uma análise dos efeitos deste processo sobre o aumento da fragmentação do trabalho, ver Capítulo 3.

<sup>35</sup> A este respeito ver COUTINHO 1992.

<sup>36</sup> Os modelos sempre referidos são os *keiretsu* japoneses e, em menor grau, os *chaebol* coreanos.

mais concentrada, multindustrial e com um importante braço financeiro, desenvolve suas atividades em escala internacional e, ao mesmo tempo, transforma e reduz a capacidade de intervenção política e macroeconômica dos Estados nacionais. Neste sentido, esta "cooperação" também visaria assegurar um determinado tipo de substituição de atividades macroeconômicas dos Estados e um maior controle das incertezas por este mesmo processo geradas. Esta maior "integração e cooperação" se desdobraria em diferentes níveis: a) com os fornecedores, ao assegurar uma relação mais integrada; b) com os concorrentes, no que COUTINHO considerou como "alianças tecnológicas interoligopolistas" capazes de desenvolver um produto e conquistar mercados; e c) com o financiamento, capaz de assegurar a conglomeração e sinergias indispensáveis para a grande empresa.

No entanto, embora as grandes empresas oligopólicas continuem sendo o principal veículo da transformação econômica da inovação tecnológica em novos processos e produtos, a competitividade que se ampliou com a emergência da Terceira Revolução Industrial, não se sustentaria apenas nas capacidades dinâmicas, gerenciais ou inovacionais da empresa privada. Para COUTINHO, uma das principais tendências que caracterizariam o novo padrão tecnológico e produtivo seria composta pelas novas bases da competitividade, em sua dimensão sistêmica, com vantagens

comparativas dinâmicas e construídas deliberadamente por "estratégias privadas e/ou públicas de investimento com inovação".<sup>37</sup>

Como corolário da automação integrada flexível já se verificaria uma profunda alteração na organização e nos processos de trabalho, que incorporariam crescentemente nas indústrias de ponta características de flexibilidade e polivalência. Em contraposição à organização do trabalho taylorista-fordista, a transformação da fábrica em um organismo complexo, capaz de aprender e ajustar-se às necessidades oligopolistas de competir em qualidade e diferenciação do produto traria em seu bojo a necessidade de um "novo tipo de trabalhador" que valorizaria seu conhecimento técnico individual e, mais polivalente, seria capaz de interagir criativamente com o novo processo de trabalho.

Esta, no entanto, é apenas uma das faces do processo de profunda transformação do mundo do trabalho, que extrapola em muito o ocorrido no processo produtivo industrial e que buscaremos analisar no próximo capítulo.

---

<sup>37</sup> A este respeito ver COUTINHO 1992, pg. 80.

---

---

CAPÍTULO 3

TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E MUNDO DO TRABALHO.

---

---

"... modernity is often meretricious ..."

David Landes

---

### 3.1. NOVO PADRÃO INDUSTRIAL E TRABALHO

Com a emergência da Terceira Revolução Industrial e da reestruturação mundial do capitalismo que se processou a partir das últimas décadas do nosso século, ademais da ruptura do anterior paradigma industrial e tecnológico efetivou-se o questionamento, a fratura ou até mesmo a ruptura do compromisso social e das relações/instituições econômicas, sociais e políticas definidas quando da constituição e expansão do padrão de industrialização norte americano no pós-guerra.

Esta ofensiva do capital reestruturado sob dominância financeira reverteu o longo período de realinhamento da relação capital/trabalho, relativamente favorável ao trabalho, e golpeou o trabalho organizado, que, na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação e de "conflitualidade".<sup>1</sup>

Todas estas transformações obviamente não são homogêneas e apresentam diferenças nos diferentes países capitalistas avançados, segundo suas histórias ou se neste processo tenham se submetido mais à dinâmica ultra-liberal (EUA e Inglaterra) ou buscado manter formas nacionais

---

<sup>1</sup> A este respeito, ver BAGLIONI 1990, p. 14.

"reguladas e organizadas" (Alemanha e Japão).

No entanto, estas mudanças alterariam o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, criando novas mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os "anos dourados" do pós-guerra. Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

Este processo de mudanças no mundo do trabalho não pode ser exclusivamente considerado como resultante da crise que se abre na segunda metade dos 60, explode no início da década de 1970 e se estende até 1983, ainda que esta crise tenha acentuado este processo.

Tampouco pode ser debitado exclusivamente às políticas neo-liberais, ainda que sem elas estas transformações não teriam tido efeitos sociais tão deletérios. Efetivamente, tal situação foi facilitada por políticas que, ao longo dos anos 80, visariam alterar os supostos constrangimentos, incentivos e obstáculos à competitividade. A base destas políticas liberais encontram-se no ajuste

estrutural e na flexibilização do trabalho e supôs a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado e a eliminação de regulações governamentais protetoras que supostamente engessariam o mercado de trabalho, elevariam custos de produção e minariam a competitividade. Seu objetivo: reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas e possibilitar, então, o propugnado e "indispensável ajuste de preços relativos".

Após os vários anos de crescimento econômico mundial iniciado em 1983/84 e estendido até 1990/91,<sup>2</sup> este processo de mudanças no mundo do trabalho é também avaliado em sua dimensão estrutural e tendencial, inclusive por estudos de organizações internacionais.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Iremos privilegiar neste capítulo a análise da década de 80, período no qual na maioria dos anos (1983-1990) verificou-se um significativo ciclo de crescimento econômico. Evitaremos incorporar os dados referentes aos primeiros anos da década de 90, para tentar reduzir os possíveis efeitos de uma conjuntura recessiva sobre problemas mais estruturais.

<sup>3</sup> São inúmeros os trabalhos que apontam nesta direção. A título de exemplo, ver os estudos do ILS da OIT, em particular os de SENGENBERGER 1990 e STANDING 1990 e 1991. Também a OCDE mais recentemente começa a reconhecer o caráter estrutural do desemprego gerado nos países avançados. A este respeito ver OCDE 1991 e 1992. Mais recentemente a Monthly Labor Review, do Bureau of Labor Statistics do governo norte-americano apresenta uma análise comparativa do desemprego em vários países do mundo, considerando diferentes indicadores de desemprego, vários deles caracterizados como estruturais. A este respeito ver SORRENTINO 1993, pgs. 3-24.

Na realidade, este processo tem duas faces distintas.

A primeira seria desprendimento lógico e funcional dos requisitos tecnológicos, do novo paradigma de produção industrial de massa de bens diferenciados e do sistema integrado de produção flexível. Neste sentido, apontaria, inclusive, para a figura de um novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente (em contraposição aos trabalhadores especializados, parcelizados, desqualificados da produção *fordista*)<sup>4</sup> e até mesmo portadores de uma revalorização da ética e da utopia do trabalho.

Este novo segmento de trabalhadores localizados em empresas líderes, cujos membros teriam orgulho de sua profissão, maior soberania em seu trabalho, ampliada capacidade para evoluir ao ritmo das novas técnicas, e que valorizariam sobretudo seu conhecimento técnico individual, poderiam até ver "humanizado" o seu trabalho e/ou ampliadas suas conquistas. Estes trabalhadores, necessários ao funcionamento permanente da nova produção capitalista

---

<sup>4</sup> Uso o termo *fordismo* em sua acepção mais limitada, ou seja, designando um princípio geral de organização da produção. A "escola francesa da regulação" define *fordismo* de forma muito mais ampla do que apenas uma variante do processo de trabalho. Para esta escola, este conceito é aplicado ao nível social, designando também um modo de desenvolvimento, uma espécie de "way of life", referido tanto ao paradigma de produção quanto ao padrão de consumo.

(flexível, acentuadamente inovadora, em pequenos lotes, etc.) poderiam manter a garantia do emprego ou até mesmo elevar seus salários, ampliar a negociação coletiva (a nível de empresa), ou assegurar seu novo caráter polivalente, com educação e treinamento permanentes.

A organização industrial e as relações de trabalho que emergem com o novo padrão produtivo e tecnológico vem sendo crescentemente estudados no interior da grande empresa.<sup>5</sup> Alguns autores tendem a ver nestas experiências mais do que a emergência embrionária de novas relações. Para eles já se verificaria sua crescente generalização e formação de um novo paradigma<sup>6</sup> que em contraposição ao "ultrapassado sistema de produção de massa",<sup>7</sup> estaria vendo o nascimento do trabalhador completo, precursor do fim da divisão do trabalho<sup>8</sup> ou uma verdadeira "revolução nos processos de trabalho".<sup>9</sup> Em geral, estes autores privilegiam o potencial das novas

---

<sup>5</sup> Diferentes estudos observam estas novas relações e as definem conceitualmente por "toyotismo", "kalmarianismo", "especialização flexível" ou "cooperação proudhoniana", como por exemplo, AOKI 1988 e 1990; BOYER 1986, 1989 e 1992; CORIAT 1992; LEBORGNE e LIPIETZ 1989; LIPIETZ 1992; PIORE e SABEL 1984 e KERN e SCHUMANN 1989.

<sup>6</sup> A este respeito ver PEREZ 1989, pg. 3-6.

<sup>7</sup> Em PIORE e SABEL 1984.

<sup>8</sup> A este respeito ver KERN e SCHUMANN 1989.

<sup>9</sup> COUTINHO 1992 a, pg. 74 e 1992 b, pg. 8-10. Neste último trabalho COUTINHO espera que, a partir de uma eventual democratização da empresa resultante da automação industrial, "venha a constituir o cerne de um processo de democratização radical da sociedade humana, agora nascido das entranhas dos sistemas de produção".

tecnologias em ampliar a flexibilidade, elevar os níveis de educação-qualificação e o perfil ocupacional da mão-de-obra, assim como gerar por si só um trabalho mais "humanizado". Suas análises se contrapõem diametralmente à tese da inevitável desqualificação da força de trabalho no capitalismo, resultante da compulsão patronal em assegurar o controle dos trabalhadores, sob a orientação dos métodos *tayloristas*.<sup>10</sup>

Estas análises embora justas no sentido de recuperar a importância do paradigma tecnológico e da inovação tecnológica, sobrevaloram a "saturação" do mercado de massas e "as potencialidades das novas tecnologias",<sup>11</sup> sobretudo sua capacidade de revalorizar/ reprofissionalizar ("upgrade") o trabalho nas precisas condições em que se dá a constituição deste padrão industrial e tecnológico da Terceira Revolução Industrial, ou seja, sob a ofensiva do capital reestruturado em meio à "modernização conservadora".<sup>12</sup> Em geral, extrapolam uma avaliação interna às empresas, supondo a reprodução das novas formas da competitividade do nível das empresas

---

<sup>10</sup> A visão de BRAVERMAN 1974 foi analisada criticamente por diferentes autores nos trabalhos recoletados por WOOD 1982 e 1989. Ressalte-se sobretudo o questionamento do determinismo da desqualificação do trabalho sob o capitalismo e a subestimação do papel da inovação tecnológica.

<sup>11</sup> A este respeito, ver WOOD 1989.

<sup>12</sup> Estudos recentes apontam para a inexistência de uma tendência claramente determinada. Tanto as hipóteses da desqualificação (BRAVERMAN), quanto aquelas que consideram efeitos benéficos e inequívocos sobre as qualificações não seriam confirmadas. A este respeito ver os estudos de CHRISTIE, NORTHCOTT e WALLING 1990.

(inclusive pela externalização/terceirização e atividades anteriormente realizadas no âmbito da empresa)<sup>13</sup> para a nação e destas para mundo, sem avaliar seus efeitos macroeconômicos e sociais. Supõe, portanto, sem maiores intermediações a sua generalização a partir do novo paradigma já tornado "virtuoso" por obra de suas condições econômicas, e ignoram, consideram pouco relevante ou sem relação imediata com as novas condições criadas pelo padrão tecnológico e produtivo que, paralelamente, tenha-se verificado a redução do emprego, a ampliação do desemprego, a intensificação do trabalho, o (re)surgimento de "novas" formas de trabalho, as mudanças na forma e no conteúdo da contratação e a redução do poder dos sindicatos.

No entanto, embora enfrentem problemas à sua generalização e não devam ser concebidas enquanto "modelos" a serem copiados, o estudo destas experiências têm contribuído para evidenciar determinados elementos indispensáveis ao redirecionamento das políticas estatais nacionais, assim como as mudanças significativas que já se fazem sentir nas relações de trabalho no interior destas empresas e as diferenças

---

<sup>13</sup> Neste sentido estas novas formas de estrutura e organização do trabalho, como apontado por MÜLLER-JENTSCH et alli, não devem se "fundir de maneira simplista na noção uniforme de *fábrica do futuro*". Como diria BRÖDNER, "na história da industrialização capitalista, raramente foram tão numerosas como atualmente as concepções sobre o que será a *fábrica do futuro*, mas também é raro que sejam tão contrastadas". BRÖDNER, P. *Fabrik 2000. Alternative Entwicklungspfade in die Zukunft der Fabrik*, Sigma, Berlin, 1985 citado por MÜLLER-JENTSCH, REHERMANN e SPERLING 1992, pg. 116.

ampliadas entre seus trabalhadores e os demais. Neste sentido, seja na "terceira" Itália, em Kalmar na Suécia, ou nas principais empresas no Japão - apesar das diferenças históricas e das distintas formas de organização do trabalho<sup>14</sup>

pode-se constatar a presença de: a) força de trabalho de nível de formação, seja escolar, seja técnica e com uma escola pública de ótimo nível; b) garantias de emprego, com estabilidade em alguns casos; c) pequenas diferenciações salariais e pouca rigidez na definição dos postos de trabalho; d) trabalho em equipe; e) nos casos da Itália e da Suécia tem contratações coletivas efetivas; f) processo de trabalho e inovação são motivo de discussão e negociação sindical.<sup>15</sup>

Entre os extremos das teses da desqualificação e da especialização flexível alguns autores vêem todavia uma espécie de "hibridismo"<sup>16</sup> como respostas à crise e ao esgotamento do padrão de desenvolvimento. Uma parte destes autores, identificados com a escola francesa da regulação, consideram várias configurações nacionais ou variantes nacionais: fordismo genuíno (EUA), fordismo híbrido (Japão), flex-fordismo (Alemanha), fordismo impulsionado pelo Estado (França) e fordismo democrático (Suécia) que apontariam

---

<sup>14</sup> WOOD 1989, pg. 34.

<sup>15</sup> Para uma análise comparativa destas experiências ver FERREIRA et alii 1991, p.26-29.

<sup>16</sup> A este respeito ver BOYER 1989.

diferentes saídas.<sup>17</sup> Para outros, os desdobramentos seriam apenas dois: o *neo-taylorismo*, "definido como um retorno às formas pré-fordistas de flexibilidade da força de trabalho, com salários mais baixos, maior risco de perda de emprego e um controle direto, por parte da administração, sobre a aplicação de tecnologias mais ou menos modernizadas" (casos dos EUA, Inglaterra e França) e o *envolvimento coletivamente negociado*, "definido como o comprometimento da força de trabalho na luta pela qualidade, produtividade e melhoria das novas tecnologias, em troca de garantias sociais e da repartição dos ganhos de produtividade" (casos da Suécia e Alemanha). Ambos paradigmas coexistiriam quando o envolvimento negociado fosse apenas realizado "firma a firma" (caso do Japão).<sup>18</sup>

No entanto, dado o extraordinário movimento e intensidade das transformações que vêm ocorrendo nos parece menos importante conceitualizar e efetuar tipologias e sim buscar os determinantes gerais deste movimento efetivamente todavia híbrido e os eventuais caminhos que se abririam à seguir. LEITE, em seu mais recente trabalho, questiona o sentido da potencialidade integradora do novo paradigma, que "pode não só não se concretizar, como ser acompanhada de um conjunto de outros impactos sobre o trabalho e que apontam

---

<sup>17</sup> BOYER 1989, pg. 14 e 1992, pg. 6.

<sup>18</sup> LIPIETZ 1991, pg. 126

mais no sentido da precarização do que no seu enriquecimento". Equivoca-se, no entanto, ao responsabilizar "as análises sistêmicas" por não incorporar a "riqueza das análises micro, mais capazes de captar as diferentes maneiras como as novas tendências vão se ajustando às novas realidades".<sup>19</sup>

Na verdade, o problema não se encontraria na maior globalização da análise que, embora pouco em voga em tempos onde o dominante é o "saber em migalhas" e a "recusa da totalidade",<sup>20</sup> continuaria indispensável para compreender a natureza e os desdobramentos de transformações tão profundas quanto recentes e movediças. O problema do otimismo intrínseco àquelas análises residiria em sua concepção determinista, aonde a capacidade de tornar virtuoso o novo padrão industrial e tecnológico residiria em sua natureza e características econômicas, capaz de determinar o próprio porvir das sociedades humanas. Da mesma maneira como não foram razões estritamente econômicas que determinaram o desempenho e a dinâmica das economias dos países avançados sob a hegemonia do padrão de desenvolvimento norte-americano no pós-guerra,<sup>21</sup> também agora não haveriam condições ou paradigmas que

---

<sup>19</sup> A este respeito ver LEITE 1993 b, pg. 9.

<sup>20</sup> A este respeito ver BOSI 1992, pg. 352.

<sup>21</sup> Efetivamente, o desenvolvimento do padrão de industrialização e do paradigma tecnológico e produtivo emergentes da Segunda Revolução Industrial poderia não ter desembocado no padrão de desenvolvimento norte-americano. Neste caso, as características do Estado, do crescimento, dos ciclos e das crises seriam outras.

determinassem unilateralmente os caminhos a seguir.

Se, por um lado, o capitalismo pode revolucionar as forças produtivas e impor mudanças nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, movendo-se em um terreno definido por condições produtivas e tecnológicas, não é menos verdadeiro que, por outro lado, este processo pode dirigir-se através de caminhos insuspeitados e que são regidos por circunstâncias históricas, aonde tem peso significativo não somente o "movimento espontâneo" de POLANYI, mas, sobretudo, o vigor e a habilidade das forças sociais em se constituir enquanto tal e definir aliados em torno de projetos de sociedade ou até mesmo de civilização.

É verdade que os países que efetivaram a primeira onda de industrializações atrasadas sob o capitalismo concorrencial no século passado (EUA, França e Alemanha) tenderam a reproduzir a estrutura produtiva britânica, montada sob a égide da Primeira Revolução Industrial e com um proletariado em fase de constituição. Já os países que se incorporam ao capitalismo industrial na segunda onda de industrializações atrasadas (Rússia, Japão e Itália) o fizeram à partir da década de 70 do século passado quando emergia a Segunda Revolução Industrial e revolucionava-se a estrutura produtiva, surgiam novos setores, novos padrões tecnológico e organizacional, e um proletariado já constituído e numeroso,

etc.<sup>22</sup>

No entanto, este padrão tecnológico demorou a encontrar sua "virtuosidade", só podendo constituí-lo depois da destruição da guerra, quando afastado o nazi-fascismo crescia o "espectro" do comunismo. Só então, graças às condições políticas da época se conformaria nos países capitalistas avançados as normas de produção, relações salariais e o padrão de consumo que caracterizariam o padrão de industrialização e desenvolvimento norte-americano, gerando um acentuado (embora diferenciado) processo de homogeneização da estrutura produtiva e do consumo.

Nesta fase inicial da Terceira Revolução Industrial, a emergência de um novo padrão de industrialização constituído sob a ofensiva do capital reestruturado tem favorecido a concorrência internacional e a ainda maior concentração e expansão de empresas oligopolísticas, multindustriais, transnacionais e com múltiplas atividades (produtivas e financeiras). Estas empresas favoreceriam, por um lado, a redução do poder político, macroeconômico e dos recursos dos Estados ao mesmo tempo em que ampliariam as incertezas monetária e financeira no marco da desestruturação da ordem econômica internacional.

---

<sup>22</sup> A este respeito ver BARBOSA de OLIVEIRA 1985, pgs. 226-231.

Por outro lado, este processo teria mantido abertos os desdobramentos das normas de consumo e da relação salarial e dada sua desarticulação relativamente ao padrão industrial emergente, um novo padrão de desenvolvimento estaria ainda por constituir-se. Tal situação, ademais da instabilidade crônica e da desordem econômica internacional, tem gerado duas formas de um mesmo processo de transformações no mundo do trabalho, responsáveis pela maior fragmentação e desestruturação do trabalho e, conseqüentemente, das sociedades ainda baseadas no trabalho.

Uma destas transformações, apontaria para a constituição de um novo segmento de trabalhadores e de novas e embrionárias relações de trabalho. No entanto, uma outra face deste processo, aponta em outra direção.

Trata-se, do resultado do esforço concentrado de questionamento - por parte do capital e de antigos aliados do pós-guerra, hoje submetidos à dinâmica da esfera financeira - de uma série de direitos ou conquistas dos trabalhadores e das sociedades democráticas contemporâneas, obtidos no ambiente internacional da bipolaridade, do Estado de Bem-Estar, das políticas econômicas de tipo keynesianas e do crescimento estável.

Esta forma particular de desestruturação da antiga relação salarial, constituir-se-ia em meio a embriões

de novas formas de organização do mundo do trabalho sob a emergência da Terceira Revolução Industrial, em condições de debilidade defensiva do trabalho organizado e de fortalecimento ofensivo do capital reestruturado. Em nome da competitividade internacional o capital busca reestruturar-se movendo-se contra o trabalho organizado.

Desta maneira, o surgimento deste "novo trabalhador" tem uma contrapartida, independentemente das diferentes visões prospectivas, que tenham, por exemplo, GORZ<sup>23</sup> ou KERN e SCHUMANN<sup>24</sup>. Trata-se da crescente massa de trabalhadores que perde seus antigos direitos e, não se inserindo de forma competitiva, embora funcional, no novo paradigma tecnológico torna-se desempregada, marginalizada ou trabalha sob "novas" formas de trabalho e de qualificação, em relações muitas vezes "precárias" e "não-padronizadas".<sup>25</sup>

#### O surgimento da Terceira Revolução Industrial

---

<sup>23</sup> Segundo GORZ, estes trabalhadores seriam "ganhos, em nome da ética do trabalho para a colaboração com o capital". A este respeito, ver GORZ 1989, pg. 88.

<sup>24</sup> Para KERN e SCHUMANN, seria a primeira vez na história do capitalismo industrial que, "graças à neo-industrialização, se reduziria em grande escala, ao invés de crescer, a heteronomia do trabalho industrial e melhoraria decisivamente as condições que permitem aos trabalhadores um comportamento pessoal competente e consciente de seu próprio valor". A este respeito ver KERN e SCHUMANN 1989, pg. 377.

<sup>25</sup> A anterior relação de trabalho padrão (*standard employment relationship*) se dava sob a proteção do contrato coletivo e da legislação social, que determinavam a duração da jornada de trabalho, sua plena ocupação, ademais de níveis salariais compatíveis e estabilidade de direitos e obrigações.

e a configuração de um novo paradigma tecnológico em condições de ofensiva do capital reestruturado teria gerado um novo trabalhador, ao mesmo tempo em que acentuado a fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho, rompendo com as diferentes formas de defesas ou segurança do trabalho ("labour security") geradas no pós-guerra.<sup>26</sup>

Para GORZ, a reapropriação da ética e da utopia do trabalho, nas presentes condições de inexistência de empregos permanentes para todos, torna-se uma alavanca auxiliar para segmentar e "desintegrar os trabalhadores, o movimento sindical e o que restava de solidariedade e coesão social".<sup>27</sup>

A redução daqueles níveis de segurança do trabalho do pós-guerra sem a plena configuração de uma nova relação salarial e padrão de consumo compatíveis com o salto executado pelas revigoradas forças produtivas, tem ampliado a *fragmentação e a desestruturação do trabalho* e acentuado a paralisia política e o defensismo estratégico do movimento sindical, reduzido ainda mais a solidariedade e coesão social, apontadas por GORZ, e que terminam por amplificar as dificuldades para se reconstruir uma nova hegemonia transformadora.

---

<sup>26</sup> A este respeito ver a coletânea organizada por STANDING e TOKMAN 1991, STANDING 1990 e 1991 e nota de rodapé n. 40, Cap. 1.

<sup>27</sup> GORZ 1989, pg. 90.

---

### 3.2. A CRESCENTE INSEGURANÇA DO TRABALHO

Assim, paralelamente à emergência de um novo padrão industrial, em meio à desestruturação da ordem econômica internacional e à ruptura do compromisso keynesiano, verificou-se novamente um processo no qual o novo padrão entra em choque com as próprias bases materiais que deram sustento à relação salarial e às demais formas constitutivas do mundo do trabalho anteriores, sem que nova articulação tenha sido criada.

Este processo assumiria a forma de uma crescente ampliação da insegurança do trabalho que, por sua vez, apontaria para uma maior desestruturação do mundo do trabalho constituído no pós-guerra. Esta expansão da *insegurança do trabalho* se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho.

A maior *insegurança no mercado de trabalho*, entendida como a própria insegurança em pertencer ou não ao mercado de trabalho foi favorecida pela ruptura do compromisso keynesiano e conseqüentemente pela não priorização do pleno emprego como objetivo de governo. O resultado foi uma sobre oferta de trabalhadores (observável pela elevação dos

patamares do desemprego) e do aumento das desigualdades frente ao desemprego.

A sobre oferta de trabalhadores visível nos países avançados não resultaria de fatores demográficos que, conjuntamente com uma elevação das taxas de atividade (sobretudo feminina) poderiam apontar para um crescimento extraordinário da PEA. Esta, contrariamente, manteve um crescimento relativamente estável em praticamente todos países avançados ou até mesmo caiu, como foi o caso ocorrido nos EUA na década de 80.<sup>28</sup>

Tampouco poder-se-ia supor que não teriam sido gerados suficientes empregos. Pelo contrário, as taxas de crescimento do emprego, tomando-se o conjunto dos países da OCDE no período 1983-89, foram semelhantes ao imediatamente anterior períodos de crescimento (1975-79) e maiores do que em anteriores ciclos expansivos (1960-68, 1968-73).<sup>29</sup> Na Europa, o crescimento do emprego total entre 1983 e 1989 foi bastante superior aos anteriores períodos observados.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> BASS 1991, pg.8 e ROWTHORN e GLYN 1990, pg. 219 e OCDE 1991, pg. 33.

<sup>29</sup> Como os níveis de emprego tem forte influência da conjuntura econômica, para permitir uma melhor comparação entre períodos relativamente semelhantes e não exclusivamente cronológicos adoto a divisão de sub-períodos realizada pela OCDE e não uma divisão por décadas. A este respeito ver OCDE 1991 e 1992.

<sup>30</sup> A intensa geração de empregos observada durante a década de 80, e em especial no sub-período 83/89 será melhor qualificada, no entanto, quando analisarmos a *insegurança no emprego* e o tipo de emprego criado.

Na verdade, esta sobre oferta de trabalhadores, poderia mais provavelmente ser debitada às intensas alterações na estrutura do emprego<sup>31</sup> resultantes, seja das políticas econômicas adotadas seja aos processos reestruturadores da Terceira Revolução Industrial em curso.<sup>32</sup>

**TABELA 3.1**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PIB E EMPREGO**  
**TOTAL**

	(em %)									
	1968-73		1973-75		1975-79		1979-83		1983-89	
	Emp.	PIB	Emp.	PIB	Emp.	PIB	Emp.	PIB	Emp.	PIB
Alemanha	0,5	4,9	-2,1	-0,6	0,4	3,9	0,1	0,6	0,8	2,8
EUA	2,3	3,0	0,5	-0,9	3,6	4,3	0,5	0,7	2,6	3,9
França	1,1	5,5	-0,1	-0,6	0,5	3,9	-0,2	1,5	0,2	2,6
Inglater.	0,2	3,3	-0,2	-1,1	0,4	2,9	-1,6	0,5	2,0	3,4
Itália	-0,3	4,6	1,3	1,3	0,7	4,9	0,4	1,7	0,4	3,1
Japão	1,0	8,8	-0,3	1,0	1,2	4,9	1,1	3,3	1,1	4,6
Suécia	0,7	3,8	2,3	3,0	0,7	1,2	0,3	1,1	0,9	2,6
CEE	0,5	4,7	-0,2	0,0	0,3	3,6	-0,5	0,9	1,0	2,9
OCDE	1,2	4,2	0,2	-0,4	1,6	4,4	0,3	1,3	1,6	3,9

FONTE: OCDE 1991, pg. 37-38 e OCDE 1992 pg. 6.

Efetivamente, apesar da década de 80 ter iniciado com uma profunda recessão, caracterizou-se a partir de 1983 por contemplar o "período mais longo de expansão econômica continuada depois da guerra".<sup>33</sup> No entanto, a

<sup>31</sup> A este respeito, ver BASS 1991.

<sup>32</sup> Sobretudo quando, como veremos mais adiante, este período dificilmente poderia ser caracterizado por elevação de custos salariais, aumento do poder, centralização ou densidade sindical, rigidez à baixa dos salários reais, etc.

<sup>33</sup> A este respeito ver OCDE 1991, pg. 62.

significativa retomada do crescimento do emprego neste período foi insuficiente para recuperar as perdas de postos de trabalho resultantes dos anteriores períodos de retração das atividades produtivas (1973-75 e 1979-83), sobretudo porque produzida em meio ao violento processo de reestruturação do capital que caracterizou a "modernização conservadora" dos anos 80.

Alguns dos efeitos deste processo de reestruturação (substituição de antigos insumos por novos materiais; informatização, automação e robotização; flexibilização e terciarização da produção; e reconcentração de capitais e constituição de blocos de países)<sup>34</sup> produzidos nas condições da "modernização conservadora" e com a ruptura do compromisso keynesiano, terminaram por destruir muitos empregos em pleno período de expansão econômica.

Esta destruição estrutural de empregos situados em setores ou regiões declinantes ou em processo de "upgrading", favoreceu a que, apesar do mais longo período de crescimento econômico e do emprego do pós-guerra ocorrido entre 1983-89, ao final da década se continuasse a tendência observada anteriormente na participação da indústria e dos serviços no emprego total e se mantivesse elevadas taxas de desemprego.

---

<sup>34</sup> CANO 1993, pgs. 119-122.

Como resultado da dinâmica do emprego setorial, o comportamento da estrutura de empregos continuou mantendo a tendência do pós-guerra no que se refere à redução da participação do emprego industrial e à ampliação da participação do emprego no setor terciário.

**TABELA 3.2**  
**COMPOSIÇÃO DA PEA CIVIL OCUPADA**

	Agricultura		Indústria		Serviços		Adm. Públ.*	
	1980	1989	1980	1989	1980	1989	1980	1989
Alemanha	5,3	3,7	43,7	39,8	51,0	56,5	14,6	15,5
EUA	3,6	2,9	30,5	26,7	65,9	70,5	15,4	14,4
França	8,7	6,4	35,9	30,1	55,4	63,5	20,0	22,8
Inglaterra	2,6	2,1	37,7	29,4	59,7	68,4	21,1	19,9
Itália	14,3	9,3	37,9	32,4	47,8	58,2	14,5	15,6
Japão	10,4	7,6	35,3	34,3	54,2	58,2	6,7	6,1
Suécia	5,6	3,6	32,2	29,4	62,2	67,0	30,4	31,8
CEE	9,5	6,9	37,8	32,4	52,7	60,7	16,9	17,8
Total OCDE	9,6	7,6	33,8	29,9	56,6	62,5	14,9	14,9

\* Nota: Os dados do emprego na Administração Pública são em porcentagem do emprego total.

Fonte: OCDE 1991 b, pgs. 41-42.

O processo de reestruturação, no entanto, agravou aquela tendência à redução da participação do emprego industrial. Na década de 80, apesar do crescimento econômico, observou-se a redução em termos absolutos do emprego industrial, continuidade de uma situação iniciada em meados da década anterior (quando da intensificação da crise após o primeiro choque do petróleo).

A redução do emprego industrial em termos

absolutos verificou-se em termos agregados para Europa e OCDE e na maioria dos países individualmente analisados, exceção feita aos EUA, Japão e Suécia.<sup>35</sup>

TABELA 3.3

**TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE  
TRANSFORMAÇÃO, NOS SERVIÇOS E NA ADMINISTR. PÚBLICA**  
(média anual em %)

	1968-73			1973-79			1979-83			1983-89		
	I	S	P	I	S	P	I	S	P	I	S	P
Alemanha	0,9	1,7	3,8	-1,4	1,1	2,3	-	-	1,5	-0,2	1,4	0,9
EUA	0,2	3,4	0,5	1,1	3,2	1,4	-1,7	2,0	0,3	1,0	2,9	1,5
França	2,1	2,6	-	-0,9	2,1	-	-1,9	1,5	-	-1,9	1,7	1,3
Inglat.	-1,0	1,5	2,5	-1,3	1,4	1,5	-5,4	1,2	0	-1,6	3,0	-0,1
Itália	0,4	1,3	-	0,4	2,7	2,7	-1,2	2,6	1,4	-2,0	2,5	1,3
Japão	2,0	2,4	2,5	-1,3	2,2	1,9	1,0	2,0	1,0	1,1	1,9	-0,1
Suécia	-1,3	3,2	6,3	-0,6	2,9	4,9	-1,6	1,8	2,6	0,5	1,5	0,8
CEE	0,6	1,9	3,4	-0,9	1,7	2,2	-2,1	1,7	1,4	-0,7	2,4	0,9
OCDE	0,8	2,7	2,4	-0,4	2,5	2,1	-1,2	2,0	1,1	-0,3	2,5	1,1

FONTE: OCDE 1991 b, pgs. 32-34.

No que se refere à participação do emprego no terciário, esta continuou sua secular tendência expansiva. Segundo os dados da OCDE, no início da década de 70, apenas os EUA e o Canadá superavam o nível de mais de 60% do emprego localizado neste setor. Em 1980, oito países chegavam a este valor, e ao final dos 80 mais de doze países superavam aquela grandeza. Nos EUA a proporção do emprego no terciário no final

<sup>35</sup> A Inglaterra é o único país que, independentemente da expansão ou retração de sua economia, apresentou desde os anos 60 uma queda em termos absolutos do conjunto do emprego industrial. Já o emprego manufatureiro apresentou declínio médio de -1,6% a.a. entre 1960 e 1990. A este respeito ver NEEF e KASK 1991, pg. 30.

dos 80 superou os 70% da População Economicamente Ativa civil, enquanto na Alemanha, no Japão e na Itália ainda não alcançavam os 60%.

Em contrapartida, o crescimento do emprego no setor público, depois de iniciar uma primeira retração durante a crise dos anos 70, diminuiu mais significativamente sua expansão na década de 80, agora em clara ruptura com a tendência observada desde o pós-guerra, demonstrando tanto as efetivas dificuldades financeiras dos Estados, quanto a extraordinária gravitação do discurso neo-liberal que propugnava a redução do Estado nos diferentes países. As informações da OCDE indicam uma queda da taxa média anual de crescimento do emprego público para o conjunto dos países que compõem esta organização de 2% no período 1973-79 para 1,1% entre 1979 e 1989.

O resultado deste processo é que em quase todos os países capitalistas avançados, sobretudo europeus, após cerca de 7 anos de crescimento econômico, em 1989 o desemprego continuava superando em várias vezes os níveis existentes no início da década de 70.<sup>36</sup>

Mesmo no Japão, onde o desemprego é

---

<sup>36</sup> Obviamente, com a presente recessão econômica (1991-93), estes números ampliaram-se. Nos países membros da OCDE encontravam-se desempregados em 1992 cerca de 30 milhões de pessoas e na CEE eram mais de 15 milhões os desempregados. A este respeito ver OCDE 1992, pg. 7.

reconhecidamente baixo graças ao extraordinário crescimento econômico, à baixa participação de mulheres no mercado de trabalho e à garantia do emprego existente nas grandes empresas japonesas, as taxas de desemprego ao final da década de 80 mostraram-se bastante superiores relativamente aos patamares de 1973. Dentre os países analisados somente a Suécia apresentou em 1989 taxas de desemprego inferiores às do início dos anos 70.

**TABELA 3.4**  
**TAXA DE DESEMPREGO (%) E Nº DE DESEMPREGADOS** (em milhares)

	<i>Taxa de Desemprego</i>				<i>No. de Desempregados</i>			
	1973	1979	1983	1989	1973	1979	1983	1989
Alemanha	0,6	3,1	7,9	6,8	273	876	2258	2038
Áustria	0,9	1,7	3,7	3,2	33	65	135	108
Bélgica	2,4	7,5	13,2	8,1	92	304	545	385
Espanha	1,0	8,6	18,2	17,1	363	1139	2379	2564
EUA	4,9	5,8	9,6	5,3	4365	6137	10717	6528
França	2,7	6,0	8,4	9,4	593	1361	1974	2313
Holanda	1,4	3,5	11,2	7,4	110	280	674	546
Inglaterra	2,1	4,5	11,2	6,2	557	1234	2984	1743
Itália	6,4	7,8	10,0	12,1	1303	1686	2140	2867
Japão	1,3	2,1	2,7	2,3	680	1170	1560	1420
Suécia	2,0	1,7	2,9	1,4	98	88	151	62
Suíça	0,0	0,3	0,8	0,6	0	10	29	17
CEE	2,4	5,5	10,1	9,0	3530	7534	14109	13419
OCDE	3,2	5,2	8,6	6,4	11329	17917	31120	25309

FORNTE: OCDE 1990 e OCDE 1992, pg. 295.

As exceções dão-se por razões distintas, mas podem ser agrupadas em duas grandes vertentes.

A primeira grande exceção são os EUA. No entanto, a maior queda do desemprego neste país teria sido consequência das menores taxas de crescimento da população em idade ativa e das taxas de participação (que depois de um crescimento intenso devido à entrada de mulheres no mercado de trabalho, reduziram sua expansão).<sup>37</sup> Embora ainda com uma significativa geração de novos empregos,<sup>38</sup> esta foi bem menos intensa que no período de expansão imediatamente anterior (1975-79) e localizada majoritariamente em setores demandantes de empregos com pouca qualificação, baixos salários e produtividade.<sup>39</sup>

A segunda exceção é composta por um pequeno grupo de países nórdicos, capitaneados pela Suécia, e pelo Japão. Estes países de alguma forma mantiveram a opção pelo pleno emprego e por políticas econômicas regulatórias, não abrindo mão da intervenção do Estado e da orientação de seu futuro.

O Japão, assegurou um ritmo de expansão da

---

<sup>37</sup> A este respeito ver MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 132.

<sup>38</sup> Significativa geração de empregos, sobretudo quando comparado com outros países da OCDE. Entre 1980 e 1988 os EUA tiveram um crescimento médio anual do emprego de 1,8%, contra 0,3% da CEE e 1,1% do total da OCDE (EUA inclusive) no mesmo período. OCDE 1991, pg.5.

<sup>39</sup> Nos EUA, entre 1979 e 1989 cerca de 75% dos empregos criados o foram no Comércio Atacadista/Varejista e nos Serviços Pessoais e às Empresas, setores que empregavam em 1988 30,4% e 24% de trabalhadores e que pagavam os menores salários. A este respeito, ver MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 105-107 e 137.

produtividade que permitiu a ampliação de mercados, maior crescimento econômico e criação de empregos, com declínio mais gradual da participação do emprego industrial (mantendo ainda um crescimento em termos absolutos) e ampliação do emprego nos serviços (além da garantia do emprego existente para parcela da força de trabalho empregada nas grandes empresas).

A Suécia, apesar de eventuais vitórias eleitorais conservadoras, não rompeu os compromissos estabelecidos no pós-guerra. Na Suécia, como também na Noruega foi mantido como prioridade nacional o compromisso com o pleno emprego, assegurando a permanência das características gerais do *Welfare State* mantido desde a década de 30, de uma vigorosa classe trabalhadora e um alto grau de unidade organizacional.<sup>40</sup>

Além do aumento do número de pessoas desempregadas, principal fonte de desigualdade no mercado de trabalho, os países capitalistas avançados apresentaram uma expansão da desigualdade no interior do desemprego.<sup>41</sup> Em outras palavras, concomitantemente à elevação do número de pessoas

---

<sup>40</sup> ROWTHORN e GLYN 1990, pgs. 254-256.

<sup>41</sup> O aumento da desigualdade e da heterogeneidade do desemprego obrigaram às organizações voltadas à análise do mercado de trabalho a relativizarem a importância da taxa de desemprego total e buscarem outras medidas de desemprego. Ademais da OCDE (OCDE 1990, pgs.179-193 e 1991, pgs. 42-46), a Agência de Estatísticas do Trabalho do Departamento de Trabalho do governo norte-americano vem desenvolvendo metodologias internacionalmente comparáveis de desemprego a partir de 1989 (Taxas de desemprego de longa duração, de demitidos, de adultos, de trabalhadores tempo integral, de tempo parcial involuntário e de desencorajados). A este respeito ver também SORRENTINO 1991, pgs. 3-5.

desempregadas, uma maior parte destas mantêm-se mais tempo nesta situação<sup>42</sup>, dificultando o retorno ao mercado de trabalho. Por outro lado, são mais duramente atingidos pelo desemprego os jovens, os trabalhadores mais idosos ou aqueles com menor qualificação.<sup>43</sup>

**TABELA 3.5**  
**ESTRUTURA DO DESEMPREGO EM 1989**

(% do Desemprego Total)

	Taxa de desemprego total		Des. de jovens <sup>a</sup>		Des. de mulheres		Des. de Longa Dur. (+ de ano)		Des.+de 45 anos
	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979 <sup>b</sup>	1989	1988
Alemanha	3,2	5,6	3,4	8,1	7,9	8,8	-	49,0	47
EUA	5,8	5,2	11,3	10,5	6,8	5,3	5,9	5,7	30
França	5,9	9,4	13,3	19,1	7,9	12,6	27,1	43,9	22
Itália	7,6	10,9	25,6	33,6	13,3	18,7	-	70,4	43
Inglater.	5,0	7,1	10,3	8,6	3,9	4,2	-	40,8	34
Japão	2,1	2,3	3,4	4,5	1,9	2,3	16,0	18,7	54
Suécia	2,1	1,4	5,0	3,0	2,3	1,4	6,0	6,5	-
<b>CEE</b>	5,7	9,0	-	-	-	-	-	53,7	-
<b>OCDE</b>	5,1	6,2	-	-	-	-	-	33,7	-

<sup>a</sup> De 15 a 24 anos, salvo a Itália (14 a 24) a Suécia, Inglaterra e EUA (16 a 24)

<sup>b</sup> Média 1975-80 ou anos adjacentes.

FONTE: OCDE 1991, pgs. 42 e 46 e BASS 1991.

<sup>42</sup> Na França, um dos países mais afetados por esta forma de desemprego, o tempo médio de desemprego em 1979 era de menos de 150 dias, enquanto em 1989 se elevava a mais de 380 dias. (MERSENNE 1991) Para o conjunto dos países membros da OCDE, em 1980 26,6% dos desempregados alcançavam mais de um ano nesta condição, em 1989 cerca de 34% tinham mais de um ano de desemprego. A este respeito ver OCDE 1991, pg. 42.

<sup>43</sup> CFDT Aujourd'hui 1991 e EURO INST 1990.

**TABELA 3.6**  
**DESEMPREGADOS COM SEGURO-DESEMPREGO.**  
 EUA, 1980-89

Anos	%
1980	50
1981	41
1982	45
1983	44
1984	34
1985	34
1986	33
1987	32
1988	32
1989	33

FONTE: STANDING 1991.

Na maioria dos países avançados, paralelamente à preservação de elevados níveis de desemprego crônico, foram realizadas alterações mais ou menos importantes em seus sistemas de seguridade social que reduziram vários benefícios sociais, inclusive do seguro-desemprego, o que favoreceu à ampliação da desigualdade social.<sup>44</sup> No caso dos EUA, apesar de apresentar relativamente menores taxas de desemprego, o aumento da desigualdade foi intensa entre os desempregados (também pela redução do número de desempregados acolhidos ao seguro desemprego) e mais intensa ainda entre os ocupados.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Para PALOMARES e MERTENS "a fratura do Estado de Bem Estar e a diminuição da qualidade dos serviços conduzem a uma maior diferenciação entre os usuários, que, sempre que possível, optarão por soluções individuais ou grupais, em lugar de coletivas de massa". In PALOMARES e MERTENS 1993 pg. 122.

<sup>45</sup> Sobre a degradação das condições de trabalho (relação de trabalho, emprego, salário, jornada de trabalho, etc.) nos EUA, ver MISHEL e FRANKEL 1991, PETERSON 1991, SCHOR 1991 e ROSENBERG 1993.

Nos EUA, segundo ROSENBERG, ao longo da década de 80 "o mercado de trabalho tornou-se ainda mais descentralizado e desregulado, resultando em crescente desigualdade em uma variedade de dimensões".<sup>46</sup>

No entanto, esta ampliação da *insegurança no emprego* deu-se em praticamente todos os países avançados, tornando-se aliada da elevação das facilidades patronais em despedir e em utilizar trabalhadores eventuais, e de outras formas de cortes de custos do trabalho, resultantes do rompimento do "compromisso keynesiano" e da tentativa de estabelecer unilateralmente as novas regras da relação de trabalho. Enquanto durante o período do pós-guerra tornou-se objetivo dos governos e de suas políticas assegurar aos trabalhadores formas estáveis e padronizadas de relações de trabalho e de segurança do emprego face à demissão arbitrária, durante a "modernização conservadora dos anos 80 tais formas de proteção passaram a ser consideradas "responsáveis" pelo desemprego ascendente e foram questionadas e reduzidas.

Esta maior *insegurança no emprego* pode ser observada através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho à domicílio ou independentes,

---

<sup>46</sup> A este respeito ver ROSENBERG 1993, pg. 3.

aprendizes, estagiários, etc. que conformam o questionamento progressivo da relação padronizada de emprego, característica do padrão de desenvolvimento norte-americano.<sup>47</sup>

Estas "novas", "atípicas" ou "contingenciais"<sup>48</sup> formas de trabalho e de trabalhadores são, no entanto, muito diferenciadas entre si e heterogêneas. Algumas tem algo de *dejà vu* relativamente a outros momentos pretéritos do desenvolvimento capitalista, como os trabalhos doméstico e independente,<sup>49</sup> mas são hoje também resultado da terceirização levada à cabo pelas empresas e da maior utilização da informática e de outras tecnologias que favorecem o trabalho realizado à distância da empresa. Outras são relativamente

---

<sup>47</sup> Esta relação padronizada de emprego (*standard employment relationship*) foi ampliada e generalizada sob a proteção da legislação e da contratação coletiva e se caracterizava pela ocupação plena de jornada de trabalho e nível salarial socialmente determinados. Os padrões de emprego (*labor standards*) descrevem a situação real ou desejável relativamente à ocupação, nível dos rendimentos, *fringe-benefits*, seguridade social, segurança no emprego, saúde e segurança do trabalho e nível de qualificação e competência da força de trabalho. A este respeito ver STANDING 1990 e 1991, RODGERS e RODGERS 1989, CORDOVA 1986 e SENGENBERGER 1990.

<sup>48</sup> A variedade de denominações para o mesmo fenômeno é relativamente grande. A estas formas de trabalho KRAVARITOU-MANITAKIS 1989 preferiu chamar de "novas", a OCDE 1991 de "atípicas", enquanto RODGERS e RODGERS 1989 e MISHEL e FRANKEL 1991, referindo-se aos EUA, denominaram "trabalho contingencial" ou "trabalhadores contingenciais" (*contingent workers*). Autores franceses tem preferido chamar de "formas de emprego precárias". A este respeito ver AUDIER 1981 e GAMBIER e VERNIÈRES 1985.

<sup>49</sup> Depois de várias décadas de redução progressiva da participação do trabalho independente, esta forma de trabalho voltou a aumentar em muitos dos países avançados. Estes trabalhadores se concentrariam nos serviços e teriam uma jornada de trabalho mais longa e rendimentos mais aleatórios que os assalariados. A este respeito ver OCDE 1992, pgs. 161-171.

novas e ampliadas pelas novas relações das empresas com o mercado (consumidores e fornecedores) e/ou pelas estratégias empresariais de flexibilização e redução do custo do trabalho como forma de romper a anterior relação de trabalho e de fazer face à crescente concorrência doméstica ou internacional. Neste sentido, o capital reestruturado buscou reduzir o tamanho da força de trabalho diretamente empregada pelas empresas, substituindo o trabalho integral, de longo prazo ou indeterminado, pelo trabalho contingencial, temporário, *part-time*, etc..

Embora estas formas de trabalho possam corresponder a formas anteriormente existentes de subutilização da força de trabalho, estas eram pouco significativas no período do pós-guerra.

No entanto, é importante considerar-se que a ampliação do emprego *part-time* e/ou de outras formas "atípicas" de trabalho não deveriam ser consideradas necessariamente como disruptoras do trabalho.

Obviamente que a sua ampliação, se resultante de um compromisso social em torno de uma redivisão do trabalho disponível na sociedade ou tendo sua inserção permanente garantida pela legislação social,<sup>50</sup> teria outra conotação do

---

<sup>50</sup> Uma das propostas de divisão dos empregos disponíveis e da jornada de trabalho visaria a transformação dos empregos tempo integral em tempo

que o que ocorre atualmente, onde parte dos trabalhadores sujeitos a esta forma de trabalho o fazem involuntariamente, sem garantias (seguridade social, aposentadoria, etc.) e mal pagos.<sup>51</sup> Embora difícil de diferenciá-los, é amplamente reconhecido que muitos destes trabalhadores passaram a ser "contratados" em condições mais "precárias", no que se refere à contratação propriamente dita, condições salariais e acesso à seguridade social, assistência médica, aposentadoria, etc.<sup>52</sup>

**TABELA 3.7**  
**CRESCIMENTO DO EMPREGO TOTAL, EM TEMPO INTEGRAL**  
**(FULL-TIME), EM TEMPO PARCIAL (PART-TIME),**  
(Homens e mulheres - países membros da OCDE)

	(em %)	
	1981-83	1983-89
Emprego Total	0,1	1,6
Emprego full-time	-0,5	1,5 <sup>a</sup>
Emprego part-time	3,4	2,1 <sup>a</sup>
Homens		
Emprego full-time	-0,9	1,1 <sup>a</sup>
Emprego part-time	3,7	2,1 <sup>a</sup>
Mulher		
Emprego full-time	0,2	2,3 <sup>a</sup>
Emprego part-time	3,3	2,1 <sup>a</sup>

<sup>a</sup> Crescimento médio anual de 1983-1988.

FONTE: OCDE 1990, pg. 24.

parcial. A este respeito ver AZNAR 1981 e 1990.

<sup>51</sup> A heterogeneidade dos trabalhadores part-time é grande e suas definições variam segundo os diferentes países, dificultando a comparação internacional. Na Alemanha, por exemplo, dividem este contingente de trabalhadores entre "marginais" e "regulares" e nos EUA em "involuntários" e "voluntários". (OCDE 1992, pg. 48) Dos empregos part-time gerados nos EUA de 1973 a 1979 cerca de 34% foram preenchidos involuntariamente. Entre 1979 e 1988 mais de 43% destes empregos eram involuntários. (MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 133.)

<sup>52</sup> A este respeito ver BURTLESS 1990, KRAVARITOU-MANITAKIS 1989, STANDING 1991, RODGERS e RODGERS 1989 e OCDE 1991 e 1992.

**TABELA 3.8**  
**PROPORÇÃO DO EMPREGO EM TEMPO PARCIAL, DO EMPREGO**  
**TEMPORÁRIO E DO EMPREGO INDEPENDENTE\***  
 (como % do emprego total,  
 exceto emprego temporário como % do emprego assalariado)

	<i>Emprego Parcial</i>		<i>Emprego Temporário</i>		<i>Emprego Independ.</i>	
	1979	1990	1983	1989	1979	1989
Alemanha	11,4	13,2 <sup>a</sup>	10,0 <sup>c</sup>	11,0	7,7	8,4
EUA	14,4	16,9	-	-	7,1	7,5
França	8,2	12,0	3,3	8,5	10,6	10,5
Itália	5,3	5,7 <sup>b</sup>	6,6	6,3	18,9	22,4
Inglaterra	16,4	21,8	5,5	5,4	6,6	11,5
Japão	15,4	17,6 <sup>b</sup>	10,3	10,8	14,0	12,0
Suécia	23,6	23,2	-	-	4,5	7,1

\* Dadas as diferenças de definições de trabalho parcial e da determinação das horas trabalhadas, a OCDE recomenda cautela na comparação entre os países. O trabalho temporário compreende os trabalhadores assalariados temporariamente e os empregados por jornada. O emprego independente não agrícola compreende os trabalhadores por conta-própria e os empregadores (foram excluídos os trabalhadores familiares não remunerados. Para maiores detalhes ver OCDE 1992, Anexo 4.A, OCDE 1989, Anexo 1.B, OCDE 1990, Anexo 1.C e OCDE 1991, pg. 52.

a Dados de 1988.

b Dados de 1989.

c Dados de 1985.

FONTE: OCDE 1991, pgs. 46-54.

**TABELA 3.9**  
**EVOLUÇÃO DAS NOVAS FORMAS DE EMPREGO**  
 (FRANÇA, 1982 e 1989)

	1982	1989
Tempo Parcial	1.515.000	2.240.000
Tempo Determinado	298.000	611.000
Substituição	125.000	234.000
Estágios	90.000	321.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.025.500</b>	<b>3.406.000</b>

FONTE: BASS 1991, pg. 102.

**TABELA 3.10**  
**SALÁRIO MÉDIO HORÁRIO (US\$) E PARTICIPAÇÃO EM PLANOS**  
**DE APOSENTADORIA E SAÚDE, TRABALHADORES TEMPO**  
**INTEGRAL E PARCIAL.**  
 (EUA, 1987)

	Salário Médio		Plano de Aposent.		Plano de Saúde	
	T. I.	T. P.	T. I.	T. P.	T.I.	T.P.
Mulheres	8,70	8,03				
Chefes			50,2	14,2	74,1	25,6
Esposa			50,9	17,9	59,7	17,8
Homens	13,26	12,46	58,5	18,3	79,0	37,1

FONTE: MISHEL e FRANKEL 1991, pgs. 138-139 e BURTLESS 1990, pgs. 129-130.

Durante vários anos identificou-se o fortalecimento destas "novas formas de trabalho", "trabalho atípico", ou "trabalho diferenciado" à crise econômica. Depois de cerca de oito anos de crescimento econômico, a natureza estrutural das mudanças que as determinaram passaram a ser reconhecidas (menor crescimento do emprego industrial e ampliação do emprego nos serviços, novas estratégias de administração nas empresas e a busca de sistemas de produção mais flexíveis).

Sua articulação com uma das principais formas de flexibilidade, denominada flexibilidade do emprego ou mobilidade dos trabalhadores tem sido crescentemente estudadas.<sup>53</sup> No entanto, na "modernização conservadora" da década de 80 também grande parte dos governos, pressionados

<sup>53</sup> ATKINSON 1985, 1989; BOYER 1986; CORDOVA 1986; TARLING 1987; KRAVARITOU-MANITAKIS 1987; RODGERS E RODGERS 1989; WOOD 1989.

pelos empresários e pela vaga de liberalismo buscou a redução das formas de proteção ao emprego, sendo que alguns consideraram estas formas atípicas de emprego uma "arma poderosa" na luta contra o desemprego, e muitas vezes, como no caso da França, adotaram políticas expressamente voltadas à sua promoção.<sup>54</sup> O problema é que durante esta década, sobretudo na Europa, cresceu o desemprego e a flexibilidade, tornando no mínimo curiosa a postura de responsabilizar a estabilidade, a segurança e a rigidez como responsáveis pelo desemprego. Até recentemente, no entanto, como por ocasião do encontro dos líderes europeus em junho de 1993 em Copenhague o governo inglês continuava a considerar que os problemas da competitividade regional européia resultava de mercados de trabalho demasiado rígidos e de custos não-salariais do trabalho demasiado altos.<sup>55</sup>

Dada a crescente sobreposição de formas produtivas heterogêneas e articuladas, as grandes e modernas empresas tenderam a reforçar a segmentação da força de trabalho quando preferiram subcontratar parte de sua mão-de-

---

<sup>54</sup> Trata-se de diferentes leis que a partir de 1986 foram promovidas pelo governo francês com o objetivo de reduzir o desemprego e que visariam não somente o desenvolvimento dos contratos temporários e tempo-parcial, como a liberalização da legislação do trabalho e o favorecimento às negociações por empresa. A este respeito ver LEBORGNE e LIPIETZ 1990, pg. 200.

<sup>55</sup> Citado em ROSENBERG 1993, pg. 2. Vale ressaltar-se que na Inglaterra, por exemplo, durante a década de 80 o "número total de empregos tempo integral reduziu-se em um milhão, enquanto aquele de emprego parcial aumentou de 600.000", segundo o *Institute for Employment Research* citado por RAMSEY, POLLERT e RAINBIRD 1992, pg. 186.

obra de pequenas empresas. Por um lado, aumentaram a "precarização" de parcelas da mão de obra externalizadas, por outro, consolidaram mercados de trabalho mais estáveis e "internos" às firmas.<sup>56</sup> Isto torna-se crescentemente evidente mesmo no Japão, onde as empresas subcontratadas mantêm laços estreitos com a empresa-mãe (inclusive de propriedade), e tenderam a reproduzir alguns de seus comportamentos. No entanto, mudanças profundas no mercado de trabalho (crescimento do emprego feminino e do trabalho ilegal de imigrantes estrangeiros) e a desestabilização do sistema de garantia de emprego tendem a ampliar as formas de "precarização".<sup>57</sup>

As empresas manteriam uma estratégia de flexibilização em dois níveis principais: a flexibilidade funcional ou interna e a flexibilidade numérica ou externa.<sup>58</sup>

A primeira, funcional à automação integrada flexível, é destinada ao núcleo estável da mão de obra, que em troca da manutenção da segurança no emprego, aceitaria a mobilidade nos postos de trabalho, maiores responsabilidades,

---

<sup>56</sup> DUCHÊNE e SHEPHERD 1987 e PIORE 1980.

<sup>57</sup> HIRATA e ZARIFIAN 1990, pg. 8-9.

<sup>58</sup> ATKINSON, sobre a base de dados empíricos, mostra que aumentou a segmentação do mercado de trabalho, resultado do crescimento maior dos trabalhadores periféricos, relativamente àqueles nucleares à empresa. Para ele, ademais das duas formas principais de flexibilização apontadas, teria lugar também a flexibilização dos salários. ATKINSON, 1985 e 1986.

reciclagem, mudanças nos planos de carreira, etc.. Alguns autores considerariam, inclusive, que tal flexibilidade geraria um novo paradigma de organização do trabalho a partir de tais trabalhadores que, mais polivalentes, antecipariam um mundo do trabalho de variedade e autonomia.<sup>59</sup>

No entanto, como já apontado anteriormente, não existiria um imperativo tecnológico absoluto ou um determinismo na relação entre a automação flexível e eventuais alterações na organização dos processos de trabalho. Muitas vezes estas alterações são realizadas concomitantemente com o crescimento dos patamares de desemprego e a partir de decisões unilaterais ou a partir de "negociações" individuais ou exclusivamente fabris. Nestes casos, tenderiam a gerar uma crescente insegurança e tensões entre os trabalhadores, tanto para aqueles que, participantes do núcleo central, necessitam reciclar-se rapidamente de maneira a permanecerem em tais posições, muitas vezes ocupando postos de trabalhadores demitidos e não substituídos, quanto para estes. Mas há outros casos, nos quais os trabalhadores passariam a ser concebidos como tendo capacidades complexas e um potencial de desenvolvimento variável pelos empresários que mudam sua atitude e estratégias frente a eles, assegurando uma forma mais "participativa". No entanto, como colocado na recente

---

<sup>59</sup> PIORE e SABEL 1984, KERN e SCHUMANN 1989 e COUTINHO 1992 b.

coletânea produzida pela OCDE relativa à organização e dinâmica das relações de trabalho,<sup>60</sup> "esta estratégia não é generalizada" nem permite "corroborar as teorias "otimistas concernentes à evolução da gestão de recursos humanos" e indicariam uma "mistura contraditória de práticas patronais pouco integradas".<sup>61</sup>

A segunda, voltada a facilitar os ajustes de mão-de-obra às flutuações da demanda, é destinada à mão-de-obra periférica e externa.<sup>62</sup> A mão-de-obra periférica seria composta daquela parcela contratada à título permanente, mas sem maiores qualificações e passível de ser ampliada ou renovada através de contratação de desempregados, e da crescente parcela de empregados contratados a título temporário, de substituição ou tempo parcial. A mão-de-obra externa, subcontratada, pode ser composta tanto por profissionais muito qualificados (vinculados aos serviços de informática, publicidade, marketing, contabilidade, etc.) ou sem maiores qualificações ou desvinculada do seu produto-fim (limpeza, conservação, transporte, alimentação, etc.).

Para GORZ, ao final do século, a mão-de-obra tenderia a se subdividir em "25% no núcleo estável, 25% à

---

<sup>60</sup> A este respeito ver OCDE 1992 c.

<sup>61</sup> ROJOT e TERGEIST, pgs. 30-32.

<sup>62</sup> GORZ 1989, pg. 89.

título permanente mas periférico e 50% em empregos externos ou periféricos precários, ocasionais, não-qualificados" e no desemprego.<sup>63</sup> STANDING considera que em 1991, 40% do emprego na Inglaterra seria composto por empregos não regulares ("*flexiwork*"), em sua maioria sem pagar impostos e excluídos do sistema previdenciário contributivo (desemprego e benefícios enfermidade).<sup>64</sup>

A fragmentação do trabalho, a contratação em condições de eventualidade e de precariedade e a deterioração do mercado de trabalho geraram uma maior *insegurança na renda*. Por um lado, os rendimentos do trabalho tornaram-se crescentemente variáveis, instáveis ou sem garantia. Por outro, ampliaram-se os níveis de concentração da renda, com o crescimento da desigualdade e da pobreza.

Na maioria dos países capitalistas avançados observou-se na década de 80 o distanciamento entre a elevação do poder aquisitivo dos assalariados e o avanço da produtividade, com o efetivo rompimento da relação salário/produtividade, até recentemente vigente e condição indispensável à sustentação da demanda e ao funcionamento do padrão de industrialização norte-americano.

Esta "flexibilização dos salários" segundo a

---

<sup>63</sup> GORZ 1989, pg. 90.

<sup>64</sup> STANDING 1991, pg. 27

de cada trabalhador (esforço individual, mérito, participação, etc.), colocou em xeque a rigidez à baixa dos salários nominais e/ou reais (com o auxílio do menor uso de indexadores e dos salários mínimos) e teria tornado os "salários mais sensíveis à situação econômica", segundo BOYER,<sup>65</sup> ou literalmente "dependente das variáveis econômicas", segundo BAGLIONI.<sup>66</sup>

**TABELA 3.11**  
**CUSTOS SALARIAIS E NÃO-SALARIAIS DO TRABALHO,**  
**POR PESSOA OCUPADA NO SETOR PRIVADO**

	Valores absol. em US \$ 1.000 em 1990	Taxas médias anuais			
		1965-73	1973-79	1979-89	1990
Alemanha	31,6	9,3	7,5	4,0	3,9
Canadá	28,7	6,7	10,6	7,0	6,6
EUA	28,9	6,1	8,2	5,4	4,5
França	32,8	9,8	14,7	8,7	5,0
Inglaterra	24,9	9,9	17,4	9,5	10,6
Itália	28,7	11,4	20,9	12,7	8,2
Japão	32,4	14,8	12,4	4,0	4,0
<b>TOT.DEST. PAÍSES</b>	<b>30,0</b>	<b>9,3</b>	<b>11,2</b>	<b>6,0</b>	<b>5,3</b>
<b>TOTAL OCDE</b>	<b>29,9</b>	<b>9,6</b>	<b>11,6</b>	<b>6,3</b>	<b>5,6</b>

NOTA: A comparação inter-países deve considerar a volatilidade das taxas de câmbio e o fato dos custos não salariais incluírem distintas formas de financiamento da seguridade social.

FONTE: OCDE 1992 b, pg. 133

Esta maior "sensibilidade" salarial implicou

<sup>65</sup> BOYER 1986, pgs. 210 e 238-239.

<sup>66</sup> BAGLIONI 1990, pg. 17.

Esta maior "sensibilidade" salarial implicou na inversão do ocorrido na década anterior. Se na década de 70 houve períodos nos quais os salários nominais subiram acima da elevação dos preços e da cadente produtividade, na década de 80 isto não ocorre.

Em alguns países, sobretudo na segunda metade dos 80, esta moderação do crescimento dos salários totais foi acentuada pela estabilização (casos da Alemanha, Suécia e Suíça, por exemplo) ou redução (principalmente na Inglaterra e EUA) da contribuição patronal aos sistemas de seguridade social e de aposentadoria, parte importante dos custos não salariais.<sup>67</sup>

O menor crescimento dos salários na década de 80, ocorrido em paralelo à retomada do crescimento da produtividade, ainda que menor do que nas anteriores fases de expansão econômica, traduziu-se, na maioria dos países avançados, na queda dos custos unitários reais da mão-de-obra.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> OCDE 1991, pg. 60-61.

<sup>68</sup> Os custos reais unitários da mão-de-obra são definidos como sendo os salários reais (corrigidos pelo índice implícito dos preços à produção) divididos pela produtividade. OCDE 1991, pg. 63.

**TABELA 3.12**  
**CUSTO UNITÁRIO REAL DA MÃO-DE-OBRA, NOS SETORES**  
**PRIVADO, MANUFATUREIRO E DE SERVIÇOS <sup>a</sup>**  
(média no período = 100)

	1970			1980			1988		
	P	M	S	P	M	S	P	M	S
<b>Alem.</b>	104,5	95,1	108,1	102,9	105,4	100,7	91,3 <sup>b</sup>	98,3	90,0
<b>EUA</b>	102,5	102,4	99,5	101,3	103,9	100,9	98,0 <sup>c</sup>	97,5 <sup>c</sup>	94,4 <sup>c</sup>
<b>França</b>	102,7	102,3	103,6	102,1	102,4	100,8	93,6 <sup>d</sup>	93,6 <sup>d</sup>	95,0 <sup>d</sup>
<b>Inglat.</b>	104,3	96,6	104,3	101,4	105,2	101,4	94,3 <sup>c</sup>	93,2 <sup>c</sup>	97,1 <sup>c</sup>
<b>Itália</b>	99,2	98,7	100,4	98,6	97,3	99,1	96,2 <sup>b</sup>	95,9 <sup>b</sup>	97,8 <sup>b</sup>
<b>Japão</b>	89,6	81,9	85,5	101,1	102,6	101,8	99,6	101,7	103,0
<b>Suécia</b>	105,1	99,3	102,8	102,7	103,8	102,9	94,6 <sup>b</sup>	94,5 <sup>b</sup>	97,1 <sup>b</sup>

a O setor privado compreende todas as atividades empresariais, exceto os setores não-mercantis.

b Dados para 1990.

c Dados para 1987.

d Dados para 1986.

**FONTE:** OCDE 1991, pg. 59.

Em praticamente todos os países membros da OCDE no último ciclo expansivo da década de 80 os rendimentos do trabalho não acompanharam o crescimento do produto por ocupado. Nos principais países capitalistas avançados (EUA, Japão e Alemanha) também na crise dos anos 70, ainda que com a acentuada redução dos incrementos de produtividade, os salários haviam sido inferiores à elevação do PIB *per capita*. Foram nos países europeus mais "atrasados" relativamente à constituição do *Welfare* e do padrão de consumo do pós-guerra (como a França e a Itália) e que tentavam recuperar o tempo perdido que, durante a crise dos 70, os menores incrementos de produtividade não foram acompanhados por reduções proporcionais dos salários.

Nos EUA na década de 80, embora a produtividade tenha novamente apresentado crescimento, ainda que inferior a outros países avançados, ela não foi compartilhada com os salários ou "fringe benefits", já que ambos teriam apresentado quedas reais.<sup>69</sup> Os salários horários reais, mesmo depois da recuperação de 1982, continuaram caindo cerca de meio ponto percentual cada ano.<sup>70</sup> Os salários reais médios dos trabalhadores industriais que subiram 30% nos anos 50 e 60 e 15% nos 70, caíram 11% nos 80 e estavam no final da década abaixo do nível de 1973.<sup>71</sup>

TABELA 3.13

**TAXAS ANUAIS MÉDIAS DO CRESCIMENTO DO PIB REAL PER CAPITA, DA PRODUTIVIDADE (PIB REAL POR OCUPADO) E DO SALÁRIO REAL**

(em %)

	1960-68			1968-73			1973-79			1979-89		
	P 1	P 2	S	P 1	P 2	S	P 1	P 2	S	P 1	P 2	S
Aleman.	3,1	4,2	4,3	4,0	4,1	5,2	2,5	2,9	2,5	1,7	-	1,3
EUA	3,1	2,6	1,5	2,0	1,0	1,3	1,4	0	0	1,8	1,1	-0,9
França	4,2	4,9	4,0	4,5	4,3	5,3	2,3	2,4	3,7	1,6	2,0	0,9
Inglat.	2,4	2,7	-	3,0	3,2	3,7	1,5	1,3	0,9	2,1	1,7	2,6
Itália	5,0	6,3	3,0	3,9	4,9	9,0	3,2	2,8	5,2	2,3	2,1	0,7
Japão	9,1	8,5	5,2	7,1	7,6	9,7	2,5	2,9	1,6	3,5	3,0	1,6
Suécia	3,6	3,9	-	3,1	2,9	-	1,5	0,5	1,2	1,8	1,4	0,5
CEE	3,8	4,6	-	4,2	4,3	-	2,1	2,4	3,0	1,9	1,6	1,3
OCDE	3,9	4,1	-	3,5	3,4	-	1,9	1,6	1,6	2,1	1,6	0,6

NOTA: P 1 = PIB real per capita; P 2 = PIB real por pessoa ocupada e S = Taxa de salário horário real na Indústria de Transformação.

FONTE: OCDE 1991 b, pgs. 48, 51 e 95.

<sup>69</sup> OCDE 1992 b, pg. 123 e MISHEL e FRANKEL 1991, pgs. 66-67.

<sup>70</sup> BURTLESS 1990, pg. 3.

<sup>71</sup> Revista Fortune International, may 4, 1992

Até a década de 70, a formação dos salários teve por eixo a negociação coletiva e amplamente centralizada realizada pelas organizações sindicais, plenamente reconhecidas, e pelos empresários. Estas negociações coletivas, que se multiplicaram e tenderam a uniformizar a determinação dos salários, assim como uma série crescente de outras variáveis (condições de trabalho, organização no local de trabalho, jornada de trabalho, etc.), tinham por base a indexação à inflação e o repasse (integral ou parcial) da produtividade.<sup>72</sup> Com o concomitante aumento dos pagamentos sociais e fiscais de responsabilidade das empresas,<sup>73</sup> ampliou-se a participação dos salários e reduziu-se a participação dos lucros na renda nacional.

Na década de 80 inverte-se esta tendência. O objetivo geral sob a ofensiva do capital reestruturado foi permitir a flutuação dos salários, considerados demasiado rígidos. Para isso, "descentralizou-se a determinação dos salários, desgastou-se a contratação coletiva e introduziu-se sistemas flexíveis de pagamento".<sup>74</sup> Os gastos sociais e fiscais das empresas estagnaram-se ou reduziram-se, ao mesmo tempo em

---

<sup>72</sup> Recordemos que os incrementos de produtividade podem ser distribuídos diretamente aos salários ou à redução da jornada de trabalho.

<sup>73</sup> Em contrapartida o Estado assumiu uma parte do custo da mão de obra, em particular os gastos com formação profissional e saúde.

<sup>74</sup> A este respeito ver STANDING 1991 b, pg. 28.

que alteraram-se os parâmetros de indexação e reduziram-se os repasses da elevação da produtividade aos salários.<sup>75</sup> Também foram constatados por BAGLIONI efeitos negativos sobre os salários reais da "drenagem fiscal ou do crescimento da contribuição dos trabalhadores". Depois de um longo período de aumento da participação dos salários no PIB, na maioria dos países esta taxa já apresentaria queda em 1985 relativamente a 1979.<sup>76</sup>

Os apologistas da "modernização conservadora" sempre inferem que os resultados favoráveis obtidos ao nível da empresa podem ser extrapolados para o nível nacional e internacional. Assim, supõem que os ganhos empresariais resultantes da maior flexibilidade salarial ao nível de suas empresas e que asseguraram a ampliação de suas margens de lucro, serão capazes de se espriar ao conjunto da sociedade.

No entanto, uma primeira generalização deste comportamento em meio à "modernização conservadora" e ao extraordinário potencial inovador e de instabilização das estruturas existentes tendeu apenas a modificar a distribuição da renda entre capital e trabalho e a ampliar a concentração da renda e a pobreza. Ampliada em caráter universal e geral, quando de uma maior estabilidade dos padrões tecnológicos e

---

<sup>75</sup> BOYER 1986, pg. 211.

<sup>76</sup> A este respeito ver BAGLIONI 1989, pgs. 65 e 66.

mantida a instabilidade financeira mundial, também poderia "contribuir à contrair a demanda mundial",<sup>77</sup> aprofundando a crise econômica e ampliando ainda mais as incertezas econômicas internacionais.

Associada à deterioração da participação dos salários na renda nacional encontra-se a deterioração da distribuição da renda, resultante da elevação do desemprego, reestruturação setorial do emprego e maior disparidade salarial e desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos.<sup>78</sup> Enquanto os primeiros teriam apresentado ganhos eventuais em termos de rendimentos, segurança no emprego, "fringe benefits", qualificação, etc.<sup>79</sup> multiplicou-se a heterogênea categoria dos periféricos, crescentemente em empregos de baixo *status*, baixos salários, elevada insegurança e mais localizado no setor serviços.<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> BOYER 1986, pgs. 260-264.

<sup>78</sup> Outros fatores associados com a deterioração da distribuição da renda nos anos 80 seriam além do "desemprego, a erosão do poder sindical, a redução das provisões da seguridade social e o afastamento da taxaço como mecanismo redistributivo". A este respeito ver STANDING 1990, pg. 442.

<sup>79</sup> Mesmo entre os trabalhadores estáveis mantidos pelas grandes empresas nos vários países capitalistas avançados a relação entre salário e produtividade é alterada nos anos recentes. O rendimento deste trabalhador permanente pode ser maior do que o dos demais trabalhadores - para assegurar sua responsabilidade, integração e identificação com a empresa - mas não guarda relação com a produtividade geral ou setorial. A este respeito ver MERTENS 1990, pg. 113

<sup>80</sup> STANDING 1990, pg. 445.

**TABELA 3.14**  
**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA**  
 (Inglaterra, 1979-89)

	1979	1989
<b>Homens</b>		
Renda dos 10% mais ricos como % da renda mediana masculina.	156,9	179,9
Renda dos 10% mais pobres como % da renda mediana masculina.	66,0	58,5
<b>Mulheres</b>		
Renda das 10% mais ricas como % da renda mediana feminina.	158,6	180,5
Renda das 10% mais pobres como % da renda mediana feminina.	69,4	63,1

NOTA 1: Dados cobrem os trabalhadores tempo integral de todas indústrias e serviços.

NOTA 2: Em 1989 a desigualdade da renda foi maior que em 1989 (sic!) primeiro ano da realização de uma pesquisa de rendimentos confiável na Inglaterra.

FONTE: New Earnings Survey, 1979 e 1989 cit. em STANDING 1991.

**TABELA 3.15**  
**PARTICIPAÇÃO NA RENDA DE CADA QUINTIL DAS FAMÍLIAS**  
 (EUA, anos selecionados)

	(20% + pobres) I Quintil	II	III	IV	(20% + ricos) V Quintil
1947	5,0	11,9	17,0	23,1	43,0
1957	5,1	12,7	18,1	23,8	40,4
1967	5,5	12,4	17,9	23,9	40,4
1977	5,2	11,6	17,5	24,2	41,5
1987	4,6	10,8	16,9	24,1	43,7

FONTE :BURTLESS 1990, pg. 2. e MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 20

A contrapartida da maior concentração da renda e ampliação da desigualdade vem sendo o crescimento da pobreza, observável em ambos os lados do Atlântico Norte.

Esta "nova pobreza" é cada vez mais associada com as transformações estruturais ocorridas durante a

"modernização conservadora" no mercado de trabalho. Segundo a Comissão Européia, citada por STANDING, desde 1975 cresceu consideravelmente a pobreza nos países europeus.<sup>81</sup> Em 1989 existiriam na Europa, 44 milhões de pessoas vivendo na pobreza, o que representaria 14% da população comparado com 11,8% em 1975.<sup>82</sup>

Nos EUA, a maior desigualdade seria constitutiva do desenvolvimento da economia e sociedade norte-americanas.<sup>83</sup> Segundo o conceito de pobreza relativa,<sup>84</sup> 17,1% dos norte-americanos eram considerados pobres no final da década de 70, contra 5,6% na Alemanha e 9,7% na Inglaterra. No entanto, na década de 80, com a redução da participação pública em políticas contra a pobreza, a maior redução dos salários mais baixos, e ampliação dos empregos de mais baixa produtividade e salários, a pobreza ampliou-se mais, tanto na ampliação do número de pessoas pobres, quanto no aumento da miséria dos pobres.<sup>85</sup>

---

<sup>81</sup> Na maioria destes estudos pobres são definidos como aqueles indivíduos cuja renda é menos da metade da média de seu respectivo país.

<sup>82</sup> STANDING 1991, pg. 44.

<sup>83</sup> Independentemente da utilização de um ou de outro índice de desigualdade (Atkinson, Gini ou Theil) os EUA encontram-se no primeiro lugar na apropriação desigual da renda, entre os principais países avançados. MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 261

<sup>84</sup> Definida como tendo a renda familiar disponível inferior à metade da mediana nacional.

<sup>85</sup> MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 168-169. Segundo PETERSON, do conjunto de empregos criados entre 1979 e 1987, mais de 50% foram remunerados abaixo da linha de pobreza, cerca de 38% receberam um salário "intermediário" e

Com o rompimento do compromisso keynesiano e a elevação da insegurança do trabalho em diferentes níveis (insegurança no mercado de trabalho, no emprego e na renda), não será surpresa a maior *insegurança na contratação do trabalho*. Esta insegurança na contratação é considerada através do movimento tendencial da negociação e regulação do trabalho em direção a formas mais individualistas e promocionais, em contraposição as anteriores tendências coletivas e de proteção, fundamentais à consolidação e generalização do padrão de industrialização norte-americano no pós-guerra.

Nos países capitalistas avançados a contratação coletiva durante os anos dourados do pós-guerra caminhou sobre dois pés: o contrato de trabalho por tempo indeterminado (acompanhado de várias formas de proteção do emprego) e a definição dos salários diretos e indiretos, estes últimos quase sempre ligados/subordinados aos primeiros. Estas características garantiam a vocação homogeneizante das relações de trabalho e do sistema legislativo (*standard employment relationship*). Durante a década de 80, em meio à reestruturação do capital, a maioria dos países capitalistas avançados caminhou em sentido inverso. Neste países os

---

menos de 12% foram considerados de "altos salários". A este respeito ver PETERSON 1991, pg. 4.

empresários renunciaram ao sistema de relações do trabalho que se consolidara com o padrão de desenvolvimento norte-americano, e tenderam a exercer unilateralmente seu papel dominante, através de "políticas ativas de recursos humanos".<sup>86</sup>

As relações de trabalho tornaram-se mais descentralizadas, acentuando esta característica aonde já existia e a estendendo a outros países. O processo de flexibilização da força de trabalho em meio à liberalização ocorrida durante a "modernização conservadora" ademais de gerarem maior insegurança do mercado de trabalho, do emprego e da renda, pareceriam indicar que a descentralização seria um processo inevitável visando tornar eficaz esta flexibilização através da sua aplicação no local de trabalho.

No entanto, a forma em que se deu esta descentralização, através da maior autonomia quando não da ação unilateral dos empresários e da ruptura do compromisso nacional mais geral com os trabalhadores, tendeu a ignorar o papel solidário de definição de padrões socialmente aceitáveis de condições, de organização e de relações de trabalho, que uma negociação centralizada ainda que articulada com formas descentralizadas, poderia continuar exercendo na preservação e ampliação de melhores condições de trabalho e vida para todos

---

<sup>86</sup> Para uma análise da dinâmica recente das relações de trabalho nos países avançados ver OCDE 1992 c.

os cidadãos de uma sociedade.

A plena subordinação aos ditames liberais e à concorrência do mercado "auto-regulável" privilegiou apenas a ampliação da descentralização das relações de trabalho e terminaram por favorecer a expansão do dualismo do mercado de trabalho e da segmentação do trabalho. Ampliaram-se as formas de contratos determinados, tempo-parcial, etc. ao mesmo tempo que se estabeleceram relações de trabalho "sem contrato". Os salários, por sua vez, tenderam a reduzir sua participação, enquanto cresceram os ganhos ou prêmios relativos à qualidade, participação, etc., gerando formas de contratação cada vez mais individualistas.<sup>87</sup>

É evidente que este movimento se expressou diferentemente segundo o país, sua tradição e cultura negocial, nível de participação dos trabalhadores, radicalização e capacidade das organizações sindicais em enfrentar criativamente os desafios da flexibilização. No entanto, "a contratação descentralizada, especialmente em nível de empresa, obteve um lugar decisivamente superior ao passado".<sup>88</sup>

Mesmo países como os EUA, que desde o período

---

<sup>87</sup> STANDING 1990.

<sup>88</sup> BAGLIONI 1990, pg. 15; ROJOT e TERGEIST 1992, pg. 13; STANDING 1990 e 1991; OCDE 1992.

anterior apresentavam maior debilidade no sistema de *Welfare*, menor representatividade sindical (tanto níveis de sindicalização, quanto representação social), maiores níveis de flexibilidade e de contratação individual ou por empresa, enfrentam-se com uma nova realidade. Segundo alguns autores como CORIAT as tentativas realizadas na década de 80 nos EUA apontam para um tipo de negociação coletiva que privilegiaria a "flexibilidade externa", aqui entendida pelo maior peso dos ajustes e instabilidades jogados sobre as costas dos trabalhadores. Segundo ROSENBERG, durante a década de 80 o sistema americano teria rebaixado ainda mais os padrões de trabalho (*labour standards*) como resultado da estratégia empresarial em elevar a competitividade e lucratividade através do rebaixamento dos custos de produção, em particular daqueles relacionados ao trabalho.<sup>89</sup>

No caso alemão, a contratação coletiva teria buscado uma "flexibilidade interna", ou seja, o eixo foi uma política assentada sobre um investimento de recursos humanos e sobre a obtenção de um compromisso assalariado com a produtividade e qualidade,<sup>90</sup> ao mesmo tempo de uma negociação nacional centralizada em torno da redução da jornada de trabalho. A maior descentralização não rompeu com as formas centralizadas. Pelo contrário, as duas formas de

---

<sup>89</sup> ROSENBERG 1993, pg. 25.

<sup>90</sup> CORIAT 1990, pgs. 259-260.

representação: a) ao nível do estabelecimento, onde comitês de empresa e direção se encontram e c) ao nível nacional e regional dos ramos ou setores, onde sindicatos e as associações patronais se enfrentam em negociações coletivas, foram preservadas e sua interação em uma "unidade contraditória" com "participantes diferentes que aplicam diferentes procedimentos de regulamentação dos conflitos" foi intensificada nos anos 70 e 80.<sup>91</sup>

No entanto, para a grande maioria dos países capitalistas avançados a reestruturação industrial, realizada sob o domínio do capital e crescente unilateralidade de suas estratégias na "modernização conservadora", criou uma nova realidade na década de 80 e apontou para um problema crescente: a negociação coletiva encontrou-se frente ao desafio da ampliação da insegurança do trabalho, da expansão das "novas formas de trabalho" e, conseqüentemente, sob risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho,<sup>92</sup> e/ou de sua manutenção restrita aos trabalhadores "permanentes" em um quadro geral de maior dualidade, onde cresceriam mais rapidamente relações de emprego débeis, enfraquecidas ou incompletas. Apesar das diferenças nacionais existentes, e que seguramente determinaram níveis diferenciados de deterioração dos mercados de trabalho, fragmentação e desestruturação do

---

<sup>91</sup> MÜLLER-JENTSH, REHERMANN e SPERLING 1992, pg. 108.

<sup>92</sup> KRAVARITOU-MANITAKIS 1988, p. 30.

trabalho, este processo favoreceu a constituição deste quadro geral de "balkanização" do trabalho.<sup>93</sup>

Em uma situação desta natureza, causaria surpresa se não se ampliasse a insegurança na organização dos trabalhadores, colocando suas organizações na defensiva, enfraquecendo suas práticas reivindicativas de conflito e negociação<sup>94</sup> e, na grande maioria dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização.<sup>95</sup>

**TABELA 3.16**  
**QUADRO SINTÉTICO DA SINDICALIZAÇÃO**

(Taxas de Sindicalização - Médias ponderadas)

GRUPO DE PAÍSES*	1970	1975	1980	1985	1988
Europa	38	43	44	40	38
América do Norte	30	30	26	19	18
7 Grandes	33	34	32	27	25

\* Europa = Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido; América do Norte = Canadá e EUA e 7 Grandes = Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e EUA.

FONTE: OCDE 1991, pg. 105.

<sup>93</sup> CORIAT 1990, pg. 261.

<sup>94</sup> BAGLIONI 1990.

<sup>95</sup> FREEMAN 1990.

**TABELA 3.17**  
**TAXAS DE SINDICALIZAÇÃO\***

(% dos trabalhadores assalariados não-agrícolas)

Países	1970	1980	1988	1970-80	1980-88	1970-88
<b>GRUPO 1 (Países c/cresc. significat. da sind. nos 70 e cresc. nos 80)</b>						
FINLÂNDIA	51	70	71	+ 19	+ 1	+ 20
SUÉCIA	68	80	85	+ 12	+ 5	+ 17
<b>GRUPO 2 (Países c/cresc. da sind. nos 70 e estag. ou peq. queda nos 80)</b>						
ALEMANHA	33	37	34	+ 4	- 3	+ 1
CANADÁ	31	35	35	+ 4	0	+ 4
AUSTRÁLIA	50	56	53	+ 6	- 3	+ 3
<b>GRUPO 3 (Países com forte cresc. nos 70 e queda da sind. nos 80)</b>						
ITÁLIA	36	49	40	+ 13	- 9	+ 4
INGLATERRA	45	51	41	+ 6	- 10	- 4
<b>* GRUPO 4 (Países com queda da sindicalização em ambas décadas)</b>						
EUA	30	23	16	- 7	- 7	- 14
JAPÃO	35	31	27	- 4	- 4	- 8
FRANÇA	22	19	12	- 3	- 7	- 10

\* As taxas de sindicalização foram obtidas a partir das informações dos associados efetivos ocupados, exceto para Japão e Canadá, obtidas a partir dos associados registrados. Para os EUA, o ano de 1970 teve como referência os associados registrados e nos anos seguintes os associados efetivos ocupados.

FONTE: OCDE 1991, pg. 104.

Segundo o estudo de VISSER realizado para a OCDE, na década de 70 o número de sindicalizados nos países membros desta organização acresceu-se de cerca de 14 milhões de novas adesões, ou seja, alcançou ao final deste período 92 milhões de trabalhadores. Em contrapartida, na década de 80 os sindicatos perderam cerca de 5 milhões de membros.<sup>96</sup> A forte baixa do número de sindicalizados tem como principais países os EUA, a Inglaterra e a França.

<sup>96</sup> Para estes dados agregados não foram computados os trabalhadores da Grécia, Espanha e Portugal, que reconquistaram na década de 70 o direito à sindicalização em sindicatos livres. VISSER 1991, pg. 107.

Os níveis de sindicalização apresentam comportamentos diferenciados mas uma tendência relativamente clara de declínio na década de 80, apesar das ressalvas que possam ser feitas à eventual precariedade dos dados e às comparações internacionais.<sup>97</sup> Esta tendência é claramente mais acentuada nos EUA, França, Itália e Inglaterra (embora Japão, França e EUA já apresentassem declínio das taxas de sindicalização na década de 70), sendo que no outro extremo estão os países nórdicos, única região onde as taxas de sindicalização se elevaram em ambas as décadas de 70 e 80.<sup>98</sup>

Nestes países, em especial na Suécia, onde as taxas de sindicalização já eram as mais elevadas, negociou-se a reestruturação industrial e do trabalho com organizações sindicais fortes e centralizadas em meio à relativa preservação do pleno emprego como objetivo nacional. Apesar dos esforços empresariais no sentido de promover a descentralização e diferenciação das negociações, estas dada sua tradição centralizada, profundamente enraizada, apenas ampliou as contratações locais.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> BAIN e PRICE 1980, VISSER 1989 e 1991, CHANG e SORRENTINO 1991 e FREEMAN 1990.

<sup>98</sup> O sindicalismo parece haver relativamente reduzido mais sua importância naqueles países que anteriormente tinham um sindicato com menor força e inserção social, enquanto nos países em que os sindicatos eram mais fortes conseguiram maior resistência à autonomia do capital. VISSER 1991, pg. 107.

<sup>99</sup> A este respeito ver REHN e VIKLUND 1989, pg. 517. Sobre a importância da

No caso dos EUA e do Japão os níveis de sindicalização já haviam caído nos anos 70 e acentuaram sua retração na última década.<sup>100</sup> Nestes países o movimento sindical, depois de sofrer reveses políticos significativos, não conseguiu rearticular-se nacional e centralizadamente, sendo as negociações realizadas basicamente por empresa. No caso dos EUA, a acentuada queda da sindicalização dos trabalhadores, deu-se paralelamente ao crescimento vertiginoso do emprego nos serviços e em atividades de alta flexibilidade e baixos salários, e do crescimento do anti-sindicalismo empresarial, favorecido pela política neo-liberal dos governos Reagan e Bush.<sup>101</sup>

No caso japonês, a maior articulação nacional entre os diferentes interesses (sobretudo industriais e financeiros) permitiu a preservação dos empregos industriais, reestruturados com a negociação dos trabalhadores em nível de

---

solidariedade sindical e da discussão dos métodos de produção, organização do trabalho e desenvolvimento das qualificações nas contratações coletivas que, na década de 80, tiveram por eixo a melhoria da qualidade de vida, ver BRULIN e VICTORIN 1993, pgs. 168-175.

<sup>100</sup> O caso francês é a grande exceção na Europa, onde em geral as taxas de sindicalização até hoje são relativamente mais elevadas e, embora em queda nos anos 80, o fizeram mais lentamente. A França ademais de historicamente deter baixos níveis de sindicalização (desde a década de 50 pouco maior de 20%), mantém estes níveis até meados dos anos 70, quando inicia uma queda que atingiria atualmente cerca da metade daqueles patamares. Em 1988, por exemplo, a taxa de sindicalização no setor privado não superava os 8% e na indústria de transformação era menor que 5%. VISSER 1991, pgs. 114 e 119.

<sup>101</sup> A este respeito ver ROSENBERG 1993 e LEWIN 1992.

cada empresa,<sup>102</sup> e uma nova queda da sindicalização nos anos 80, ainda que menor do que a observada nos países europeus do Grupo 3. Segundo KOSHIRO, referindo-se à sindicalização dos trabalhadores japoneses, "desde os anos 70 as transformações estruturais tiveram consequências nefastas para o movimento sindical no Japão", ainda que os sindicatos nas grandes empresas tenham ampliado seus poderes e direitos de negociação.<sup>103</sup>

O terceiro grupo de países segundo o comportamento da sindicalização, composto pela Itália e Inglaterra, depois do crescimento das taxas de sindicalização nos anos 70 passou a apresentar intensa erosão na participação dos trabalhadores em suas organizações sindicais. Embora com nuances, estes países optaram por políticas neo-liberais (sobretudo Inglaterra thatcheriana), por favorecer a flexibilização externa, as negociações por empresa e por um intenso processo de reestruturação industrial (que no caso inglês se somou à desindustrialização que já ocorria anteriormente). Na Itália, ainda que os sindicatos não tenham "perdido o direito à 'cidadania política'" durante a década de

---

<sup>102</sup> A participação dos trabalhadores exclusivamente ao nível da empresa japonesa, se por um lado permitiu a constituição de formas de segurança no emprego, por outro favoreceu a que se excluíssem das negociações contingentes importantes, tais como mulheres, trabalhadores periféricos, etc., e a que suas organizações não se posicionassem frente a questões eminentemente nacionais.

<sup>103</sup> A este respeito, ver KOSHIRO 1992, pg. 138.

80, viram diminuir a adesão dos trabalhadores, "influência prática na esfera político-institucional" e seu "poder contratual".<sup>104</sup>

O Grupo 2 de países, encabeçado pela Alemanha, manteve os níveis de sindicalização relativamente estáveis na última década.

Na Alemanha, embora o pleno emprego também não fosse o "norte" das políticas macroeconômicas, foram mantidas *grosso modo* as regras de relacionamento capital-trabalho e uma relativa resistência dos trabalhadores, com organizações fortes e negociações nacionais e/ou setoriais e por empresa. Os sindicatos mostraram-se capazes de se opor a várias iniciativas empresariais, mantiveram níveis centralizados de negociação e objetivos solidários, como a redução da jornada de trabalho que norteou os conflitos e negociações com os empresários durante a década de 80.<sup>105</sup>

Neste sentido, ao contrário de outros países, os sindicatos alemães teriam "consolidado sua posição na sociedade" e, portanto, "continuariam no futuro próximo a

---

<sup>104</sup> NEGRELLI e SANTI 1989, pg. 335.

<sup>105</sup> Para alguns autores, a postura de resistência e de iniciativa dos sindicatos teria obrigado aos "empresários mais informados" que permanecessem "atentos para não empurrar os sindicatos a uma posição de perigoso isolamento e radicalismo, com uma postura de não-colaboração e de recusa ao compromisso". A este respeito, ver JACOBI e MÜLLER-JENTSCH 1989, pg. 242.

desempenhar um papel importante na vida trabalhista e social da Alemanha".<sup>106</sup>

**TABELA 3.18**  
**SINDICALIZAÇÃO DE TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO E DO SETOR PRIVADO**

País	Setor Privado				Setor Público			
	1970	1980	1988	1988/80*	1970	1980	1988	1988/80*
Alemanha	27	32	30	- 2	61	53	45	- 8
EUA	24 <sup>a</sup>	17	13	- 4	29 <sup>a</sup>	37	37	0
França	-	18	8	- 10	-	44	26	- 18
Inglaterra	40	45	38	- 7	60	69	55	- 14
Itália	34	43	32	- 9	47	60	54	- 6
Japão	28 <sup>a</sup>	25	23	- 2	77 <sup>a</sup>	74	56	- 18
Suécia	-	80	81	1	-	81	81	0

\* em pontos percentuais.

<sup>a</sup> Dados referentes a 1975. Para os outros países os dados se referem ao ano indicado ou ano adjacente.

FONTE: OCDE 1991, pg. 119.

Quando observadas as diferenças entre as taxas de sindicalização do setor público e do setor privado constata-se que estas são tradicionalmente maiores nos países de baixa taxa global de sindicalização (casos dos EUA, Japão, França, Holanda e Suíça) e menores nos países de mais elevada sindicalização (casos da Suécia e Dinamarca).<sup>107</sup> Estas diferenças parecem reduzir-se na década de 80, mas menos por uma elevação da sindicalização no setor privado (que não houve, à parte as exceções de praxe) e mais por uma queda mais

<sup>106</sup> A este respeito ver JACOBI e MÜLLER-JENTSCH 1989, pg. 242

<sup>107</sup> A este respeito ver VISSER 1991, pg. 118.

pronunciada da sindicalização no setor público. Neste caso, as exceções correm por conta dos EUA, cuja significativa queda na sindicalização do setor privado não foi acompanhada pelo setor público e pela França que vê praticamente desmoronar o sindicalismo no setor privado.

O recuo da sindicalização afetou diferenciadamente os setores econômicos de cada país. Enquanto no Japão, nos EUA e na Itália isto ocorreu em praticamente todos os setores, na Inglaterra se verifica uma violenta queda na sindicalização dos setores tradicionalmente mais fortes (sobretudo transportes e indústria, mas também construção e serviços sociais e pessoais). A sindicalização na Alemanha praticamente se mantém nos setores mais tradicionais, com uma pequena queda nos transportes e serviços sociais e pessoais e uma importante elevação no setor bancário e financeiro.

**TABELA 3.19**  
**SINDICALIZAÇÃO POR SETOR: EUA, CANADÁ E JAPÃO**

	<i>Alemanha</i>		<i>EUA</i>		<i>Itália</i>		<i>Inglat.</i>		<i>Japão</i>	
	<i>80</i>	<i>88</i>	<i>80</i>	<i>88</i>	<i>80</i>	<i>88</i>	<i>80</i>	<i>88</i>	<i>80</i>	<i>88</i>
• <b>Ind. de Transf.</b>	48	48	35	22	57	47	64	41	35	32
• <b>Constr. Civil/Públ.</b>	22	23	38	22	36	34	38	30	17	18
• <b>Comércio</b>	13	15	12	6	21	19	10	14	10	9
• <b>Transp. e Com.</b>	73	72	48	32	77	70	80	62	62	50
• <b>Bancos, Seg., Imob. e Serv.p/Empresas</b>	9	17	4	2	33	22	22	25	52	50
• <b>Serv.Colet., Soc. e Pessoais</b>	30	28	25	19	38	31	59	52	37	31

FONTE: OCDE 1991, pgs. 114-115.

As causas mais consideradas para o sério abalo às bases estruturais dos sindicatos e para a generalização do fenômeno da redução da sindicalização apontam para as transformações estruturais da economia e do mercado de trabalho sob a "modernização conservadora" e os efeitos combinados da redução do ritmo de expansão do emprego no setor público, o ainda maior declínio da participação do emprego no setor industrial, a ampliação do emprego nos setores financeiro, serviços às empresas e pessoais, e a manutenção de elevadas taxas de desemprego, apesar do crescimento econômico ocorrido na década.<sup>108</sup>

A maior autonomia e ofensiva do capital reestruturado favoreceu a que também aspectos institucionais e políticos (como o maior oposição do Estado aos sindicatos, a legislação social e do trabalho mais permissiva, as medidas de desregulamentação, as reações à redução da jornada de trabalho e as maiores dificuldades de acesso dos sindicatos aos partidos e ao governo) ou referentes à maior organização e políticas estratégicas mais ofensivas e unilaterais do empresariado tenham desempenhado papel significativo neste processo.

---

<sup>108</sup> AMADIEU 1989, VISSER 1991 e CHANG e SORRENTINO 1991.

---

### 3.3. TRANSIÇÃO AO SÉCULO XXI E TRABALHO NOS PAÍSES AVANÇADOS.

O processo recessivo iniciado em 1990 obviamente agravou as incertezas e as condições econômicas e sociais da "modernização conservadora", sobre a qual se construiu o padrão de industrialização que emerge com a Terceira Revolução Industrial. A mais generalizada e crescente insegurança, resultante da fragmentação e desestruturação do mundo do trabalho em sociedades supostamente baseadas no trabalho, tem gerado tanto o renascimento do espectro do nacionalismo de extrema direita e da xenofobia em meio a uma verdadeira tribalização com micro-rupturas, quanto o tímido apelo em direção a busca de novos caminhos capazes de enfrentar um novo "moinho satânico".

As questões colocadas pela Terceira Revolução Industrial e pela assincronia na constituição do novo sistema produtivo e de novas normas de consumo e relações salariais, pela redução da regulação do Estado e das relações internacionais, com a subsequente ausência de um novo padrão de desenvolvimento (e de um projeto de civilização) continuam presentes.

Por um lado, estão as extraordinárias possibilidades econômicas e sociais que o novo paradigma tecnológico e produtivo poderia abrir para o século XXI. Por

outro, normas de consumo e relações salariais redefinidas pela ofensiva do capital reestruturado, em uma espécie de recuo ao século XIX, acentuaram o processo de fragmentação e insegurança do trabalho, de desmontagem das funções sociais do Estado e de ampliação da desigualdade e da exclusão social.

Este processo, no entanto, extrapola o mundo do trabalho e tende a afetar diretamente o cerne das sociedades e ameaçar as suas bases existenciais, que até recentemente tinham no trabalho o eixo nucleador da solidariedade e sociabilidade. Trata-se de uma verdadeira síndrome de insegurança, relacionada à perda de uma perspectiva clara de futuro e de crescente degradação das condições de vida e de trabalho, que nas condições atuais tem gerado um novo nacionalismo, ainda menos dirigido aos estrangeiros do exterior e mais aos "estrangeiros" no interior de suas nações, mas cujo potencial de barbárie já assistimos no século XX.

Diferentes formas de insegurança no trabalho refletem sob diferentes prismas um mesmo problema: a liberação de tempo de trabalho em escala social em meio à ofensiva do capital reestruturado. Desemprego, trabalho parcial ou com tempo determinado, salários cada vez mais limitados ao tempo de trabalho individual (meritocrático), contratação individual ou por empresa e sindicatos mais débeis, refletem a crescente redundância do trabalho, a desigualdade na repartição do

trabalho e do tempo liberado sob a exclusividade da racionalidade econômica e da lógica do mercado auto-regulável.

A distinção entre tempo de trabalho e de liberdade já estava presente nas sociedades antigas, embora o tempo livre fosse reservado aos "patricios", aos homens livres. O trabalho, necessário à satisfação das necessidades vitais, era indigno dos cidadãos.<sup>109</sup> VEBLEN em sua "teoria da classe ociosa" alega que nas sociedade pré-industriais e primeiras industriais o acesso ao tempo livre assumiria a primeira forma de diferenciação social.<sup>110</sup>

No entanto, foi na sociedade capitalista industrial que a questão se colocou de outra forma. Tanto SMITH quanto MARX, a partir de visões distintas, seja a partir da divisão do trabalho ou da expansão das forças produtivas, analisam o grande paradoxo das sociedades capitalistas industriais: a possibilidade do trabalho produzir cada vez mais riquezas em um tempo sempre menor.<sup>111</sup>

Ao longo dos séculos XIX e XX, um dos objetivos da luta social foi a distribuição da elevação desta produtividade. A partir da Primeira Revolução Industrial, com a configuração de uma relação salarial tipicamente capitalista

---

<sup>109</sup> ARENDT 1961, cap. 3.

<sup>110</sup> VEBLEN 1979.

<sup>111</sup> A este respeito ver SMITH 1983 e MARX 1975.

sob a grande indústria, alcançou-se jornadas de trabalho quase sobre-humanas.<sup>112</sup> Estimativas sobre a jornada de trabalho para a Inglaterra em 1840 apontam para uma jornada de 69 horas por semana e entre 3105 e 3588 horas anuais trabalhadas em média por cada trabalhador.<sup>113</sup>

A partir de meados do século passado inicia-se uma fase de redução praticamente contínua da duração da jornada de trabalho.<sup>114</sup> No entanto, no séc. XIX os salários continuaram relativamente estáveis e não houve reivindicações significativas de férias pagas, até então privilégio das classes dominantes, mas de períodos curtos de tempo livre, isto é, redução da jornada diária de trabalho e interdição do trabalho em certos dias da semana, reivindicação inicialmente destinada às mulheres e crianças.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> LAFARGUE, em seu libelo contra o "amor ao trabalho" e "pelo direito à preguiça" no final do século passado, insistia sobre o papel da redução da jornada de trabalho como acicate à elevação da produtividade quando diz que "para obrigar os capitalistas a aperfeiçoar as suas máquinas de madeira e ferro, é preciso aumentar os salários e diminuir as horas de trabalho das máquinas de carne e osso". In LAFARGUE 1991, pg. 53

<sup>113</sup> SCHOR 1991, pg. 45.

<sup>114</sup> A redução da jornada de trabalho dos indivíduos pode dar-se através da redução do tempo de vida ativa (entrada mais tarde no mercado de trabalho e saída mais cedo) ou da jornada anual (mais comumente utilizada). A redução da jornada anual ou do número de horas trabalhadas no ano, por sua vez, pode ser resultado da redução diária (horas trabalhadas diariamente), semanal (número de dias trabalhados na semana), aumento de férias ou dias parados pagos ou uma combinação destas. Para um cálculo mais preciso da jornada efetiva de trabalho considera-se também as horas extraordinárias trabalhadas, a ausência no trabalho e o trabalho em tempo parcial. Para uma avaliação detalhada das informações internacionais sobre o tempo de trabalho ver OIT 1988.

<sup>115</sup> FRIDENSON 1992, pg. 20.

A partir da II Revolução Industrial, e sobretudo quando da generalização do padrão de industrialização norte americano, a apropriação dos ganhos de produtividade serão divididos em proporção variável, segundo o país, principalmente entre salários e tempo de trabalho.<sup>116</sup>

O tempo de trabalho continuou caindo na maioria dos países até o final da década de 70, seja sob impacto de legislação específica ou de negociações coletivas<sup>117</sup> sendo que então o elemento determinante para a redução do tempo anual de trabalho foi a redução da jornada semanal de trabalho e o aumento dos dias de férias, dias festivos ou licença (maternidade, família, etc.) pagos.<sup>118</sup>

Com a emergência da Terceira Revolução Industrial, nas condições econômicas e políticas e no panorama internacional das últimas décadas do século XX, observa-se a relativa estagnação do tempo anual de trabalho em praticamente todos os países capitalistas avançados,<sup>119</sup> independentemente

---

<sup>116</sup> Com o fortalecimento do *welfare state* uma parte da produtividade também teria sido repassada à "comunidade-previdência", o que caracterizou uma forma de solidariedade, um tanto em desuso durante a "modernização conservadora" com os próprios excluídos do trabalho (doentes, desempregados, idosos, etc.). LIPIETZ 1991, pg. 108.

<sup>117</sup> A força política dos trabalhadores organizados se contrapôs ao impedimento tendencial da ampliação do tempo livre dos produtores, através da reinserção do tempo liberado em novos ou ampliados ramos de produção. A este respeito ver BADALONI 1983, pg. 243-245.

<sup>118</sup> MARCHAND 1992, pg. 32 e OIT 1988, pgs. 5-7.

<sup>119</sup> FREYSSINET aponta para o "ceticismo desconfiado" ou até mesmo a "franca

dos diferentes níveis alcançados e das dificuldades em comparar dados de origens e definições distintas, em contrapartida à crescente diversificação e ruptura dos tempos de trabalho e de "flexibilização" da jornada de trabalho dos assalariados.<sup>120</sup>

As duas grandes exceções são a França e a Alemanha. A primeira apresentou efetivamente uma das reduções mais acentuadas da jornada anual de trabalho até o início dos anos 80. Ainda nos primeiros anos desta década o recém empossado governo Mitterrand privilegiou a contração do desemprego através da redução da jornada de trabalho semanal contratual para 39 horas, visando alcançar as 35 horas, e da quinta semana de férias pagas.

No entanto, pouco a pouco "a prioridade acordada à redução do tempo de trabalho como fator de melhora das condições de vida, isto é da divisão mais eqüitativa do emprego em período de desemprego elevado, se oculta atrás de uma política de distribuição e reorganização do tempo de

---

hostilidade" de alguns sindicatos europeus à idéia de redistribuição do trabalho social e de redução da jornada de trabalho. As razões apontadas seriam o entendimento que estes sindicatos teriam sobre os seus efeitos. Neste sentido, os sindicatos considerariam que: a) sociabilidade tenderia a se situar fora da relação salarial clássica, b) haveria maior ameaça de renúncia ao pleno emprego e c) o crescimento já enorme do emprego parcial involuntário. A este respeito ver FREYSSINET 1993.

<sup>120</sup> MARCHAND 1992, pgs. 31-39

trabalho ditada pelos imperativos da competitividade", que passaria a ser assumida pelo patronato francês e cujo objetivo primeiro passaria a ser a flexibilização do tempo de trabalho e não mais sua redução, que permaneceria relativamente estável a partir de 1984.<sup>121</sup>

**TABELA 3.20**  
**NÚMERO ANUAL MÉDIO DE HORAS TRABALHADAS POR**  
**TRABALHADOR E VARIAÇÃO PERCENTUAL\***

	1970	1975	1979	1989	1989/70	1989/79
<b>Emprego Total</b>						
EUA	1.886	1.833	1.808	1.792	- 5,0	- 0,9
França	1.962	1.865	1.817	1.690	-13,9	- 7,0
Itália	1.969	1.841	1.788	-	-	-
Japão	-	2.100	2.110	2.078	- 1,0 <sup>a</sup>	- 1,0
Suécia	1.641	1.516	1.451	1.484	- 9,6	1,0
<b>Emprego Assal.</b>						
Alemanha	1.885	1.737	1.699	1.607	-14,7	- 5,4
EUA	1.836	1.791	1.767	1.758	- 4,2	- 0,5
França	1.821	1.720	1.667	1.543	-15,3	- 7,4

\* Inclui o trabalho em tempo parcial.

FONTE: OCDE 1992, pg. 298.

**TABELA 3.21**  
**TOTAL ANUAL DE HORAS TRABALHADAS (1987 E 1989) E**  
**FÉRIAS, FERIADOS E LICENÇAS PAGAS (1987)\***

	Feriados Nacionais	Férias	Outras licenças	Total anual de horas trabalhadas	
				1987	1989
Alemanha	12	29	16	1.642	1.638
EUA	11	19	6	1.949	1.957
França	8	26	16	1.645	1.646
Inglaterra	8	23	-	1.947	1.989
Japão	19	9	3	2.168	2.159

\* Feriados, férias e outras licenças referem-se ao total de horas trabalhadas em 1987.

FONTE: Para 1987 MISHEL e FRANKEL 1991, pg. 90 e 1989 JAPAN INSTITUTE OF LABOR 1992, pg. 38.

<sup>121</sup> BOULIN 1992, pgs. 41-45.

A observação mais atenta do caso alemão, nos mostra que, por um lado, neste país a reivindicação da redução das horas trabalhadas teve maior participação nos conflitos de trabalho (1955: semana de 5 dias; 1979: redução de jornada e 1984: semana de 35 horas) e, por outro, o número de horas trabalhadas "efetivamente diminui com regularidade e acompanha a redução das horas semanais de trabalho impostas pelas convenções coletivas".<sup>122</sup> Trata-se seguramente do único caso em que a redução significativa no pós-guerra<sup>123</sup> se manteve ao longo dos anos 80 e deveria estender-se até 1995 quando, segundo as negociações realizadas entre o forte e centralizado movimento sindical e o patronato, a jornada de trabalho alcançaria 35 horas semanais. Ainda que a unificação alemã, ademais dos problemas econômicos e sociais gerais que criou, tenha trazido uma significativa disparidade de tempos efetivos de trabalho, produtividade e remunerações no interior da "nova" Alemanha, os acordos ainda continuam, embora sob maior oposição empresarial.

Os EUA, se bem apresentem uma pequena redução das horas anuais trabalhadas, esta se deveu sobretudo à elevação do número de trabalhadores exercendo atividades em

---

<sup>122</sup> LEITHAUSER 1986, pg. 187.

<sup>123</sup> Em 1950 um trabalhador alemão ocidental ainda trabalhava 2316 horas por ano, ou seja, 327 horas a mais do que um francês e 449 horas a mais do que um trabalhador norte-americano. BOSCH 1992, pgs. 85-87.

tempo parcial, embora o número médio de horas semanais trabalhadas no exercício desta atividade também tenha aumentado. Na realidade, a duração média do tempo de trabalho dos empregados tempo integral aumentou de 43,1 horas em 1979 para 43,8 horas em 1988. Paralelamente, os dias parados pagos sofreram uma redução na década de 80, depois de uma tendência inversa nos anos 70. Em 1967 o número de dias parados pagos aos trabalhadores industriais representavam 17,9 dias e em 1979 alcançou 23,1 dias. Em 1988, estes mesmos trabalhadores só dispunham de 21,8 dias de férias e feriados pagos.

SCHOR estima que em 1987 o "ocupado médio" dos EUA trabalhou cerca de 163 horas (cerca de uma mês) a mais do que em 1969.<sup>124</sup> Na indústria manufatureira norte americana em 1989 se trabalhou mais de uma hora por semana que em 1979.<sup>125</sup> Segundo dados da OCDE, em 1988 os trabalhadores full-time norte-americanos trabalharam cerca de 42 minutos a mais do que em 1979.

**TABELA 3.22**  
**HORAS EFETIVAMENTE TRABALHADAS NA SEMANA DE**  
**REFERÊNCIA**

	<i>Alemanha</i>		<i>EUA</i>		<i>Itália</i>		<i>Inglaterra</i>		<i>França</i>		
	1979	1988	1979	1988	1979	1988	1979	1988	1979	1983	1988
<b>Trab. Full-Time</b>	43,2	42,8	43,1	43,8	40,9	40,4	42,0	42,7	43,9	42,4	42,8
<b>Trab. Part-Time</b>	21,6	21,0	19,0	19,8	25,1	24,5	18,6	16,9	21,1	21,4	21,6

FONTE: OCDE 1990, pgs. 26-27.

<sup>124</sup> SCHOR 1991, pg. 29.

<sup>125</sup> ROSENBERG 1992, pg. 131.

**TABELA 3.23**  
**COMPONENTES DO TOTAL ANUAL DE HORAS TRABALHADAS POR**  
**TRABALHADOR, ALEMANHA**

	<i>Total anual de horas trabalhadas</i>	<i>Dias efetiv. trabalhados</i>	<i>Dias parados por doença</i>	<i>Férias</i>	<i>Horas Contrat.*</i>	<i>Horas Extr.*</i>
<b>1960</b>	2.081	248,3	13,9	15,5	8,1	0,4
<b>1970</b>	1.885	215,8	13,1	21,2	8,3	0,7
<b>1979</b>	1.699	209,4	13,4	26,7	8,0	0,3
<b>1983</b>	1.670	211,1	10,3	29,6	8,0	0,3
<b>1988</b>	1.622	209,1	11,1	30,5	7,8	0,3

\* Horas contratuais e horas extras diárias.

FONTE: OCDE 1990, pg. 21.

A continuidade de uma situação desta natureza, onde se verificam horas de trabalho estabilizadas ou ascendentes em meio ao acentuado desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade, tendem a acentuar a exclusão e a fragmentação social, dificultando ainda mais a constituição de um novo padrão de desenvolvimento. Enquanto isto, a questão de fundo recolocada pela transformação do padrão produtivo e tecnológico continua sem resposta: Se o sistema capitalista revigorado pela reestruturação do capital sob a "modernização conservadora" potência sua capacidade de produzir um número cada vez maior de novos e velhos bens e serviços (com maior ou menor qualidade, "customizados" ou "standardizados", produzidos de maneira mais ou menos flexíveis) com uma quantidade cada vez menor de trabalho humano em meio a mudanças que, no limite, afetam a própria lógica capitalista, como as sociedades poderão redefinir este trabalho e o seu lugar na vida dos indivíduos e das sociedades, rearranjar a

sua distribuição e a maneira de produzir e de consumir, reduzir e dividir sua duração, repartir a riqueza e a renda produzidas de maneira mais solidária e eqüitativa?

Alguns autores como KURZ consideram que a constituição de um tal projeto não seria apenas difícil, mas impossível, seja na construção de um novo projeto de civilização e de uma nova sociedade (com a miríade de formas de apropriação e organização da vida social) ou de medidas estruturantes e de controle que a sociedade adote "para não ser aniquilada pela ação do mercado auto-regulável".<sup>126</sup>

Para KURZ a dinâmica destrutiva e excludente do desenvolvimento das forças produtivas em tempos de desestruturação do mundo do trabalho desemboca necessariamente na "barbárie", em uma "era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo"<sup>127</sup> e tornaria praticamente impossível a constituição de um novo padrão de desenvolvimento ("considerado apenas como uma administração estatista de crise e emergência")<sup>128</sup> ou de um projeto de civilização ("com a supressão radical da mercadoria moderna e de seu sistema mundial")<sup>129</sup>.

---

<sup>126</sup> POLANYI 1980, pg. 243.

<sup>127</sup> KURZ 1993, pg. 222.

<sup>128</sup> KURZ 1993, pg. 224

<sup>129</sup> A este respeito ver KURZ 1993, pg. 233.

Se, por um lado, as transformações abertas pela Terceira Revolução Industrial deste final de século colocaram em cheque as estruturas do "socialismo real" e as bases analíticas que o sustentavam, por outro lado, estas mesmas transformações afetariam a própria lógica do funcionamento capitalista, recolocando lentamente e em outros termos a crítica social e possibilitando a que, no futuro, as aspirações de constituição de uma sociedade mais democrática, justa e solidária possam verem-se revigoradas.

Apesar da constituição reconhecidamente difícil no curto prazo de quaisquer "utopias" transformadoras, a determinação da "impossibilidade" de constituição de um novo padrão de desenvolvimento e sua limitação a uma "administração estatista da crise" merece reparos. Primeiramente, cabe considerar-se que a dinâmica das sociedades não poderia ser deduzida exclusivamente a partir da dinâmica do capital, impondo um determinismo que menospreza outros níveis analíticos (história, cultura, política, etc.). Em segundo lugar, qualquer tipo de padrão de desenvolvimento que eventualmente venha a ser constituído não reproduzirá o anterior, não sendo, portanto, necessariamente uma "administração estatista da crise". Finalmente, não se poderia deduzir exclusivamente do trabalho e da análise tradicional de classes a dinâmica das transformações. Tampouco de sua simples negação, sobretudo porque, ainda que as classes não sejam mais

as mesmas, permanecem, no entanto, presentes nos conflitos e na vida das sociedades.<sup>130</sup>

Para GORZ, ainda que permaneça a contradição entre capital e trabalho, esta, no entanto, se veria crescentemente sobrepujada por contradições que se situariam além do local de trabalho e do processo de valorização direto,<sup>131</sup> permanecendo abertos, portanto, espaços para a constituição de uma força social transformadora "de novo tipo". Outros autores também consideram ainda possível a "organização alternativa da cooperação de produtores, conforme objetivos que não sejam os da valorização do capital"<sup>132</sup> já que "sob a cobertura do antigo trabalhador coletivo cresce um novo, com outras qualidades e com novas combinações sociais"<sup>133</sup>.

Independentemente da análise prospectiva que se faça, o certo é que a emergência da Terceira Revolução Industrial destruiu o anterior padrão de desenvolvimento e recolocou problemas novos cujas respostas e caminhos permanecem abertos. Esta ausência de respostas e alternativas, é expressão da emergência de um novo padrão tecnológico e

---

<sup>130</sup> Para KURZ, a "eliminação tendencial do trabalho produtivo" expressa na crise do capitalismo descartaria não somente a possibilidade de uma "revolução da classe trabalhadora" como a desqualificaria para quaisquer veleidades transformadoras, por voltar-se às "formas ocidentais do mercado". KURZ 1993, pg. 227-228.

<sup>131</sup> GORZ 1990, pg. 5.

<sup>132</sup> MAAR 1993, pg. 28

<sup>133</sup> OSCAR NEGTE, citado em MAAR 1992, pg. 28.

produtivo internacional nas condições de ruptura do compromisso keynesiano, que gerou não apenas a desestruturação da ordem econômica internacional como também a maior desestruturação do mundo do trabalho, favorecendo este movimento simultâneo de crises do pensamento e da prática socialista, social-democrata e capitalista.

Quando observamos os países que, tentando resguardar-se do ultraliberalismo anglo-saxão (embora mantendo a autonomia do capital reestruturado), mais avançaram no que diz respeito ao novo paradigma tecnológico e às tentativas em consolidar um novo sistema produtivo, de acordo com suas respectivas história e conformação institucional, constata-se um duplo movimento. Se bem "enfrentaram" diferenciadamente os problemas resultantes da "modernização conservadora", o fizeram de forma defensiva, favorecendo o crescimento econômico sem rearticular mais amplamente as diferentes relações sociais, salariais e de consumo, não conseguindo, portanto, apresentar um novo padrão de desenvolvimento e alçar-se enquanto novo poder hegemônico mundial.

O Japão, que encontrava-se na vanguarda do novo paradigma tecnológico e produtivo, foi favorecido pela ética do trabalho extremadamente rigorosa, pela ausência de sindicatos nacionais e negociações centralizadas, pela internalização dos princípios produtivistas e pela capacidade dos setores dominantes em articular autonomamente os

interesses nacionais. Desta forma, colocou em funcionamento um sistema produtivo que manteve alongado o tempo de trabalho<sup>134</sup> e níveis insuspeitados de exploração e esgotamento pelo trabalho,<sup>135</sup> ao mesmo tempo em que favoreceu a poupança e conteve os níveis de consumo.

Este país, tão seguidamente dado como exemplo ou modelo do novo paradigma tecnológico e produtivo, apesar de bem se posicionar frente a concorrência alemã e a sobrevida do poder hegemônico norte-americano, tem tido dificuldade em gerar um novo padrão de desenvolvimento sobre a base de um sistema produtivo tão "frugal", limitado a negociações por empresa e, contraditoriamente às flexíveis práticas empresariais, relativamente rígido nas "práticas e comportamentos sociais".<sup>136</sup>

Esta "frugalidade", embora ainda mantida devido à rigorosa ética do trabalho e à rigidez dos

---

<sup>134</sup> Lembremos que, segundo o próprio Ministério do Trabalho japonês, enquanto os trabalhadores nipônicos em 1989 tiveram uma jornada anual de trabalho de 2.159 horas (sendo que 254 de horas extras), os alemães trabalharam 1.638 horas anuais (com apenas 94 horas extras). A este respeito ver JAPAN INSTITUT OF LABOR 1992, pg. 38.

<sup>135</sup> O *Karoshi*, ou "morte súbita por excesso de trabalho", representa hoje um significativo problema social no Japão e ocorre tanto na linha de produção quanto na administração, como resultado do "stress acumulado pelas vítimas devido ao trabalho extremamente intensivo e às extensas jornadas de trabalho". Atualmente morreriam cerca de 10.000 pessoas esgotadas por excesso de trabalho. A este respeito ver WATANABE 1992, Pg. 4. e HIPPO 1992, pg. 128.

<sup>136</sup> HIRATA e ZARIFIAN 1990 pgs. 9-10.

comportamentos sociais, é crescentemente questionada quanto: à limitação da garantia de emprego entre 20% e 30% dos ocupados; à profunda divisão sexual do trabalho (pequena participação de mulheres e enormes diferenciais de salários); ao peso crescente do trabalho "ilegal" estrangeiro; à elevadíssima jornada de trabalho e ao grande número de mortos por excesso de trabalho.<sup>137</sup> O próprio governo japonês, antes da recente crise recessiva havia afirmado seu objetivo de aumentar as férias pagas e reduzir o tempo de trabalho de mais de 2.000 horas anuais trabalhadas em 1990 para cerca de 1800, ainda no início desta década<sup>138</sup>, embora as exigências internacionais sejam bem maiores.

A Alemanha, com uma trajetória original de sua industrialização e relativa especialização na produção de bens de equipamentos, desenvolveu um conjunto institucional de representação dos trabalhadores visando assegurar aos sindicatos a participação na gestão e na negociação setorial, o que permitiu a obtenção de vantagens no médio prazo no que se refere aos salários, organização da produção, qualificações e duração do trabalho, favorecendo, no entanto, a maior

---

<sup>137</sup> Para SATO, o mito das relações de trabalho no Japão seria baseado em três "riquezas sagradas": o emprego vitalício, o salário por antiguidade e o sindicato por empresa. No entanto, estas riquezas estariam desaparecendo ou se transformando, sobretudo as duas primeiras: o salário por antiguidade teria sido substituído pelo meritocrático e o sistema de emprego vitalício sofreu uma mudança notável, havendo quem fale no seu fim. SATO 1988, pg. 7.

<sup>138</sup> HIPPO 1992.

insegurança no mercado de trabalho e no emprego resultante de uma dualidade crescente.<sup>139</sup> As dificuldades resultantes do processo de unificação e da situação instável do Leste europeu tem fortalecido a resistência empresarial, contrária à maior redução da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que amplia para o conjunto da sociedade a insegurança presente no mundo do trabalho, e genera os atuais movimentos xenófobos de extrema direita.

A Suécia, precursora e herdeira de toda uma tradição social-democrata, teria sido o país que mais profundamente enfrentou a questão da relação entre novo paradigma tecnológico/ produtivo e relação salarial. Mantidos sindicatos fortes, ativa participação das mulheres na produção, no sindicatos e na sociedade, negociação coletiva em vários níveis com acentuada centralização, Estado de Bem Estar com os conhecidos "sacrifícios" impositivos, "salário de solidariedade" e compromisso com o pleno emprego, a Suécia atravessou a década de 80 - apesar de acentuados reveses ao final da década e início dos 90, com resultados ainda imponderáveis - buscando enfrentar a constituição de uma nova relação salarial, com claros esforços coletivos em prol da humanização do trabalho. Em vários setores ter-se-ia abandonado a cadeia de montagem, haveria uma máxima

---

<sup>139</sup> BOYER 1992, pgs. 45 e 55.

polivalência da mão de obra, nível moderado de automatização e extrema atenção dada às motivações e preocupações dos operadores.<sup>140</sup>

Obviamente não se trata de auto-gestão ou democracia salarial, pois os trabalhadores seguem sob a "ordem" do mercado e da autoridade patronal. No entanto, este novo compromisso, realizado em um pequeno país e voltado basicamente à organização do trabalho seria capaz de apontar para uma busca mais integrada de um novo padrão de desenvolvimento capitalista? Poderia ser a Suécia novamente precursora de uma nova relação salarial? Ou os reveses do início da década apontariam para a impossibilidade da "social-democracia em um só país"?

Frente à crescente desestruturação sofrida pelo mundo do trabalho e aos problemas econômicos e sociais despertados pelo início da Terceira Revolução Industrial ainda realizada sob a "modernização conservadora" e cuja magnitude e desdobramentos são ainda difíceis de discernir em sua totalidade, os trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas se encontram na defensiva, sem oferecer alternativas capazes de articular as distintas forças de ruptura à "modernização conservadora".

---

<sup>140</sup> LIPIETZ 1992; BOYER 1992, pg. 48.

A ofensiva do capital reestruturado que chama à si a tarefa de dirigir a sociedade capitalista sob as regras exclusivas da concorrência e do mercado auto-regulável em escala internacional, tem dificultado ainda mais a gestação de uma alternativa que aponte para uma nova sociedade capaz de gerar a emancipação crítica do trabalho social e uma nova hegemonia.

Sem esta nova hegemonia, que extrapole os trabalhadores e seus tradicionais aliados, que incorpore novos agentes e novos temas sociais, e que contemple outras contradições que se apresentam crescentemente situadas além do local de trabalho e do processo de valorização, os trabalhadores dificilmente conseguirão protagonizar projetos nacionais e internacionais de transformação. Sem a rediscussão da questão nacional no marco de uma maior integração internacional, de alternativas de redistribuição do produto nacional, de redivisão do trabalho social nacional e internacionalmente, de desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentados e de uma nova crítica democrática a um sistema social que agrava desigualdades e produz exclusão, estas forças dificilmente se reposicionariam com a força necessária para fazer frente aos desafios que a história continua a colocar.

---

---

CAPÍTULO 4

O BRASIL FRENTE A III REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

---

---

"Ser absolutamente moderno  
é ser aliado de seus próprios coveiros".

M. Kundera, *d'après* Rimbaud

---

#### 4.1 BRASIL: CAPITAL E TRABALHO EM RITMO ACELERADO E DESIGUAL.

O Brasil incorporou tardia e lentamente o setor têxtil e o conjunto das inovações do padrão tecnológico e produtivo emergente da Primeira Revolução Industrial de fins do séc. XVIII e início do século XIX. Enquanto nos países avançados desde a crise de 1876/90 já se questionava o velho paradigma tecnológico e emergia a Segunda Revolução Industrial, no Brasil somente após decorridas várias décadas do século XX consolidou-se uma indústria têxtil que tinha por base uma tecnologia relativamente simples e ancorada na mecânica.<sup>1</sup>

Com a relativa estabilidade dos padrões tecnológicos neste século, o Brasil pode iniciar logo após a consolidação da indústria têxtil a apropriação dos avanços da Segunda Revolução Industrial do final do séc. XIX, inicialmente sob uma forma *restringida* (1930/55).<sup>2</sup>

A ruptura da dinâmica contraditória entre o capital industrial e o capital mercantil exportador ocorrida

---

<sup>1</sup> A importância da longa manutenção do escravismo, da economia mercantil exportadora na formação do capital industrial, da dinâmica contraditória entre os capitais industrial e mercantil, de sua ruptura e crescente consolidação da indústria como fonte de dinamismo da economia nacional foram desenvolvidas por FURTADO 1971, 1974 e 1983, CARDOSO DE MELLO 1975, TAVARES 1975 e SILVA 1976.

<sup>2</sup> Sobre o caráter tardio da industrialização e suas fases ver CARDOSO DE MELLO 1975.

nos anos que se seguiram à crise de 29, levou a que o investimento industrial e seus efeitos multiplicadores substituíssem o setor exportador na expansão econômica. No entanto, apesar deste dinamismo da acumulação resultar do papel crescente do capital industrial, a capacidade para importar do capital mercantil exportador continuaria constituindo um limite às necessidades de importação de meios de produção exigida pela reprodução ampliada do capital.

Nestes anos a estrutura produtiva ainda era pouco diversificada, com um número reduzido de empresas e uma indústria ainda limitando-se aos ramos produtores de bens de consumo não-duráveis. O mercado de trabalho, por sua vez, era pouco integrado e a grande maioria dos trabalhadores situava-se na agricultura - submetidos a outras formas de dominação - enquanto nas cidades pequenas e médias não existiam concentrações significativas de trabalhadores assalariados.<sup>3</sup>

Portanto, quando paralelamente ao início da industrialização se consolida a legislação trabalhista/corporativista, os trabalhadores organizados e "protegidos" por estas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, ainda localizados em algumas capitais e em meio a uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de marginalizados das cidades sem quaisquer direitos sociais. Embora os sindicatos tenham surgido no início do século, a ausência de

---

<sup>3</sup> A este respeito ver BALTAR e DEDECCA 1992.

bases sociais mais amplas e sólidas impediu que exercessem uma ação política mais independente, eficaz e generalizada na sociedade.<sup>4</sup>

O Brasil no imediato pós-guerra implantou as bases de uma economia urbana e industrial, que iria incorporar a indústria do aço, da química, dos bens de capital, embora esta indústria tivesse por base uma tecnologia mais complexa, ancorada na eletricidade, no petróleo e no motor à explosão e dominada por grandes empresas que exigiam grandes volumes de capital. Isto foi possível pela difusão acelerada do padrão de industrialização norte americano ao conjunto do mundo capitalista e pelo processo de internacionalização produtiva comandado inicialmente pelas empresas multinacionais norte americanas em direção à Europa e Japão, seguidas pelas empresas européias e japonesas em direção aos países de industrialização tardia, como o Brasil.

Com o Plano de Metas<sup>5</sup> e a industrialização substitutiva foram implantadas as indústrias pesada, de bens duráveis, etc. tendo por base um vigoroso tripé formado pelas empresas transnacionais, estatais e privadas nacionais que completará a industrialização com a autodeterminação do capital através de seu núcleo central: a indústria pesada.

---

<sup>4</sup> A este respeito ver BARBOSA DE OLIVEIRA 1992. Sobre os trabalhadores e sua organização sindical no Brasil até cerca da II Grande Guerra ver SIMÃO 1966, FAUSTO 1976, RODRIGUES 1966, ALMEIDA 1978 e VIANA 1977.

<sup>5</sup> Para uma análise do Plano de Metas vide LESSA 1981.

Neste processo, o papel do Estado foi ampliado, desempenhando um papel estruturante, articulando os interesses capitalistas, definindo através do planejamento as fronteiras de expansão e mobilizando excedentes financeiros capazes de assegurar a industrialização brasileira. No entanto, o Estado nacional manteve um padrão de intervenção social de baixos resultados e efeitos compensatórios ou distributivos, caracterizado por uma postura "meritocrática-particularista".<sup>6</sup>

O padrão de industrialização norte americano foi rápida e crescentemente incorporado, seja no referente ao paradigma tecnológico, à estrutura produtiva ou à organização do trabalho taylorista e fordista.

O rápido crescimento econômico (com uma taxa média anual de cerca de 7%) permitiu que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos e decuplicasse entre 1945 e 1980. Seu desempenho, superior ao dos países capitalistas avançados, faria com que o Brasil superasse várias economias da América Latina e passasse a ocupar a oitava posição entre as economias industrializadas.<sup>7</sup>

Nesse processo, a economia brasileira tornou-se complexa e interdependente, concluindo a substituição de importações e consolidando a indústria manufatureira como eixo

---

<sup>6</sup> A respeito do padrão de intervenção social do Estado brasileiro, ver DRAIBE 1986, 1988 e 1990.

<sup>7</sup> A este respeito ver SERRA 1982, pg. 57.

dinâmico. A indústria de bens de consumo duráveis cresceu a uma taxa média de 15,3 % ao ano entre 1945 e 1980, sendo que nos momentos de expansão do ciclo (1955-62 e 1967-73) atingiu taxas anuais superiores a 23 %. Os setores de bens intermediários e de bens de capital também cresceram a taxas médias anuais muito elevadas (10,5% e 12,8%, respectivamente).<sup>8</sup>

Com um dinamismo tão acentuado o setor industrial aumentou consideravelmente sua participação na estrutura da renda interna (de 20% em 1949 para 26% em 1980) contribuindo - em contrapartida - para reduzir a participação da agricultura de 25% em 1949 para 13% em 1980. No mesmo período, a população ocupada no setor primário passou de 60% da PEA total a menos de 30%. O número de pessoas empregadas no setor secundário praticamente quintuplicou, passando a maioria da PEA a situar-se no setor secundário (24,5%) e terciário (45,7%).<sup>9</sup>

A estrutura da produção industrial também se alterou profundamente. O setor produtor de bens de consumo não-duráveis que detinha cerca de 73% do valor da produção em 1949 reduziu sua participação para apenas 34% em 1980. Em contrapartida, os setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital que participavam em 1949 com apenas 2,5% e

---

<sup>8</sup> In SERRA 1982, pg. 58.

<sup>9</sup> In FARIA 1986, pg. 78.

4,3%, alcançaram em 1980 14% e 15% respectivamente. Desta forma, os setores predominantes no emprego industrial no fim da década de 40 (têxtil, vestuário, couro, alimentos e bebidas, cerâmica, vidros e móveis) deixam de sê-lo em 1980 (de 54,1% para 31,2%). Em contraposição, os novos setores (metalurgia, mecânica pesada, química, borracha, farmacêutica) ampliaram sua participação no emprego (de 23,1% em 1950 a 38% em 1980).<sup>10</sup>

Como não podia deixar de ser, a intensidade do crescimento e a profundidade das transformações estruturais resultaram em profundas mudanças no mercado de trabalho e na estrutura social. Neste processo de acelerada industrialização foi deixada intacta a estrutura da posse da terra nas áreas mais pobres em meio à acentuada modernização da agricultura capitalista de outras regiões. Ambas situações favoreceram a que vastos contingentes populacionais se deslocassem do campo para os centros urbanos, caracterizando um êxodo interno sem paralelo, ao mesmo tempo em que o dinamismo econômico impulsionou a geração de empregos<sup>11</sup> e uma considerável mobilidade social e ocupacional.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> In FARIA 1986, pg. 106.

<sup>11</sup> Embora com matizes diferenciados, várias análises questionando o pessimismo de economistas brasileiros e latino-americanos sobre o crescimento e as características da estrutura do emprego na década de 60 seguiram-se à tese de SOUZA 1980. A este respeito ver BALTAR 1985, FARIA 1986, CEPAL 1986, MTb 1987. Sobre o desempenho do mercado de trabalho nos anos 60 e 70 ver BALTAR e DEDECCA 1992 b.

<sup>12</sup> Para uma avaliação sobre a questão da mobilidade social no período ver

Mas se houve uma intensificação do processo de modernização da sociedade, com a expansão e o fortalecimento da classe operária<sup>13</sup> e das classes médias, houve também um aumento do pauperismo e do subemprego, dos desequilíbrios regionais e dos níveis de desigualdade social, com a ampliação sistemática da desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho e da distribuição da renda nacional brasileira.<sup>14</sup>

No Brasil, apesar da incorporação do padrão industrial capitalista dominante e de sua extraordinária dinâmica de crescimento, não se completou a constituição do padrão de desenvolvimento que, no pós guerra, se generalizou a partir dos EUA.<sup>15</sup> Embora com distintos *timings* e, conseqüentemente, com resultados diferentes *vis-à-vis* a homogeneidade social, distribuição da renda e características do *Welfare State*, os EUA e os países capitalistas avançados da Europa articularam o conjunto de normas e regras salariais e de consumo com as características tecnológicas e produtivas da

---

os trabalhos de PASTORE 1979 e 1983.

<sup>13</sup> Para uma análise mais detalhada da formação do trabalhador e sua organização sindical no pós-guerra ver RODRIGUES 1968, WEFFORT 1972 e 1975, MARANHÃO 1979, RODRIGUES 1981, ALMEIDA 1988, KECK 1988, SADER 1988 e ANTUNES 198..

<sup>14</sup> A este respeito ver BALTAR e DEDECCA 1992 b, pg. 7.

<sup>15</sup> Nas seções seguintes verificaremos que apesar do Brasil não completar o padrão de desenvolvimento norte-americano, constituiu um outro, diferente, com características próprias.

II Revolução Industrial conformando um determinado padrão de desenvolvimento.<sup>16</sup>

A partir da última metade da década de 70, embora com a redução do patamar de crescimento econômico e ainda no bojo do II PND, é retomada a discussão sobre os caminhos e alternativas para a economia e sociedade brasileiras interrompida quando do golpe militar de 1964. Neste momento, fortaleceram-se indicações que apontavam para a possibilidade do país ingressar em um novo período histórico e, embora tardiamente, conformar plenamente o padrão de desenvolvimento norte americano, articulando ao padrão industrial e tecnológico novas relações salariais e de consumo.

Completava-se a estrutura industrial do paradigma tecnológico e produtivo da Segunda Revolução Industrial, e conjuntamente com a crise econômica e social do regime militar, entravam na cena política e social nacional uma classe trabalhadora bastante ampliada, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação e que, não se contentando com os temas exclusivamente sindicais, reivindicava um "outro" desenvolvimento. Estes novos sujeitos, novos lugares políticos e novas práticas sociais, caracterizariam "o início de um novo período na história

---

<sup>16</sup> A este respeito ver Cap. 1 desta tese.

social de nosso país".<sup>17</sup>

No entanto, neste mesmo período iniciava-se nos países capitalistas avançados uma nova fase de "destruição criadora" e de emergência de uma Terceira Revolução Industrial que iria ampliar-se na década de 80.<sup>18</sup> Desta maneira, se por um lado o Brasil efetivamente ingressou em um novo período de sua história social, onde se ampliou o espaço democrático e criaram-se novos direitos e demandas sociais, por outro lado, apesar do anterior, não conseguiu completar o padrão de desenvolvimento norte-americano, tornado "velho" e questionado pelo capital nos centros dinâmicos do capitalismo.

Neste sentido, a crise estrutural e a desarticulação progressiva do padrão de desenvolvimento do Brasil nos anos 80 acontecem simultaneamente à emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo e podem ser entendidas como resultado do "processo de desestruturação da ordem econômica mundial".<sup>19</sup>

Nos países capitalistas avançados, a emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo em meio à

---

<sup>17</sup> A este respeito ver SADER 1988, p. 60.

<sup>18</sup> Para um maior detalhamento deste período e das mudanças ocorridas nos países capitalistas avançados ver Caps. 2 e 3 desta tese.

<sup>19</sup> TEIXEIRA entende que esta situação torna ainda mais difícil a constituição de um novo padrão de desenvolvimento, sendo apenas possível a "adoção de medidas de reestruturação, de natureza defensiva, capazes de permitir ao país uma transição menos dolorosa". A este respeito ver TEIXEIRA 1993, cap. VIII.

ruptura do compromisso social do pós-guerra e à desestruturação da ordem econômica mundial levou à crescente desestruturação do mundo do trabalho na década de 80.<sup>20</sup>

No Brasil, a elevação da inflação aliada à ruptura do padrão de desenvolvimento brasileiro favoreceram a estagnação da esfera produtiva, tornando os ciclos de crescimento, anteriormente intensos, embora curtos e instáveis, praticamente inexistentes e interrompendo o processo de assalariamento e de formalização das relações de trabalho e, conseqüentemente, ampliando a pobreza, a exclusão e a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho (emprego e salários).

No entanto, contraditoriamente, o fracasso das tentativas liberais de reestruturação e a manutenção da estrutura industrial brasileira preservaram - ainda que temporariamente - as bases sociais dos sindicatos,<sup>21</sup> agora sob um regime de ampliação dos espaços democráticos. Os trabalhadores organizados puderam então, em plena crise e pressionados pelo processo inflacionário, avançar na

---

<sup>20</sup> Conforme discutido no Cap. 3.

<sup>21</sup> No Chile, após o golpe contra as instituições democráticas o regime militar de Pinochet destrói a organização dos sindicatos. Com as duas ondas posteriores de ajustes macroeconômicos e políticas liberais de reestruturação (1974-78 e 1985-1989) são destruídas as bases sociais daqueles sindicatos com a destruição da incipiente industrialização chilena. Na Argentina, a estagnação e lenta destruição de seu parque industrial vem de muitas décadas, sendo intensificada também sob o regime militar pelo Ministro Martinez de Oz.

reconquista de direitos, na criação das centrais sindicais, na elevação dos níveis de sindicalização, na ampliação dos espaços de negociação e na conquista de maior reconhecimento social. Pela primeira vez na história brasileira os trabalhadores organizados puderam postular a participação protagônica em um processo de transformações em uma inusitada aliança produtivo-distributiva<sup>22</sup> que, no entanto, ainda não se constituiu.

A demora no enfrentamento da crise brasileira e seu agravamento nos anos 90 dá nova dimensão a estas questões e impõe o enfrentamento em "tempo real" dos problemas referentes ao nosso passado de atraso, exclusão e heterogeneidade, ao nosso presente de crise do padrão de desenvolvimento e, finalmente, mas não menos importante, ao nosso eventual futuro de incorporação do novo padrão tecnológico e produtivo e suas consequências, em um momento em que ainda não se constituiu em escala internacional um novo padrão de desenvolvimento. Este caráter tridimensional da crise e sua extensão por mais de uma década, se por um lado, vem tornando cada vez mais indispensável a busca de uma solução nacional negociada, por outro, vem ampliando os riscos

---

<sup>22</sup> Considero uma aliança produtivo-distributiva aquela capaz de articular em um novo horizonte de interesses comuns diferentes setores sociais em um novo padrão de desenvolvimento nacional de longo prazo que, superando as atuais formas de resistência passivas e espontâneas possam assegurar crescimento produtivo, distribuição da renda e ampliação democrática.

de uma outra forma de desestruturação do trabalho,<sup>23</sup> lenta mas não menos traumática, acompanhada de anomia, rupturas do tecido social, da democracia e da própria nacionalidade.

---

<sup>23</sup> Não se trataria da desestruturação do trabalho resultante da emergência do novo padrão industrial e tecnológico, como nos países avançados, e tampouco da desestruturação do trabalho resultante de uma acentuada desindustrialização e incorporação passiva das novas formas de produzir e de organizar o trabalho, como a ocorrida em alguns países latino-americanos que "aceitaram" as regras da "modernização conservadora" na versão ultra-liberal.

---

#### 4.2. PADRÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DITADURA MILITAR.

No Brasil, como nos demais países de desenvolvimento capitalista tardio, os sindicatos surgiram antes mesmo de que se conformasse um mercado de trabalho propriamente capitalista.<sup>24</sup> No entanto, a permanência no imediato pós-guerra de bases sociais ainda limitadas e, portanto, de uma debilidade estrutural dos sindicatos e das forças sociais interessadas no aprofundamento do processo de democratização da sociedade brasileira, dificultou a ruptura democrática com o autoritarismo e corporativismo oficiais e favoreceu a que o processo de industrialização se realizasse sob hegemonia conservadora.

Mesmo durante o período de maior exercício democrático e, sobretudo, sob o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek o Estado brasileiro dedicou-se prioritariamente a promover o crescimento econômico,<sup>25</sup> mantendo restringido seu papel de promotor do desenvolvimento social e da distribuição da renda, embora a adoção de uma política ativa de salário mínimo tenha protegido os salários mais baixos e impedido uma maior desigualdade social.<sup>26</sup> No que diz respeito à intervenção

---

<sup>24</sup> A este respeito ver BARBOSA DE OLIVEIRA 1993, pg. 254-255.

<sup>25</sup> Para uma análise extensiva sobre o Plano de Metas ver LESSA 1981.

<sup>26</sup> MEDEIROS aponta para a característica *living wage* da política do salário mínimo que assegurou sua elevação na década de 50. Para este autor, com um

social do Estado, apesar da maior incorporação de novos grupos sociais, esta se caracterizaria por ser "seletiva (...), heterogênea (...), e fragmentada (...)"<sup>27</sup>

Neste período, sob a base do crescimento econômico e da preservação da estrutura sindical criada a partir da década de 30 se fortalece uma relação entre Estado e sindicato, onde os trabalhadores trocam seu apoio ao "modelo desenvolvimentista" por uma redução "temporária" nos controles até então exercidos pelo Ministério do Trabalho sobre a criação e ação dos sindicatos.<sup>28</sup>

Com o crescimento econômico e o desenvolvimento da indústria, sobretudo após 1955, os sindicatos foram conquistando uma maior participação na cena política e social nacional. Desde o início da década de 60, o movimento sindical, embora ainda localizado nos setores mais tradicionais vis-à-vis a modernização que ocorria no parque industrial, tornava-se crescentemente porta-voz das lutas

---

alto valor absoluto dos salários de base e uma relativamente baixa dispersão da massa salarial, "esta década possuiria parâmetros distributivos inteiramente distintos daqueles que marcaram as décadas seguintes". Mesmo na segunda metade dos 50, quando a elevação dos preços pressionou a diferenciação e concentração dos rendimentos urbanos, mantiveram-se elevados os salários de base. A este respeito ver MEDEIROS 1992, pgs. 271-277.

<sup>27</sup> DRAIBE 1990, pgs. 8 e 9.

<sup>28</sup> Para uma análise sobre a sobrevivência da estrutura sindical oficial no período democrático que se abre no pós-guerra e da particular participação dos trabalhadores no "pacto populista", ver WEFORT 1972.

pelas reformas de base e pelo aprofundamento democrático que apontavam para uma tentativa de transformações nas relações sociais, no padrão salarial e de consumo de maneira a articulá-lo com a estrutura industrial e padrão tecnológico que se consolidava.

As características conservadoras do Estado e sociedade brasileiras resistiam a este processo de transformações. A crise cíclica que se abateu sobre a economia brasileira a partir dos primeiros anos da década de 60 - com a aceleração da inflação e a redução no ritmo do crescimento - iria romper a base de sustentação política do "desenvolvimentismo", ao mesmo tempo em que dificultaria ainda mais a conformação de uma força social capaz de assegurar estas reformas estruturais. Enquanto os movimentos sindical e popular caminhavam na direção do aprofundamento das "reformas de base", as classes dominantes mobilizavam as assustadas classes médias urbanas contra o "distributivismo" e a "república sindicalista" e batiam às portas dos quartéis, detonando o golpe militar de abril de 1964. O novo regime iria consolidar *manu militari* a derrota das forças populares e acentuar o processo de modernização sob hegemonia conservadora com o indisfarçado apoio dos EUA.

Por um lado, o novo regime militar iria impor à economia um plano de estabilização de corte ortodoxo e uma série de reformas conservadoras que, acentuando o caráter concentrador do desenvolvimento, visavam preparar uma nova

fase de crescimento. Estas reformas incluíam a reforma bancária (redefinindo os papéis dos bancos privados e estatais e criando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central), a reforma financeira (criando o Sistema Nacional da Habitação e o BNH, a correção monetária e a Lei do mercado de Capitais), a reforma fiscal (modernizando a arrecadação e fiscalização, criando as ORTNs financeira, monetária e fiscal), e a reforma administrativa (criando uma estrutura mais flexível e descentralizada da administração pública federal).<sup>29</sup>

Por outro lado, utilizou-se a legislação corporativa existente para acossar o movimento sindical. Após o golpe militar iniciou-se um longo período de caça aos dirigentes sindicais e populares com centenas de prisões. Nos primeiros seis anos o Ministério do Trabalho entrevistou mais de 760 vezes nos sindicatos, cassando dirigentes e impondo interventores. Paralelamente, terminou com a estabilidade no emprego criando o FGTS e ampliando a rotatividade da mão-de-obra, estabelece uma política salarial com base em fórmula e critério oficiais e impediu - através de uma nova e draconiana lei de greve - a mobilização sindical e a negociação coletiva.<sup>30</sup> Emprego e salário tornaram-se assim, desde então, variáveis "flexíveis" de ajuste às oscilações da economia e

---

<sup>29</sup> A este respeito ver TEIXEIRA 1993, pgs. 132 e 133.

<sup>30</sup> Para uma análise das diferentes fontes de dados referentes à intervenção do Estado sobre os sindicatos dos trabalhadores, assim como a criação de novos mecanismos de controle após o golpe de 1964 ver OLIVA 1988, Parte 1, Cap. 1.2

aos sucessivos planos de estabilização.

Através da intervenção estatal, da cassação das lideranças mais expressivas, da supressão do direito de greve e da extinção do poder de negociação dos sindicatos, o regime promove o desmantelamento do movimento sindical que, apesar de ainda frágil, havia ganho significativo dinamismo nos anos anteriores. Eliminando o seu papel de negociação e representação dos interesses corporativos, os sindicatos passam por uma forte burocratização, ganhando espaço o assistencialismo e as práticas de cooptação e controle dos trabalhadores.

A economia brasileira iria reingressar em sua trajetória de crescimento nos últimos anos da década de 60, no entanto, de forma ainda mais intensa ("milagre econômico") e com acentuadas desigualdades sociais e regionais. O controle sobre o movimento sindical,<sup>31</sup> a política salarial e do Salário Mínimo elevariam as disparidades salariais e a abertura do leque salarial<sup>32</sup> e acentuariam a deterioração dos padrões de distribuição funcional<sup>33</sup> e pessoal <sup>34</sup> da renda.

---

<sup>31</sup> Após a primeira onda repressiva nos meses que se seguiram ao golpe de abril de 1964, nova onda constituiu-se durante e após as greves de Osasco e Contagem em 1968 e, sobretudo, após a edição do Ato Institucional n. 5 em dezembro deste ano.

<sup>32</sup> A este respeito ver SOUZA 1980 (cap. 5 parte C) e MTB 1987 (Caps. 5 e 7).

<sup>33</sup> DIEESE 1993, pg. 21.

<sup>34</sup> A este respeito ver diversos artigos em TOLIPAN E TINELLI 1978 e RAMOS e REIS 1991.

Ao contrário do que ocorreu nos países europeus, no Brasil o padrão de produção baseado no setor de bens de consumo duráveis consolidou-se com baixos salários, elevada dispersão e sem distribuição da renda.<sup>35</sup> Nas condições brasileiras, foi a maior concentração de renda (permitindo a preservação e o aumento do poder de compra dos grupos médios e altos) e a elevação das margens de endividamento das famílias (resultante das reformas financeira e bancária) que, após as reformas conservadoras levadas à cabo depois do golpe de 1964, asseguraram a retomada do crescimento da demanda de duráveis. Como colocado por MEDEIROS, tratou-se do caminho conjunto da industrialização, do consumo de massas restrito e do assalariamento com baixos salários que iria se consolidar na década seguinte.<sup>36</sup>

A intensidade e a rapidez do crescimento econômico com acentuada mobilidade social e ocupacional, a redemocratização incompleta do pós-guerra, que entre outras coisas preservara a estrutura sindical corporativa, e o regime militar que se instala com o golpe de 1964, ocultaram - por algum tempo - as mazelas resultantes de um modelo de crescimento econômico "modernizante" - mas profundamente excludente e concentrador - e a constituição de uma nova

---

<sup>35</sup> Para uma análise mais ampla do mercado de trabalho nos países atrasados ver a tese de BALTAR 1987, sobretudo o Cap. 5.

<sup>36</sup> Ver MEDEIROS 1992, pg. 303.

classe operária, expressão contraditória daquele mesmo modelo.

---

#### 4.3. CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E CRISE DA DITADURA MILITAR

Desde o fim dos anos 60 os mecanismos de regulação internacional constituídos a partir da consolidação da hegemonia norte-americana foram desarticulados e desacelerou-se o crescimento nos setores líderes da economia mundial. No início da década de 70, acentuou-se a perda de competitividade das exportações norte-americanas e agravaram-se os seus déficits fiscal e do balanço de pagamentos que resultaram na crise do dólar. Pouco depois desatou-se o primeiro choque do petróleo.<sup>37</sup>

A partir de 1968, depois de cerca de 5 anos de recessão, o Brasil começou um período de acentuado crescimento econômico.<sup>38</sup> Ao iniciar a década de 70 o país encontrava-se em meio ao "milagre econômico", às teorias do *trickling down* e do *bolo* (crescimento prioritário da economia *vis-à-vis* a distribuição da renda).<sup>39</sup> Em um momento de acelerado crescimento econômico e intensa mobilidade social manteve-se o arrocho dos salários mais baixos, favorecendo a manutenção da

---

<sup>37</sup> A este respeito ver cap. 1 desta tese.

<sup>38</sup> Durante o período do "milagre econômico" (1967-73) o Produto Interno bruto cresceu a uma taxa média de 11,2% a.a. e o Produto Industrial 12,7% a.a.. In SERRA 1982, pg. 58.

<sup>39</sup> Neste período a diversificação e modernização da economia brasileira também alimentava as ilusões geo-políticas do "Brasil Potência", como aponta BARBOSA DE OLIVEIRA 1993, pg. 247.

abertura do leque salarial, a exclusão de amplos setores sociais do processo de crescimento econômico e a reprodução de níveis elevados de pobreza que atingem parcelas consideráveis da população brasileira.

O acentuado crescimento econômico do início da década (e que iria espalhar seus efeitos sobre o conjunto dos anos 70) teve repercussões importantes sobre o mercado de trabalho. Dado o papel da indústria e do setor secundário na geração de empregos no período (7,8% a.a. de crescimento do emprego na manufatura) e na criação de novas oportunidades ocupacionais, alguns autores chegaram a pressupor uma tendência de longo prazo à redução dos níveis de miséria e à unificação e elevação da integração econômica e do mercado de trabalho nacionais.<sup>40</sup> Estudos mais recentes, sem reduzir a importância deste processo de integração ou do crescimento do emprego em atividades ocupacionais de elevado nível de produtividade e de qualificação nos períodos de expansão que são, inclusive, a base da emergência de trabalhadores organizados a partir de meados da década, apontam para a dimensão e complexidade da pobreza e para a paralela "reprodução de baixos salários, proliferação de auto-ocupação e de pequenos negócios de baixa produtividade e permanência de alta proporção de empregos domésticos remunerados".<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> A este respeito, ver MTb 1987 (Caps. 1 e 2).

<sup>41</sup> BALTAR e DEDECCA 1992 e BALTAR et alii 1993, pg. 4.

A reversão do ciclo expansivo a partir de 1974 já indicava os limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com concentração de renda, ou seja, a constituição de ciclos curtos e instáveis de crescimento devido a "uma grande instabilidade nas taxas de crescimento dos setores líderes".<sup>42</sup>. A partir de então a economia brasileira - cada vez mais internacionalizada e com sua dinâmica limitada pela exclusão e concentração da renda - se instabilizou, desacelerando o crescimento do PIB, reduzindo o investimento privado, acentuando a inflação e agravando os problemas do balanço de pagamentos.

O governo Geisel tentou contornar a instabilidade econômica lançando um audacioso programa de investimentos públicos (II PND) com base na expansão do endividamento externo, visando eliminar o atraso do departamento produtor de meios de produção. Tal programa compensaria temporariamente a redução do investimento privado, garantindo o crescimento do produto e da renda *per capita* até o final da década. No entanto, apenas teria mantido o nível do emprego, deixando de enfrentar a crise energética (aumentando a dependência relativamente ao petróleo importado), privilegiado as atividades agro industriais e exportadoras, investido em setores que já estavam se tornando

---

<sup>42</sup> In TAVARES 1981, pg. 32. A este respeito ver também TAVARES 1978; TAVARES e BELLUZZO 1982, pg. 122; CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO 1982, pg. 154.

obsoletos nos países avançados e, dada sua crença na estabilidade financeira internacional, prenunciado a grave crise da dívida que se abateria sobre a economia nos primeiros anos da década de 80.

Se, por um lado, é verdade que as dificuldades analíticas sobre o significado histórico deste Plano foram acrescidas pelo paralelismo entre o plano ambicioso, a desaceleração cíclica interna, a crise externa e a emergência (ainda embrionária) do novo padrão tecnológico, não é menos verdade que, como aponta CARNEIRO, o II PND não teria conseguido constituir um novo eixo de expansão econômico, ocorrendo uma crescente desarticulação das inversões e uma trajetória diferenciada entre os diferentes setores, com maior dinâmica naqueles vinculados ao setor exportador.<sup>43</sup> Para TEIXEIRA, a recessão iniciada no período seguinte (1979-83) teria sido reforçada pelo elemento desestabilizador dos investimentos públicos realizados através ampliação da capacidade produtiva das grandes empresas estatais (e não por investimentos em obras públicas e gastos sociais, que atuariam reconhecidamente como estabilizadores anticíclicos) efetivados sob o II PND.<sup>44</sup>

Independentemente das razões internas que

---

<sup>43</sup> Para uma análise do II PND e do comportamento da economia brasileira na década de 80 ver LESSA 1977; CARNEIRO 1991 e 1993 e TEIXEIRA 1993.

<sup>44</sup> A este respeito ver TEIXEIRA 1993, pgs. 140-144.

impulsionaram a crise que se espraiaria pela economia e sociedade brasileiras nos anos 80, a consolidação em meados dos 70 da indústria do início do século XX ainda em condições de ampliação da concentração da renda e das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que as economias capitalistas avançadas lançavam as bases de um novo padrão tecnológico e produtivo que emergiria no limiar do século XXI, colocaria novos problemas e dimensões à crise nacional.

Conjuntamente com a inflexão que daria origem à crise econômica e social e ao ocaso do regime militar, desde meados da década de 70 aflorava à superfície da vida política nacional uma classe trabalhadora bastante ampliada numericamente, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação. Se, por um lado, o regime militar perseguiu e desarticulou o movimento sindical, por outro, aprofundou a industrialização e a urbanização, assalariou e "modernizou" o campo expulsando seus trabalhadores, expandiu o aparelho estatal e os serviços, assegurando novas e ampliadas bases urbanas e rurais, industriais e de classe média para um amplo movimento sindical em escala nacional.<sup>45</sup>

Nesse processo surgiu uma corrente sindical renovadora que passou a questionar a estrutura sindical

---

<sup>45</sup> Sobre os trabalhadores e o movimento sindical que emerge no final da década de 70 ver ABRAMO 1986; SADER 1988; KECK 1988; ALMEIDA 1988; RODRIGUES 1990, 1990 b e 1990 c; BARELLI 1990; MATTOSO e OLIVEIRA 1990; SIQUEIRA NETO 1991; ANTUNES 1991 e BOITO 1991.

vigente e se fez reconhecer como "sindicalismo autêntico" ou "novo sindicalismo". A emergência desse "novo sindicalismo" representou muito mais do que a explosão das grandes greves e mobilizações do final da década de 70. Presente desde meados da década de 70, já em seu estágio inicial o "novo sindicalismo" revelava uma nova atitude em relação à prática sindical, sem que isso correspondesse a um movimento homogêneo do ponto de vista organizativo ou mesmo em termos dos objetivos de cada sindicato.<sup>46</sup>

Esse movimento pode ser considerado "novo" porque não aceitou pacificamente a estrutura sindical autoritária nem se limitou às reivindicações específicas, constituindo-se em torno da defesa da democratização política da sociedade, de uma política de desenvolvimento que assegurasse melhores condições de vida e trabalho, pela autonomia sindical, direito de greve, negociação coletiva e representação sindical nas fábricas.<sup>47</sup>

Paralelamente ao crescimento da oposição política ao regime militar que se expressava mais abertamente a partir de 1974, os trabalhadores iriam ampliar sua

---

<sup>46</sup> A história não confirmou a visão de alguns autores que, nos primórdios do "novo sindicalismo", chegaram a considerar que "a ideologia dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao 'sindicalismo de negócios' (...) norte americano". A este respeito ver ALMEIDA 1975.

<sup>47</sup> Em 1978 um conjunto de dirigentes de 37 sindicatos "autênticos" lançam uma "Carta de Princípios" no V Congresso da CNTI defendendo estes objetivos. A este respeito ver KECK 1988.

participação, transformando uma atuação dispersa em um crescente movimento de massas. Sob a nova liderança dos metalúrgicos, o movimento operário iniciou em 1977 uma intensa campanha salarial que teve por base a denúncia do DIEESE de manipulação governamental do cálculo do custo de vida em 1973.

As ondas de greves em 1978 e 1979 sacudiram o país dando uma inusitada dimensão social ao crescente movimento de oposição ao regime autoritário, surpreendendo tanto aos militares e empresários acostumados ao silêncio da repressão, quanto aos políticos que há muito não viam nos trabalhadores interlocutores ativos.

Ao final da década de 70, portanto, ao mesmo tempo em que consolidava-se a complexa indústria do século XX e entrava em crise o regime militar, afluía um movimento sindical que parecia apresentar condições de reverter as características autoritárias, concentradoras e excludentes do padrão de desenvolvimento brasileiro. No entanto, "quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial"<sup>48</sup> e emergiu o conjunto de transformações produtivas, tecnológicas, financeiras, geo-políticas e comerciais que abalariam as estruturas da ordem mundial e do mundo do trabalho.

---

<sup>48</sup> CARDOSO DE MELLO 1992, pg. 59.

---

#### 4.4. DEMOCRATIZAÇÃO E CRISE DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO.

Se, de fato, o Brasil não repetiu o padrão de desenvolvimento norte-americano, no sentido de que aqui o padrão de industrialização (sua estrutura, sua forma de produzir, sua tecnologia e sua organização do trabalho) foi incorporado com uma distribuição da renda distorcida, relação salarial unilateral e padrão de consumo e mercados relativamente restritos, não é menos verdade que este constituiu-se em um particular padrão de desenvolvimento.

Este padrão de desenvolvimento caracterizou-se, por um lado, por uma tendência a ciclos intensos, rápidos e incertos, resultante dos mercados restritos e que, apesar da concentração da renda, tornaram os setores de bens não-duráveis, de bens de capital e intermediários incapazes de sustentar a acumulação quando cessaram os efeitos dinâmicos da expansão dos bens de consumo duráveis.<sup>49</sup> Por outro, o Estado teve um papel particular neste padrão de desenvolvimento brasileiro. Se o Estado teve um desempenho mais ativo como investidor direto e como canalizador de recursos para o setor privado, teve um papel pífio como provedor de bem estar e de distribuição da renda (através de políticas públicas macroeconômicas, sociais, tributárias, etc.). O setor privado,

---

<sup>49</sup> Ver a este respeito TAVARES 1978 e 1981.

nacional e internacional, por sua vez, incentivados e protegidos pelo Estado, tornaram-se as outras bases de sustento da acumulação.

A década de 80 irá se caracterizar pelo esgotamento do dinamismo da economia industrial brasileira e pela desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos 50, sob o impacto decisivo da emergência de um novo padrão produtivo e tecnológico em escala internacional. Este padrão, até então comandado pela articulação solidária dos interesses do capital externo, do Estado e do capital privado nacional em uma economia industrializada e internacionalizada, é rompido pela emergência da Terceira Revolução Industrial e pelos novos interesses de investimento do capital internacional nos centros avançados do capitalismo mundial.<sup>50</sup> Tal fato tenderia a fortalecer a lógica transnacional, sempre presente, do capital internacional, ademais de favorecer a sua dissociação com compromissos nacionais internalizadores da inovação e do esforço em P & D.<sup>51</sup>

O Estado torna-se gradativamente incapaz de, como no passado recente, orientar o crescimento econômico. Após seu afastamento do capital produtivo externo, será a vez da ruptura do financiamento externo e do desequilíbrio das finanças públicas, em meio às redobradas pressões do estoque e

---

<sup>50</sup> A este respeito ver CARNEIRO 1990 e 1992, TEIXEIRA 1993 e ERBER 1990.

<sup>51</sup> A este respeito ver ERBER 1988 e 1990.

serviço das dívidas externa e interna.<sup>52</sup> Ao final da década o Estado encontrar-se-á enfraquecido não só financeiramente, como também política e institucionalmente,<sup>53</sup> favorecendo a aventura neo-liberal de desestruturação selvagem do início dos anos 90.<sup>54</sup>

O capital privado nacional, historicamente afastado da estruturação de caminhos de crescimento, tampouco agora seria capaz de redefinir um novo padrão de desenvolvimento. Como aponta CARNEIRO, em um momento de reestruturação do capital sob novos padrões tecnológicos e produtivos, o capital privado nacional verá redobramos as exigências de centralização e concentração de capitais, afastando-o ainda mais dos investimentos estruturadores de um futuro de crescimento sustentado.<sup>55</sup> O caráter tradicionalmente conservador e patrimonialista do capital privado nacional, é, neste período, exacerbado por sua proteção às custas da deterioração do Estado. Se isto, por um lado, asseguraria uma maior vitalidade, por outro, terminaria por ampliar sua

---

<sup>52</sup> A este respeito ver CARNEIRO 1993.

<sup>53</sup> Durante o período Collor, no início da década de 90, o Estado sofrerá um maior baque desestruturador através de políticas liberais de privatização desordenada do Estado, ademais de um forte bombardeio ideológico.

<sup>54</sup> A mesma avaliação é feita por OLIVEIRA ao afirmar: "O peso do Estado da formação bruta de capital fixo, a especificidade do setor produtivo estatal na dinâmica, e combinado com isso, o papel de financiador-articulador do Estado, estavam sendo postos em xeque desde a emergência das novas condições nos mercados internacionais, de capitais, financeiro, de produtos e "commodities" em geral. OLIVEIRA 1992, pg. 35.

<sup>55</sup> CARNEIRO 1993, pg. 72.

incapacidade em gerar e absorver as inovações e o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que favoreceria a cristalização de sua também tradicional postura anti-negocial no que se refere tanto à organização do trabalho quanto à contratação coletiva.<sup>56</sup>

A gestão econômica passiva e conservadora, predominante ao longo dos anos 80, foi solidária com os grandes credores internacionais e sua lógica financeira, ignorou as profundas mudanças que ocorriam nos países avançados (ou quando muito considerando-as passageiras) e ao evitar quaisquer projetos estratégicos e negociados de mudanças estruturais e de um novo padrão de desenvolvimento, favoreceu as alternativas conjunturalistas e de curto prazo que tenderam a manter o estado de hiperinflação latente e acentuar as incertezas e instabilidades macroeconômicas.

Independentemente da avaliação econômica e social dos programas de ajustes passivos realizados na Argentina, Chile e México<sup>57</sup> sob a égide do *Washington*

---

<sup>56</sup> Neste sentido, se desde meados da década empresas nacionais passam a acompanhar o processo de inovação produtiva e de processos de trabalho (como o *just-in time* e o *kan-ban*), somente no final dos anos 80 a questão organizacional assume papel significativo na estratégia empresarial. No entanto, vários estudos apontam para a manutenção desta postura anti-negocial e para a estratégia empresarial de limitar o poder sindical e de impedir a entrada dos sindicatos nas empresas. No que se refere às "dificuldades" empresariais em negociar a organização do trabalho ver LEITE e SILVA 1991, LEITE 1993 e HUMPHREY 1993. Para as questões referentes à contratação coletiva ver SIQUEIRA 1991.

<sup>57</sup> Uma análise das tentativas fracassadas de ajuste e estabilização brasileiras, tendo por paradigma as experiências do Chile, Argentina e

*Consensus*, não resta dúvida que nestes países, sobretudo nos dois primeiros, tratou-se de uma ampla reconversão econômica onde a desindustrialização foi acompanhada de uma nova forma de inserção no mercado mundial que reverteu sua participação na divisão internacional do trabalho, valorizando-se suas exportações primárias baseadas nos recursos naturais. Nos países capitalistas avançados, por sua vez, foram realizadas importantes reestruturações industriais (sejam elas liberais, como na Inglaterra e EUA ou "organizadas", como na Alemanha e Japão) que tiveram significativos impactos sobre o mundo do trabalho.<sup>58</sup>

No Brasil, apesar da gravidade da crise com sua dimensão de estagnação e elevada inflação, contrariamente àqueles países, durante a década de 80 não se efetivou seja um processo de desindustrialização, seja uma reestruturação industrial, mantendo-se grosso modo a mesma estrutura produtiva industrial. Embora modernizada em alguns segmentos, a preservação da estrutura industrial,<sup>59</sup> é, sem dúvida, um fator importante, senão definitivo, para se entender a

---

México encontra-se em TAVARES 1993. Para um estudo prospectivo a partir das experiências citadas ver SÁINZ e CALCAGNO 1992.

<sup>58</sup> Sobre a emergência da Terceira Revolução Industrial e o mundo do trabalho nos países capitalistas avançados, ver Capítulo 3.

<sup>59</sup> Relacionando ao mercado de trabalho, MEDEIROS havia apontado, anteriormente, para o significado do fato do Brasil não ter passado por um processo de desindustrialização ou reestruturação produtiva. A este respeito, ver MEDEIROS 1992, pg. 555.

dinâmica aparentemente contraditória da economia, do mercado de trabalho e dos sindicatos no período. Isto explica também como, apesar da "década perdida", o Brasil apresentou na década de 80 o maior crescimento do PIB latino-americano, uma relativamente baixa participação da dívida externa no PIB, continua tendo o maior parque industrial do "Terceiro Mundo" (muitas vezes superior aos da Coréia, Formosa ou Hong Kong, e equiparado a estes quando somados) e um superavit comercial em expansão com uma elevada participação de manufaturados nas exportações, em meio a um acentuado processo de ampliação democrática, de uma "verdadeira transformação política em 'marcha forçada'".<sup>60</sup>

Ao contrário de outros países, onde a dinâmica do mercado de trabalho no período foi determinada pelas transformações estruturais (de desindustrialização ou reestruturação), o mercado de trabalho brasileiro teve sua dinâmica vinculada, sobretudo, às flutuações do nível da atividade econômica industrial, e nesta a maior foi no setor de bens de capital. Não sem razão os mercados de trabalho das regiões mais industrializadas e de maior grau de urbanização foram mais atingidos.<sup>61</sup> O desempenho negativo do mercado de trabalho foi associado à redução do peso do emprego industrial, à elevação do peso relativo dos trabalhadores sem

---

<sup>60</sup> In FIORI 1993, pg. 13. Sobre o contraditório e "enigmático" desempenho econômico e social brasileiro na década de 80 ver FIORI 1993.

<sup>61</sup> Como apontado por GUIMARAES NETO 1993, pg. 221.

contrato de trabalho, aumento do chamado setor informal, deterioração do poder de compra dos salários e aumento acentuado da desigualdade da renda dos indivíduos e das famílias. As taxas de desemprego foram relativamente baixas no final da década e o desempenho geral do mercado de trabalho não teria sido pior devido à presença de determinados elementos que tiveram efeitos compensatórios, isto é, o crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos, o aumento do emprego no setor público e a manutenção da estrutura industrial.<sup>62</sup>

Quanto à organização dos trabalhadores, a consolidação do movimento de ampliação democrática iniciado na década anterior em meio a uma relativamente preservada estrutura produtiva industrial, permitiu que - apesar da crise e ao contrário da maioria dos países, sejam eles da América do Sul ou do Norte, da Europa ou da Ásia<sup>63</sup> - o movimento sindical brasileiro assumisse nova dimensão, reconquistando direitos, organizando centrais sindicais nacionais, lutando contra a estrutura e a legalidade repressiva oficial, elevando os níveis de sindicalização, fortalecendo suas organizações de base, ampliando o espaço para negociações coletivas e

---

<sup>62</sup> A este respeito ver BALTAR et alii 1993.

<sup>63</sup> Talvez os outros casos semelhantes ao Brasil, no que se refere à dinâmica sindical na década de 80, se limitem à Polônia, África do Sul e Coréia. Como o Brasil, estes três países saíram de regimes autoritários que, no entanto, apesar das diferenças entre si, haviam impulsionado o crescimento da base social dos sindicatos.

conquistando amplo reconhecimento social.<sup>64</sup>

Neste sentido, ainda que o movimento sindical brasileiro não tenha avançado o suficiente para impedir a ofensiva conservadora, favorecer a reversão da crise estrutural nacional, ou mesmo assegurar conquistas salariais estáveis, sua situação é, sem dúvida, muito distinta do quadro observado na maioria dos países na década de 80.

Neste processo ao longo da década, economia, mercado de trabalho e sindicatos apresentaram movimentos em torno de três períodos marcantes de flutuação dos níveis da atividade econômica: até 1983; de 1984 a 1986 e de 1987 a 1990.

No primeiro período, ainda durante o regime militar, depois de um breve momento "heterodoxo" observou-se a maior submissão ao ajustamento do setor externo, maiores restrições às importações, má desvalorização cambial e alterações na política salarial visando comprimir a demanda interna por bens importados ou exportáveis. O produto industrial caiu a uma taxa média de 4% a. a. ao longo de três anos (1981-1983), o PIB reduziu-se 1,3% negativos a. a., enquanto o PIB *per capita* caiu 3,7% a. a.<sup>65</sup> Paralelamente o desemprego atingiu as taxas mais elevadas e acentuou-se a

---

<sup>64</sup> Ver MATTOSO e OLIVEIRA 1990, SIQUEIRA 1991, MATTOSO 1992, BARBOSA DE OLIVEIRA 1993.

<sup>65</sup> Ver TEIXEIRA 1993, pgs. 144-153.

deterioração das condições de trabalho (ampliação do trabalho sem carteira, relações de trabalho informalizadas e queda do poder aquisitivo dos salários).

Após a explosão das primeiras greves vitoriosas ainda sob o regime militar (1978-79), segue-se a repressão às greves de 1980 e o início da recessão em 1981. O conseqüente desemprego e demissões em massa nos primeiros anos da década favoreceram inicialmente a redução das mobilizações grevistas e, logo após, levaram o movimento sindical a dispender maiores esforços na sua definição estratégica, na organização intersindical nacional, nas negociações coletivas de trabalho e na organização nas fábricas. No entanto, a subordinação crescente das autoridades econômicas ao ajuste externo patrocinado pelos organismos internacionais, o agravamento da crise e da inflação ampliam em 1983 a intervenção sindical, sendo que neste ano seria convocada a primeira "greve geral" desde o golpe militar de 1964. Em agosto do mesmo ano, 5.059 delegados de 665 sindicatos e 247 outras organizações de trabalhadores iriam fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) apesar da proibição formal à organização centralizada nacionalmente.<sup>66</sup>

O segundo período (1984-86), coincidiu no seu início com a emergência do movimento cívico contra o regime militar por "Diretas Já" e com uma verdadeira unanimidade

---

<sup>66</sup> A este respeito ver MATTOSO e OLIVEIRA 1990.

nacional contra a recessão e a recuperação econômica nacional, e seu desempenho foi favorecido pelo aumento das exportações brasileiras com importações em queda, permitida pelos gigantescos déficits comerciais praticados pelos EUA e pelas políticas recessivas das autoridades federais.

Os efeitos da recuperação econômica impulsionada pelo aumento das exportações iriam se espalhar através do mercado interno ao conjunto da economia, assegurando que já em 1984 o PIB crescesse 4,9% e em 1985 8,3%.<sup>67</sup> A recomposição das atividades industriais iria rapidamente elevar o nível de emprego do setor industrial e diminuir o desemprego, iniciando a recuperação do mercado de trabalho, com, inclusive, elevação do salário mínimo (em 1985) e salário médio real (a partir de 1984 crescentemente até 1986).<sup>68</sup>

Com a acentuada elevação da inflação o governo decidiu romper com a anterior administração macroeconômica e implementar um plano heterodoxo que visaria combater a inflação através de uma combinação de reforma monetária e congelamento de preços, salários e câmbio. Seus resultados imediatos seriam a redução acentuada da inflação e a aceleração do crescimento da produção, do emprego, dos salários médios e da massa salarial em 1986. No entanto, a

---

<sup>67</sup> Ver TEIXEIRA 1993, pgs. 154 e seguintes.

<sup>68</sup> In MTb, pgs. 59 e 82.

ausência de discussão e negociação de um projeto nacional, as pressões externas (dos credores internacionais) e internas (dos aliados internos dos credores e daqueles que visavam apenas assegurar a vitória eleitoral do partido do governo em novembro de 1986) resultaram na ausência de reformas estruturais coerentes que enfrentassem os desequilíbrios básicos da economia brasileira e terminaram por comprometer definitivamente o Plano Cruzado.

Neste período o movimento sindical ampliou seu raio de ação, expandiu-se para a classe média (professores, profissionais liberais, assalariados de escritório, serviços e setor público)<sup>69</sup> e para os trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo em que surgiram novas centrais sindicais, refletindo a divisão já existente desde 1983.<sup>70</sup> As greves retomaram novo ímpeto a partir de 1985 e alcançaram seu auge em 1987 favorecendo conquistas salariais de várias categorias,<sup>71</sup> em suas datas-base.

O terceiro período da década de 80 (1987-89) foi caracterizado pela paralisia e estagnação econômica e pelo retorno a políticas mais ortodoxas de administração da economia, ao mesmo tempo em que elevaram-se os patamares inflacionários e agravou-se a crise cambial. O governo viu-se

---

<sup>69</sup> In RODRIGUES 1990 e BARELLI 1990.

<sup>70</sup> Ver MATTOSO e OLIVEIRA 1990.

<sup>71</sup> Para uma avaliação das greves e das relações trabalhistas no período ver NEPP 1988 e 1989.

frente a uma moratória "técnica" em 1987 e depois em 1989, a uma moratória "branca", quando é obrigado a atrasar sucessivamente os pagamentos dos juros da dívida externa. As seguidas tentativas de combater a inflação fracassaram e as taxas anuais de inflação elevaram-se a 685% em 1988 e 1.320% em 1989, embora não se manifestasse claramente uma tendência de retração da atividade econômica.

O mercado de trabalho acompanhou a estagnação do nível de produção do período, mas apresentou ao seu final patamares relativamente baixos de desemprego.<sup>72</sup> Apesar da aceleração inflacionária, que quase resultaria num quadro de hiperinflação aberta, a presença de um crescimento espasmódico da produção industrial teve reflexos compensatórios sobre a ocupação, assegurando a sustentação da estrutura ocupacional,<sup>73</sup> e sobre o desemprego. Este processo, ocorrido paralelamente à mudança da política salarial em 1989, atrelando os salários à variação dos preços, favoreceu a que se estancasse ao final do período, pelo menos temporariamente, a queda do poder aquisitivo ocorrida desde 1987.

O movimento sindical, por um lado, continuou sua dinâmica de expansão, fortaleceu as centrais sindicais, ampliou sua participação social, atuou organizadamente no processo constituinte e garantiu uma avaliação generalizada de

---

<sup>72</sup> In BALTAR *et alii* 1993, pg. 10.

<sup>73</sup> A este respeito ver BALTAR *et alii* 1992.

que, ao final da década, havia se transformado em um agente social de inusitada relevância no sistema político nacional.<sup>74</sup> Por outro lado, setores mais avançados do movimento sindical fizeram esforços no sentido de apropriar-se do conhecimento da dimensão e das conseqüências do processo de formação do novo padrão tecnológico e produtivo que emerge com a III Revolução Industrial nos países avançados e que terá efeitos no Brasil apesar da preservação da estrutura produtiva industrial.

No entanto, seja pela incipiência deste processo, seja porque esta discussão ainda limitou-se à questão da organização do trabalho, seja pela debilidade da organização nacional empresarial e/ou por sua recusa em discutir abertamente estes temas, seja devido à fraca organização nos locais de trabalho, seja devido a consolidação de centrais sindicais fortes mas sem espaço de negociação, o certo é que este esforço não se traduziu na superação da prática reativa/reivindicativa do movimento sindical e na formulação de um novo projeto de desenvolvimento capaz de fazer face às novas condições internacionais e nacionais.

---

<sup>74</sup> A este respeito ver BARELLI 1990, MATTOSO e OLIVEIRA 1990, RODRIGUES 1990 e BARBOSA DE OLIVEIRA 1993.

---

#### 4.5. O BRASIL, A DESORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E A DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Portanto, apesar do avanço e dinâmica, ao longo da década de 80, de forças sociais inovadoras, como as sindicais, estas não conseguiram impedir a ofensiva conservadora e reverter a grave crise econômico-social. Tampouco o movimento sindical apresentou conquistas salariais estáveis durante a década, ainda que sem dúvida tenha conseguido ganhos circunstanciais e que, frente à inflação, seguramente impediram maiores perdas.

Não menos importante, a extensão e profundidade desta crise, agora também como resultado da estratégia neo-liberal e da busca do *absolutamente moderno* adotada pelo governo Collor nos primeiros anos da década de 90, também atingiriam as próprias bases sociais do movimento sindical favorecendo contraditoriamente, por um lado, o início de um processo de fragmentação e anomia e, por outro, o reconhecimento de que se o movimento sindical quer assumir um papel protagônico na gestação de um novo padrão de desenvolvimento, deveria superar os marcos particularistas que todavia caracterizariam sua ação no período recente.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> A este respeito ver MATTOSO e OLIVEIRA 1990, BARBOSA DE OLIVEIRA 1993 e MATTOSO 1993.

A crise brasileira dos anos 80 e que se prolonga até hoje é uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente, associada à eclosão da Terceira Revolução Industrial nos países avançados. Esta profunda transformação do capitalismo mundial, por um lado, redefiniu os parâmetros produtivos, tecnológicos, de concentração de capitais, de globalização financeira, etc.. Por outro, não avançou na direção de articular um claro padrão hegemônico de desenvolvimento, acentuando a desestruturação da ordem econômica internacional e favorecendo à desestruturação do mundo do trabalho.

Durante os primeiros anos da década de 90, apenas a estratégia neo-liberal parecia estar "presente" como alternativa ao esgotamento do padrão de desenvolvimento brasileiro. O que se nos oferecia parecia bastante claro, embora muito pouco original: se quiséssemos alcançar o Primeiro Mundo (ou a Terceira Revolução Industrial), que nos ajustássemos aos novos ventos da economia mundial. Para avançarmos para o Primeiro Mundo, concebido como algo já definido e cujas determinações seriam definitivas, deveríamos novamente buscar vantagens comparativas estáticas, sob a promessa - como lá no século XIX - de maior riqueza agregada se nos especializássemos passivamente de acordo às condições determinadas pelo mercado mundial. Obviamente isto implicava no abandono do potencial estratégico e das responsabilidades de uma nação continental e com grande população, que como a

brasileira, "tem uma vocação inequívoca para padrões de industrialização baseados na expansão de seu mercado interno, alavancando, a partir dessa expansão e do aumento de produtividade correspondente, posições que lhe permitam obter uma inserção internacional adequada".<sup>76</sup> Com o peso da dívida externa e sem qualquer poder de crescimento autônomo, o ritmo do nosso desenvolvimento nacional voltaria a depender exclusivamente do comportamento das exportações e, portanto, do ritmo e das condições determinadas pelo mercado internacional.

O neo-liberalismo não tornou-se uma realidade nos primeiros anos da década de 90 somente porque imposto pelos EUA e organismos internacionais, mas sobretudo porque opção de importantes setores empresariais (industriais e agrícolas), classes médias e, inclusive, de parcelas de trabalhadores brasileiros que apoiaram formalmente as políticas do governo Collor. Estes setores, encantados com o canto de sereia da "modernização conservadora", com o discurso ideológico que vislumbrava o "fim da história" e dos "espaços nacionais" e o início do "reino do consumismo", pensavam poder, enquanto comerciantes e consumidores de quaisquer produtos importados ou produtores de um "nicho" ou de uma "ilha" de excelência e produtividade, integrar-se à economia

---

<sup>76</sup> TEIXEIRA 1993 pg. 189. A este respeito ver também BIELSHOWSKY 1992 pgs. 28-29.

mundial, pouco importando-se acaso isso gerasse ainda maiores desigualdades, ruptura do tecido social, da democracia ou mesmo da nacionalidade.

A política antiinflacionária do governo Collor previa um único tiro. No entanto, foram disparados vários, em diferentes direções e sem atingir o alvo, mas com uma mesma característica: voluntaristas, descolados de uma articulação social em torno de um projeto nacional e subordinados à uma clara reorientação estratégica neo-liberal. Independentemente da avaliação técnica da política antiinflacionária, e neste sentido há autores que, como TEIXEIRA, a avaliam positivamente e a diferenciam da orientação neo-liberal,<sup>77</sup> o que irá caracterizar efetivamente os primeiros anos desta década será a crescente subordinação das políticas antiinflacionárias ao compasso cadenciado de múltiplas iniciativas neo-liberais de desestruturação do Estado, pagamento da dívida externa sem contrapartida de reconstrução dos mecanismos de crescimento econômico, e de políticas de abertura indiscriminada ao exterior, travestidas de "uma nova política industrial" e que, sob a tentativa de "modernização absoluta", ameaçariam as bases estruturais da indústria que a história econômica nacional construiu ao longo de muitas décadas.

As políticas atabalhoadas de "reforma" administrativa e a manutenção dos estrangulamentos de

---

<sup>77</sup> TEIXEIRA 1993 pgs. 172-186.

financiamento, ao invés de redefinirem o perfil de intervenção estratégica do Estado, apenas aceleraram o seu processo de desestruturação e de redução de sua capacidade de planejamento, financiamento, fiscalização, apoio à competitividade e à distribuição da renda, sem falarmos na deterioração da infra-estrutura econômica (estradas, portos, energia, comunicações, etc.), social (educação, saúde e previdência, habitação, etc.) e das empresas produtivas estatais.

Em contrapartida à crescente e ameaçadora fragilização da capacidade de intervenção do Estado, o capital privado nacional foi preservado, mas sob forma improdutivo e cada vez com maior liquidez (aplicações financeiras). Ao mesmo tempo em que limitou suas inversões produtivas a alguns setores exportadores, o setor privado nacional, com sua falta de dinamismo, atraso tecnológico e fortes desequilíbrios na infra-estrutura produtiva, enfrentou-se à políticas claramente recessivas em paralelo a uma abertura econômica que teria favorecido ao desestímulo de ampla capacitação tecnológica<sup>78</sup> ou aos ajustes microeconômicos de caráter conservador e adaptativo. As empresas privadas de capital estrangeiro não abandonaram o mercado nacional, mas deixaram de investir e subordinaram cada vez mais suas decisões aos avatares do mercado internacional.

---

<sup>78</sup> A este respeito ver SUZIGAN 1993.

No entanto, a economia e sociedade brasileiras apresentam determinadas características (dimensão continental, economia industrial integrada e relativamente fechada, sociedade urbana, heterogênea e desigual mas trabalhadores organizados e centrais sindicais fortes) que teriam favorecido a cristalização de resistências, ainda que parciais, ao neoliberalismo. TEIXEIRA aponta para o fato de o Brasil haver avançado demasiado na constituição das forças produtivas especificamente capitalistas e no desenvolvimento da industrialização,<sup>79</sup> o que, por um lado, tornaria impossível a sobrevivência do sistema econômico (e, seguramente, também do sistema político democrático) após um processo de desindustrialização mas, por outro, elevaria as formas de resistência a sua efetivação.

Por isso, contrariamente a outros países e apesar do rastro de recessão, desemprego<sup>80</sup> e permanente ameaça de desindustrialização, anomia social e de retrocesso democrático provocados pela "alternativa" neo-liberal, a economia e sociedade brasileiras apresentaram resistências

---

<sup>79</sup> TEIXEIRA 1993 pg. 235

<sup>80</sup> A intensa retração no ritmo da atividade econômica ocorrida no início desta década não somente ampliou o desemprego, mas ampliou a economia informal e acentuou a tradicional flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro (caracterizado pela mais ampla liberdade das empresas contratarem e dispensarem seus trabalhadores segundo as oscilações econômicas, mantendo um estoque mínimo de empregados estáveis), ademais do aprofundamento da pobreza e uma maior precarização e exclusão no mercado de trabalho. A este respeito ver BALTAR et alii 1993.

significativas ao projeto conservador. Estas resistências foram resultantes de movimentos de trabalhadores organizados, de interesses regionais e até mesmo de importantes grupos empresariais. Estes últimos, pressionados pela recessão e pela abertura indiscriminada, terminaram fazendo ajustes microeconômicos e verificaram, então, que a ausência de externalidades no sistema de competitividade nacional os impelia a resistir a uma abertura indiscriminada das importações, às sobrevalorizações cambiais ou a eventuais aventuras cambiais, e a políticas fiscais mais duras, buscando manter suas posições nos mercados nacional e internacional. Por suas características, tais resistências lembram aquele movimento espontâneo e desarticulado apontado por POLANYI e que se levantou frente à ação deliberada do Estado e das forças de sustentação do mercado auto-regulável.<sup>81</sup>

No entanto, a construção de uma real alternativa ao neo-liberalismo, capaz de galvanizar a nação em torno da articulação de um novo projeto nacional não se constituiu como corolário deste movimento de resistência. As dificuldades do enfrentamento simultâneo das dificuldades do presente (redefinição de um novo padrão nacional de desenvolvimento em meio à desestruturação da ordem econômica internacional) para resolver as consequências do passado (de atraso, exclusão, miséria e desigualdade) e do futuro

---

<sup>81</sup> A este respeito ver Cap. 1.

(colocado pelo novo paradigma tecnológico e produtivo a partir da emergência da Terceira Revolução Industrial) são extraordinárias e têm dificultado, sobremaneira, uma reação organizada.

Esta reação organizada visaria a negociação<sup>82</sup> de um verdadeiro projeto nacional que, no entanto, seria muito distinto do desenvolvimentismo, seja pelo necessário reconhecimento das dificuldades de coordenação econômica de um Estado privatizado e imobilizado, seja porque as possibilidades de uma economia fechada<sup>83</sup> e de determinadas políticas econômicas se reduziram, seja porque os trabalhadores não serão aliados passivos e subordinados, como antes o foram. Trata-se de se articular a formação de um bloco social "produtivo-distributivo" capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial e a lenta gestação de um novo padrão de desenvolvimento com distribuição de renda em meio às

---

<sup>82</sup> Dadas determinadas características nacionais pareceria que esta negociação tem menos chance de se realizar sob a forma de um Pacto Político Geral, a la Moncloa, como propugna CANO (1993, pg. 35) do que sob a forma de um novo *New Deal*, "que não surgiu de um pacto social, embora tenha levado a um novo pacto" como defende WEFFORT (1992, pg. 32) ao discutir seu conceito de "democracia de conflito".

<sup>83</sup> Obviamente não se trata de abrir mão do mercado interno, mas sim de reconhecer que uma economia demasiado fechada ou autarquizante tornou-se pouco adaptada à acentuada internacionalização produtiva e financeira mundiais. A expansão do mercado interno continuará a ser componente fundamental para a obtenção de uma inserção competitiva no mercado mundial, em países de dimensões continentais e grandes contingentes populacionais como o Brasil. A este respeito, ver MIRANDA et alii 1989, BIELSHOWSKY 1992 e TEIXEIRA 1993.

atuais transformações do capitalismo mundial.<sup>84</sup>

Além das condições impostas pelas transformações estruturais em curso nos países capitalistas, a trajetória recente da economia, do Estado e da sociedade brasileiras indicam dificuldades significativas para a consolidação desta alternativa. Sem dúvida, o esgotamento do processo de substituição de importações e do padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, as cada vez piores condições de funcionamento de um Estado cartorial e privatizado, e o incipiente processo de democratização de uma sociedade heterogênea e de fortes traços corporativos e autoritários, em meio aos efeitos deletérios de mais de uma década de paralisia econômica com o *grand finale* da estratégia neo-liberal, são obstáculos maiores.

Quando além das dificuldades brasileiras, observamos o que se passou na América Latina, e vemos as condições internacionais, mesmo esta alternativa pareceria utópica e seus obstáculos absolutamente intransponíveis. No entanto, se analisamos atentamente, verificaremos que as condições brasileiras não podem ser comparadas a outros países latino-americanos (sejam aqueles que enveredaram pelo retorno à uma inserção competitiva baseada em recursos naturais, sejam

---

<sup>84</sup> Em sua recente análise sobre os caminhos do Brasil em meio à (des) ordem internacional, CANO propõe a constituição de um cenário "organizado-defensivo". Organizado por seu carácter estruturante e defensivo por sua abertura limitada. A este respeito, ver CANO 1993, pg. 34-35.

aqueles de longo processo de desindustrialização) ou aos países capitalistas avançados que recentemente efetivaram uma reestruturação industrial sob a "modernização conservadora" e tendo por base a Terceira Revolução Industrial.

Aqui, não houve (ainda) seja desindustrialização ou reestruturação industrial,<sup>85</sup> tampouco se destruiu as bases sociais dos sindicatos ou se iniciou um processo de desestruturação do trabalho.<sup>86</sup>

Neste sentido, ainda que em situação histórica totalmente distinta e com o cuidado que as características constitutivas da economia e sociedade nacionais impõem, as condições brasileiras se assemelhariam em algum grau com a situação de vários países europeus das primeiras décadas do século XX, quando da consolidação da industrialização atrasada e de um forte proletariado urbano, em meio à desordem econômica internacional causada pela emergência de um novo padrão industrial.

Lá, então, como aqui, hoje, diferentes caminhos se apresentariam possíveis. Na Europa, e na Alemanha em particular, quando, naquele período, os trabalhadores

---

<sup>85</sup> A respeito da manutenção da estrutura industrial e seus efeitos sobre o comportamento da estrutura do mercado de trabalho ver BALTAR et alii 1992 e MEDEIROS 1992.

<sup>86</sup> No entanto, houve um aumento enorme da informalidade, que indicaria um outro tipo de debilitamento dos sindicatos, referente à especificidade brasileira, e que implicaria em um esforço suplementar em direção aos trabalhadores que se encontram fora de relações formais de trabalho.

assumiram crescentemente uma posição protagônica até seu ocaso em 1933, não mostraram-se capazes de criar uma política alternativa e de estabelecer um verdadeiro projeto de governo. A subordinação ao mito revolucionário, ao invés de favorecer o processo de transformações serviu como um álibi que os eximia de "colocar-se a possibilidade real de governar".<sup>87</sup> STURMTHAL analisa a experiência operária europeia das primeiras décadas do século XX como consequência de "os trabalhadores europeus, longe de 'meterem-se na política', não estiveram suficientemente inclinados para a política e duvidaram em aceitar uma verdadeira responsabilidade política em correspondência com a pressão social e política que exerciam (...) Quando se viram frente às responsabilidades governamentais, tornou-se evidente a estreiteza da gama de problemas a que os trabalhadores ofereciam soluções construtivas."<sup>88</sup>

Hoje, no entanto, seja por efeito da crise do socialismo (incapaz que foi de dar resposta às questões democrática e da inovação), seja por efeito da crise da social-democracia (incapaz que foi de dar resposta à ofensiva neo-liberal) recoloca-se sob uma forma distinta<sup>89</sup> a célebre

---

<sup>87</sup> Ver PARAMIO 1981, pg. 47.

<sup>88</sup> Adolf Sturmthal, *The tragedy of European labour, 1918-1939*, NY., 1951, pg. 37. Cit. em PARAMIO 1981, pgs. 46-47.

<sup>89</sup> Esta forma distinta implica na relativamente menor importância da disjuntiva "reforma ou revolução" implícitas naquele debate, inclusive porque alguns dos novos defensores da derrocada fatalista do capitalismo

discussão que no entreguerras fez parte da luta política de forças transformadoras, a oposição entre a *teoria da crise final* ou da *derrocada* e a *teoria do capitalismo organizado*, que iluminou os debates entre Lenin, Kautsky, Rosa Luxemburgo e Hilferding e que refletiam os grandes processos de reorganização econômica, institucional e social por que passavam as sociedades capitalistas com a emergência da Segunda Revolução Industrial.<sup>90</sup>

Durante os "anos dourados da modernização conservadora" a discussão sobre os possíveis diferentes caminhos do capitalismo e da sociedade humana esteve oculta pelo movimento massacrante das ideologias do fim da história a *la Fukuyama*. Com a atual retração teórica e prática da matriz ideológica neo-liberal nos países capitalistas centrais, volta-se novamente, ainda que tardia e lentamente, a se repensar a "história como criação e como processo sem fim"<sup>91</sup> e se posicionar sobre os diferentes caminhos que se abrem com as transformações em curso no capitalismo avançado.

No entanto, como alertou BARBOSA DE OLIVEIRA, "a evolução do capitalismo em diferentes nações não constitui

---

dado os seus movimentos intrínsecos, como, por exemplo KURZ 1993, não parecem ver a abertura de uma nova possibilidade de explosões revolucionárias e transformadoras, mas um movimento em direção a uma nova idade das trevas, de caos e decomposição.

<sup>90</sup> A este respeito, ver MARRAMAO 1981 e 1982.

<sup>91</sup> GARCIA 1992, pg. 102.

uma mera reprodução dos processos ocorridos nas nações avançadas".<sup>92</sup> Muito menos quando nestas nações os processos de transformações continuam a sua caminhada e onde todavia não se cristalizou um novo padrão de desenvolvimento hegemônico. A dificuldade da análise dos grandes movimentos de transformações estruturais durante sua própria constituição, como já apontava LANDES, favorece a que nossas análises estejam sujeitas aos caprichos das mudanças,<sup>93</sup> além de obstaculizar o reconhecimento das grandes tendências, quando existentes, e de magnificar os movimentos conjunturais.

No caso brasileiro, duas equivocadas posturas tem-se enfrentado: uma que supõe que a nossa única forma de integração seria a passiva e subordinada, como cópia ou reprodução de processos que ocorrem nos países avançados e, outra, que ignora estas mudanças e supõe possível a simples reprodução do passado. A primeira pode ser identificada com a suposta modernidade, absoluta, acrítica e "deslumbrada" dos neo-liberais. Quando observa o que acontece nos países capitalistas centrais, não o identifica com um processo em movimento que abre diferentes caminhos. Pelo contrário, supõem que o processo, se eventualmente existente, esteja acabado, determinado e definitivo, sendo praticamente impossível quaisquer especificidades que não aquelas determinadas pelo

---

<sup>92</sup> A este respeito ver BARBOSA DE OLIVEIRA 1985, pg. 86..

<sup>93</sup> LANDES 1969, pg. 486

mercado e pela concorrência. A segunda mais parece a política da avestruz, que frente às mudanças prefere ignorá-las ou supor que não existe qualquer determinação, ainda que em última instância, do movimento geral e da etapa vivida pelo capitalismo a nível internacional.<sup>94</sup> Ambas, no entanto, ignoram a história e suas circunstâncias, ao mesmo tempo em que abrem mão de fazer a história.

Seguramente, nas condições do Brasil e do mundo de hoje, fazer história não implica em quaisquer exclusividade de algum dos modelos ou tendências existentes,<sup>95</sup> inclusive porque estes não estão claramente definidos, seja em suas variáveis tecnológica, produtiva ou organizacional, seja em sua articulação das normas e relações nacionais e internacionais capazes de dar sustento ao seu desenvolvimento no médio e longo prazos.

A continuidade das mudanças da divisão internacional do trabalho iniciada na década de 80, a permanência da forte desestruturação da ordem econômica internacional, em meio ao rompimento do compromisso

---

<sup>94</sup> Para uma análise metodológica ver Parte I da tese de BARBOSA de OLIVEIRA 1985. Na parte II o autor analisa os padrões de industrialização no processo de constituição do capitalismo.

<sup>95</sup> Aqui cabe relembrar-se de um dos trechos conclusivos de um dos maiores clássicos nacionais: "Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa". HOLANDA 1977, pg. 142.

keynesiano, à reestruturação do capital internacionalizado e subsumido à dominância financeira e à desestruturação do trabalho, preserva e pode, inclusive, intensificar a instabilidade mundial e ampliar os conflitos, sejam aqueles nacionais, regionais ou tribais, sejam aqueles resultantes da intensificação da concorrência e da competição entre os países que articulam blocos econômicos e áreas de influência.

Isto coloca um problema suplementar no enfrentamento da crise do padrão de desenvolvimento nacional. Não se trata de reproduzir uma estrutura industrial ou de inserir a economia nacional em um marco internacional relativamente estável como foi no pós-guerra, com o padrão de desenvolvimento norte-americano em expansão, crescimento sustentado, relativa estabilidade tecnológica, instituições internacionais recém construídas e plenamente reconhecidas (ONU, BIRD, BID, FMI, GATT, etc) e com a presença marcante do socialismo real e da bipolaridade da guerra fria. Pelo contrário, trata-se de consolidar uma nova articulação social em um país com uma estrutura industrial em dissonância com o atraso e exclusão social, e ainda limitada à constituir um novo padrão de desenvolvimento em meio a uma crescente instabilidade mundial e nos marcos de uma nova multilateralidade. Por um lado, este novo projeto nacional, distinto do desenvolvimentismo e alternativo ao neoliberalismo, permitiria articular - ainda que lentamente - as forças sociais capazes de "sacudir a poeira" e, no futuro,

"dar a volta por cima". Por outro, dado que o país não pode continuar paralisado enquanto não se "ordena" a desordem internacional, sob risco de maior fragmentação, anomia e ruptura da institucionalidade democrática, permitiria intervir criticamente neste processo instável de transformações que ocorre a nível mundial.

A economia capitalista moderna, depois de romper o compromisso keynesiano e deixada ao livre jogo das forças do mercado vem reduzindo mais rapidamente a incorporação do trabalho vivo e tornando redundante o direito a um trabalho economicamente útil e remunerado. No início da "modernização conservadora" no começo dos anos 80, apenas se pensava que a eventual redução de empregos seria resultante ou da retração temporária das atividades produtivas, da menor produtividade ou de um movimento, também temporário, da introdução massiva das novas tecnologias (microeletrônica, sobretudo) mas que impedia uma previsão clara de seus efeitos de longo prazo.<sup>96</sup> No capítulo 3, tentei mostrar que o processo atual, ao romper o compromisso keynesiano e não recriar normas e relações (sociais, salariais e de consumo) que ancorariam e dariam sustento a um novo ciclo de crescimento sustentado, avançou no sentido de uma verdadeira desestruturação do trabalho. Esta, se por um lado fragmenta e reduz a participação do trabalho "tradicional" ao criar novas formas e

---

<sup>96</sup> A este respeito ver, por exemplo, OCDE 1981 e 1982 pg. 11.

relações de trabalho que colidem com os anteriores padrões relativamente estandardizados, por outro, obriga aos trabalhadores organizados e seus sindicatos à apropriação de uma nova e ampliada dimensão coletiva, que exige uma visão mais ampla do próprio trabalho e da sociedade como única maneira de romper com este processo.

Neste sentido, para o Brasil, em um primeiro momento, tratar-se-ia de um compromisso que visaria o controle democrático do mercado e do Estado e permitiria, no curto prazo, a preservação e ampliação do caráter protagônico de uma organização sindical renovada e ampliada. No médio e longo prazo, tratar-se-ia de assegurar a evolução na direção da formação de uma nova hegemonia, que incorporasse também novos atores sociais, ações/relações não-econômicas e uma nova divisão do produto social. Sem esta nova divisão do produto social, ficaria praticamente impossível garantir a efetiva incorporação dos inumeráveis miseráveis e excluídos do passado e do futuro de nossa sociedade.<sup>97</sup>

Nas atuais condições brasileiras, e novamente ao contrário de outros países, esta negociação social ainda pode ter por eixo os trabalhadores organizados. No entanto, não pode ter por aliados exclusivos os camponeses (na versão

---

<sup>97</sup> O problema, ou a grande interrogação como diria recentemente FURTADO, "é como modificar o mecanismo que conduz a essa perversa distribuição de ativos" sendo que "das forças de mercado não se pode esperar senão que assegurem a reprodução dessa situação, e mesmo alimentem a tendência a sua agravação". In FURTADO 1992, pg. 17.

"leninista") ou os modernos empresários industriais/agrícolas (na versão "social-democrata"). Ambas versões tem pequenas bases reais na sociedade brasileira, preponderantemente urbana e industrial e profundamente heterogênea e desigual. Se bem a manutenção da crise nacional já tenha produzido algumas defecções importantes, há que se considerar que parcelas consideráveis dos "modernos" empresários e das capas médias urbanas ainda preferem assegurar uma suposta incorporação ao mercado internacional através de políticas defensivas e subordinadas ou simplesmente defendem seu patrimônio, reduzindo à retórica o antigo eixo nucleador das alternativas nacionais empresariais: o crescimento econômico.

Na verdade, uma simples aliança dos trabalhadores organizados e de seus sindicatos com o "moderno" empresariado pareceria "sonho de uma noite de verão" de um "sindicalismo de resultados" ou de uma "social-democracia" sem bases sociais. Nas atuais condições de privatização do Estado e de subordinação do setor produtivo à esfera financeira nacional e internacional, tal aliança não geraria a transformação produtiva com crescimento e equidade que desejamos, mas um outro modelo cujas "ilhas de excelência e produtividade" não ocultariam a maior heterogeneidade, concentração da renda e exclusão social. Sindicatos comprometidos com trabalhadores íntegros e solidários em uma sociedade mais justa e democrática teriam que tornar efetiva a incorporação à produção, ao consumo e à cidadania dos

miseráveis e excluídos de nossa sociedade e para isso, eventualmente, articular-se com determinados setores considerados "atrasados" mas que tenham contradições imediatas com o neo-liberalismo.

Os trabalhadores brasileiros e seus sindicatos não viram ainda transformadas/desestruturadas suas bases estruturais, ainda que enfrentados às dificuldades referentes às especificidades nacionais. A preservação destas bases estruturais do mundo do trabalho favoreceu a que o movimento sindical brasileiro passasse pela década de 80 e entrasse na década de 90 buscando tornar-se um protagonista do processo de aprofundamento democrático e de transformações sociais. No entanto, para manter ou ampliar sua participação social no limiar do século XXI teria que abrir-se ao ajuste de contas com o passado de miséria e atraso característico da economia e da sociedade brasileiras, ao mesmo tempo em que teria que encarar os desafios do futuro - cujas soluções condicionam as formas mais ou menos "virtuosas" de incorporação do progresso tecnológico e de inserção internacional - levando em conta tanto as mudanças recentes ocorridas no mundo (nos planos geopolítico, produtivo, financeiro e tecnológico) quanto a defesa das necessidades imediatas dos trabalhadores e de seus desejos históricos de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente mais justa.

Portanto, para preservar e/ou ampliar sua participação social um duplo desafio se colocaria. Por um

lado, ter a capacidade de romper com dogmas e corporativismos, incorporando a democracia não apenas como valor universal e elemento constitutivo da sociedade futura, mas também como espaço de criação de novos direitos e de crítica social.<sup>98</sup> Por outro, romper o defensismo e as práticas reativas, que foram resultado dos anos de resistência e da ausência de efetivos canais de negociação, assumindo propostas que fortaleçam a centralização nacional da negociação e da contratação coletiva e sejam capazes de responder aos anseios dos trabalhadores ampliando a solidariedade com os excluídos e articulando-se com outros setores sociais, na defesa do futuro da própria nação. Isto implicaria em romper com uma tradição que se apropriou exclusivamente da dimensão produtiva, do processo de produção e das relações de trabalho padronizadas que lhe foram próprias, para ampliar-se a novos agentes, novas forças e movimentos sociais que muitas vezes se situam fora do processo de valorização.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> Depois do conhecido trabalho de COUTINHO 1980, modificou-se qualitativamente o debate no Brasil sobre o papel e valor da democracia. Para uma análise dos desafios colocados ao aprofundamento democrático vide WEFFORT 1984 e 1992.

<sup>99</sup> Passos significativos de uma intervenção sindical ampliada frente a um passado reativo (resultante de praticamente nenhuma oportunidade de efetiva negociação desde a ditadura militar), embora ainda modestos e parciais frente às demandas sociais atuais, foram, sem dúvida, as iniciativas de discutir políticas sociais, política industrial, a participação nas câmaras setoriais ou a intensa participação da Central Única dos Trabalhadores no Movimento pela Ética na Política e nas mobilizações nacionais pelo impedimento do ex-presidente Collor.

A resolução de ambos desafios e a defesa de uma ampla articulação social e política de um bloco "produtivo-distributivo" visando sair da crise de maneira democrática e negociada, assegurando a integração gradual dos excluídos e a defesa da nação em um novo e indispensável processo de inserção internacional, seria capaz de galvanizar a sociedade em torno de um projeto. A saída da crise em torno de um projeto nacional poderia, então, abrir as portas para a redefinição de uma nova e criativa hegemonia transformadora.

---

---

---

## CONCLUSÕES POUCO DEFINITIVAS

---

---

Esta tese teve dois objetivos centrais.

O primeiro, foi discutir sobre o rompimento do padrão de desenvolvimento norte-americano vigente nos países capitalistas avançados desde o pós-guerra e como este teria trazido em seu bojo dois movimentos contraditórios. Por um lado, a emergência de um novo padrão industrial, com novo paradigma tecnológico e novas regras de produção e de organização do trabalho. Por outro, as condições de desestruturação da ordem econômica mundial e de rompimento do "compromisso keynesiano" que acompanharam o processo de "destruição criadora" favoreceram a ampliação da insegurança e de uma verdadeira desestruturação do mundo do trabalho constituído durante a vigência do padrão de desenvolvimento norte americano.

A constituição daquele padrão de desenvolvimento foi resultado de mecanismos institucionais e políticos que, nas precisas condições do pós-guerra, possibilitaram ao desenvolvimento capitalista adquirir um

caráter "virtuoso" por algumas décadas. Por primeira vez, o capitalismo nos países avançados iria combinar crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado e políticas estruturantes com ampliação e diversificação da intervenção estatal, economia internacionalizada e administração da demanda agregada, descentralização das decisões capitalistas e contratação coletiva crescentemente centralizada, elevação da produtividade e distribuição da renda.

Nestas condições, o mundo do trabalho parecia haver conquistado crescentes espaços "ao sol". Os trabalhadores e suas organizações alcançariam um inusitado papel e significado social. O mercado de trabalho, crescentemente homogêneo, atingiria níveis de desemprego praticamente inexistentes. As relações de trabalho assumiriam um caráter mais padronizado e a contratação coletiva adquiriria uma função econômica indispensável à administração da demanda.

Em resposta à crise que se inicia a partir de meados dos 60, a emergência da Terceira Revolução Industrial e de um novo padrão tecnológico e produtivo, com as características que assumiram sob a "modernização conservadora", terminariam por romper, no limiar do século XXI, as articulações das antigas relações sociais e salariais daquele padrão de desenvolvimento. O mundo do trabalho passaria, então, por uma verdadeira revolução de suas bases estruturais, com a geração de múltiplas inseguranças que

apontam para uma crescente desestruturação do trabalho. Tal processo continuaria em movimento e apontaria para duas questões.

A primeira, diz respeito a uma questão geral da história do desenvolvimento capitalista. Aparentemente, as maiores incertezas econômicas, a desestruturação da ordem econômica mundial e do mundo do trabalho, indicariam que o capitalismo "não é mais aquele". No entanto, a questão é exatamente inversa: o capitalismo continuaria sendo aquele sistema voltado em forma ampliada ao lucro, à concorrência e à elevação da produtividade. O caráter "virtuoso" do desenvolvimento do pós-guerra, imposto à lógica capitalista através de mecanismos institucionais e políticos, é que mostraria a sua verdadeira face: temporária e reversível, sobretudo quando estes mecanismos são questionados ou rompidos.

A segunda, é uma questão que redimensionaria os desdobramentos e desafios futuros. Por um lado, o rompimento do padrão de desenvolvimento do pós-guerra e a emergência da III Revolução Industrial, mostrariam que "a história não acabou" e que diferentes caminhos continuariam abertos para a definição do futuro, ainda que em meio à incertezas e desestruturações. Por outro, ampliar-se-iam os desafios para as forças que pretendam participar da construção de uma sociedade mais democrática e solidária, no sentido de repensar novas formas e mecanismos institucionais assim como

revalorizar a crítica social de um sistema que, abandonado à sua lógica interna, recriaria, ainda mais intensamente, desigualdade e exclusão.

O movimento sindical enfrentou os obstáculos que se interpuseram à sua ação de conflito e negociação pela transformação de suas bases estruturais com uma postura quase sempre defensiva, embora diferenciada entre os países. Ademais de fazer frente à crise de seus paradigmas (o socialismo e a social-democracia) os sindicatos enfrentar-se-iam agora a extraordinários desafios que o impelem, inclusive, a extrapolar em sua intervenção social as esferas da empresa e do processo de valorização.

O segundo objetivo central desta tese foi discutir sobre o Brasil e de como este não incorporou plenamente o padrão de desenvolvimento norte-americano, criando um particular padrão de desenvolvimento que, no entanto, com a emergência da III Revolução Industrial, entraria em uma profunda crise estrutural. Devido a características estruturais e circunstâncias históricas, ter-se-iam criado no país resistências que, embora desarticuladas, teriam impedido que esta crise desembocasse em um maior processo de desestruturação das bases materiais da industrialização e, conseqüentemente, dos trabalhadores organizados. Neste sentido, o país ainda não teria passado tanto por uma experiência de reestruturação, como a ocorrida nos países avançados, quanto por um processo terminal de

políticas neo-liberais, que em outros países trouxeram a desindustrialização e a reinserção passiva à "modernização conservadora".

A preservação das bases estruturais da indústria, por um lado, favoreceria a preservação e ampliação do protagonismo social dos sindicatos, alcançados em pouco mais de uma década desde sua emergência ao final dos 70, ainda sob a ditadura militar. Por outro lado, a estagnação econômica por mais de uma década terminaria por ampliar a informalidade das relações de trabalho e expandir a miséria e a exclusão social, colocando novos desafios aos trabalhadores e suas organizações e dificultando sua articulação com os excluídos de nossa sociedade.

No entanto, no limiar do século XXI a nação brasileira, ao contrário de outras, estaria ainda frente à possibilidade de transformação daquela resistência relativamente espontânea e desarticulada em um verdadeiro projeto nacional.

Se a economia e a sociedade brasileira conseguirem superar a profunda crise em que vivem, se os sindicatos manterem seu protagonismo e se as forças sociais indispensáveis à consolidação deste projeto nacional irão se constituir, somente a ação social e a história deste país de mil e uma surpresas poderiam definitivamente responder.

---

---

## BIBLIOGRAFIA

---

---

- ABRAMO, L. W.**  
(1986) "O Resgate da Dignidade", Depto. de Sociologia, USP, SP., 1986 (Tese de mestrado).
- AMADEO, E. J.**  
(1992) "Institutional Constraints to Economic Policy: wage bargaining and stabilisation in Brazil", *LASA*, Los Angeles, 1992 (Mimeo).  
(1992) "Desemprego: teorias e evidências sobre a experiência recente na OCDE", *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 46, Ns. 2 e 4, abril/junho e outubro/dezembro de 1992.
- AMADEO, E. J. e CAMARGO, J. M.**  
(1989) "Desafios da Centralização Sindical", ABET, SP., maio de 1989 (Mimeo).  
(1990) "Labour Legislation and Institutional Aspects of the Brazilian Labour Market", *Texto Para Discussão*, N. 252, Depto. de Economia, PUC, RJ., 1990.
- ACCORNERO, A.**  
(1990) "Il Lavoro che Cambia", *Politica ed Economia*, Anno XXI, N. 1/2, Milano, 1990.  
(1990 b) "Nuove Fonti di Diseguaglianza sui Mercati del Lavoro", *Previdenza Sociali*, Anno XLVI, n.6, Roma, Nov.-Dic. 1990.
- AGLIETTA, M.**  
(1979) *Regulación y Crisis del Capitalismo*, Siglo XXI, Espanha, 1979.
- ALMEIDA, M. H. T.**  
(1975) "Sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas" in *Debate e Crítica*, n. 6, 1975.  
(1978) "Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil 1930-45", USP, SP., 1978 (Tese de Doutorado).  
(1983) "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança" in Sorj, B. e Almeida, M. H. (Orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, Brasiliense, SP, 1983.  
(1988) *Difícil Caminho: Sindicatos e Política na Construção da Democracia*, Vértice, SP., 1988.

ANTUNES, R.

(1988) *A Rebeldia do Trabalho, o confronto operário no ABC paulista*, Ensaio, SP., 1988.

(1991) *O Novo Sindicalismo*, Scrita, SP., 1991.

AMADIEU, J.-F.

(1990) "Une interprétation de la crise du syndicalisme: les enseignements de la comparaison internationale", *Problèmes Economiques*, N. 2.182, Paris, 4 juillet 1990.

ARENDT, H.

(1961) *La condition de l'homme moderne*, Calmann-Lévy, Paris, 1961.

AUDIER, F.

(1983) "Les emploi précaires", *Formation-Emploi*, N.4, Paris, oct.-déc. 1983.

AZNAR, G.

(1981) *Tous à mi temps*, Seuil, Paris, 1981.

(1990) *Le travail c'est fini à plein temps, toute la vie et c'est une bonne nouvelle*, Belfond, Paris, 1990.

BADALONI, N.

(1983) "Marx e a busca da liberdade comunista", in HOBSBAUM, E. J. *História do Marxismo*, Vol. 1, Paz e Terra, RJ., 1983.

BAGLIONI, G.

(1989) "Le relazioni industriali in Europa negli anni Ottanta", in BAGLIONI, G. (a cura di) *Le Relazioni industriali in Italia e in Europa negli anni '80*, Edizioni Lavoro, Roma, 1989.

(1990) "Modelli e tendenze della Relazioni Industriali in Europa", *Rassegna di Statistiche del Lavoro - CONFINDUSTRIA*, Anno 41, n. 4, Roma, ott.-dic. 1990.

BAIN, G.S. e PRICE, R.

(1980) *Profiles of Union Growth: A Comparative Statistical Portrait of Eight Countries*, Basil Blackwell, Oxford, 1980.

BALTAR, P. E. de A.

(1985) "Salários e Preços: Esboço de uma Abordagem Teórica", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1985 (Tese de Doutorado).

- BALTAR, P. E. de A. e DEDECCA, C. S.**  
 (1992) "Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida, IE/UNICAMP, Campinas, março de 1992 (Mimeo)  
 (1992 b) "Emprego e Salários nos anos 60 e 70", CESIT/IE/UNICAMP, Campinas, maio de 1992 (mimeo).
- BALTAR, P. E. A., DEDECCA, C. S. e HENRIQUE, W.**  
 (1992) "O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80", Relatório de acompanhamento, Pesquisa *Distribuição de Renda, Emprego e Salários nos anos 80*, Convênio Fundação SEADE/FECAMP, junho de 1992.  
 (1993) "Mercado de Trabalho, Precarização e Exclusão no Brasil", Seminário *Instituciones Laborales Frente a los Cambios en America Latina*, IIEL/PREALC-OIT, Santiago de Chile, 1993 (Mimeo).
- BARBOSA de OLIVEIRA, C. A.**  
 (1985) "O Processo de Industrialização - Do Capitalismo Originário ao Atrasado", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1985 (Tese de Doutorado).  
 (1989) "Comentários sobre a Crise Atual do Estado", *Textos para Discussão*, No. 19, IESP/FUNDAP, SP, Agosto de 1989.  
 (1993) "Política de Ajuste Econômico e Sindicato no Brasil", *Textos para Discussão*, N. 8, CESIT/IE/UNICAMP, Campinas, 1992 e *Investigación Económica*, No. 203, Vol. LII, México, enero-marzo de 1993.
- BARELLI, W.**  
 (1990) "Trabalhadores Influenciam nas Decisões", *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, Vol. 4, No. 1, jan.-mar. 1990.
- BASS, J.**  
 (1991) "Croissance et emploi: quelques éléments de comparaison" in *CFDT - Aujourd'hui: Emploi et marchés du travail*, N. 102, CFDT, Paris, septembre 1991.
- BIELSHOWSKY, R.**  
 (1992) *Transnational Corporations and the Manufacturing Sector in Brasil*, CEPAL/ONU, Santiago de Chile, 1992.
- BLOCK, F. L.**  
 (1977) *The Origins of International Economic Disorder*, University of California Press, USA, 1977.

- BOITO Jr, A.**  
 (1991) *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, EDUNICAMP/Hucitec, SP., 1991.
- BOITO Jr, A. (Org.)**  
 (1991) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Paz e Terra, RJ., 1991.
- BOYER, R.**  
 (1986) *La Flexibilité du Travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1986.  
 (1989) "Ten Transformations of the Capital labor Relation and Wage Formation in Eight OECD Countries During the Eighties", International Symposium on *Making Economies more Efficient and Equitable, Factors Determining Income Distribution*, Tokio, Novembro de 1989, (Mimeo).  
 (1989 b) "New Directions in Management Practices and Work Organisation - General Principles and National Trajectories", OCDE conference on *Technical Change as a Social Process: Society, Enterprises and Individual*", Helsinki, Dezembro de 1989 (Mimeo).  
 (1992) "Comment emerge un nouveau système productif", Colloque International de L'Université de Rouen *Realités et fictions d'un nouveau modèle productif*, Rouen, aout 1992. (mimeo)
- BOSCH, G.**  
 (1992) "L'évolution du temps de travail en Allemagne", *Futuribles*, N. 165-166, Paris, mai-juin 1992.
- BOSI, A.**  
 (1992) *Dialética da Colonização*, Companhia das Letras, SP., 1992.
- BOULIN, J.-I.**  
 (1992) "Les politiques du temps de travail en France: la perte du sens", *Futuribles*, N. 165-166, Paris, mai-juin 1992.
- BRANDÃO LOPES, J. R.**  
 (1964) *Sociedade Industrial no Brasil*, DIFEL, SP., 1964.
- BRAVERMAN, H.**  
 (1974) *Labor and Monopoly Capital. The Degradation of Work in the XXth Century*, Monthly Review Press, New York, 1974.

- BRULIN, G. e VICTORIN, A.**  
 (1993) "Pour une meilleure qualité de la vie au travail: le modèle suédois", in OCDE *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.
- BRUNETTA, R. e DELL'ARINGA (orgs.)**  
 (1990) *Labour Relations and Economic Performance*, The Macmillan Press Ltd., London, 1990.
- BURTLESS, G. (org.)**  
 (1990) *A Future of Lousy Jobs*, The Brookings Institution, Washington, 1990.
- CANO, W.**  
 (1993) *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*, Ed. UNICAMP, Campinas, SP, 1993
- CARDOSO DE MELLO, J.M.**  
 (1975) "O Capitalismo Tardio", IFCH-UNICAMP, Campinas, 1975 (Tese de Doutorado).  
 (1992) "Consequências do Neoliberalismo", *Economia e Sociedade*, n. 1, Campinas, agosto de 1992.
- CARNEIRO, R.**  
 (1991) "Crise, Estagnação e Hiperinflação", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1991 (Tese de Doutorado).  
 (1993) "Crisis y Estancamiento: la economía brasileña en los ochenta", *Investigación Económica*, N. 203, Vol. LII, México, enero-marzo de 1993.
- CASSEN, B.**  
 (1993) "Vers une Revolution du Travail", *Le Monde Diplomatique*, n. 468, Paris, mars 1993.
- CEPAL**  
 (1986) "La Transformación Socio-Ocupacional del Brasil, 1960-1980 y la crisis social de los 80", CEPAL, Santiago de Chile, 1986 (Mimeo).
- CHANG, C. e SORRENTINO, C.**  
 (1991) "Union membership statistics in 12 countries", *Monthly Labor Review*, Vol. 114, N. 12, Washington, December 1991.
- CHRISTIE, I., NORTHCOTT, J. e WALLING, A.**  
 (1990) *Employment Effects of New Technology in Manufacturing*, Policy Studies Institute, London, 1990.

**COMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'EUROPE**

(1986) *Tendances Récentes de la Fabrication Flexible*, CEE/ONU, New York, 1986.

**CORDOVA, E.**

(1986) "Del empleo total al trabajo atípico: hacia un mirage en la evolución de las relaciones laborales?", *Revista Internacional del Trabajo*, OIT, 105 (4), Ginebra, out.-dez. 1986.

**CORIAT, B.**

(1982) *El Taller y el Cronómetro*, Siglo XXI, Madrid, 1982.

(1990) *L'Atelier et le Robot*, Christian Bourgois Éditeur, Paris, 1990.

**CORIAT, B. e SABOIA, J.**

(1988) "Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada", *Ensaio FEE*, Vol. 9, N. 2, Pôrto Alegre, 1988.

**COUTINHO, C. N.**

(1980) *A Democracia como Valor Universal*, Ciências Humanas, SP., 1980.

**COUTINHO, L.**

(1982) "Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista" em Belluzzo, L.G. de Mello e Coutinho, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise*, Ed Brasiliense, SP., 1982.

(1992 a) "A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As grandes tendências de mudança", *Economia e Sociedade*, n. 1, Campinas, agosto de 1992.

(1992 b) "Revolução Tecnológica e Coordenação de Políticas: A Transformação da Economia Mundial Capitalista e as questões em aberto para a Década de 90", *Textos CERI*, Vol. I, N. 1, CERI/IE/UNICAMP, Campinas, 1992.

**COUTINHO, L. e BELLUZZO, L. G. de M.**

(1982) "Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974" em BELLUZZO, L.G. de Mello e Coutinho, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise*, Ed Brasiliense, SP., 1982.

**DELAUNAY, J. D. e GADREY, J.**

(1987) *Les Enjeux de la Société de Service*, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1987.

**DIEESE**

(1993) *Anuário dos Trabalhadores*, DIEESE, SP., 1993.

**DOHSE, K., JURGENS, U. e MALSH, T.**

(1984) "From fordism to toyotism ? The social organization of the labour process in the Japanese automobile industry, *IIVG Papers*, International Institute for Comparative Social Research/Labour Policy, Wissenschaftszentrum, Berlin, abril de 1984.

**DOSI, G.**

Technical Change and Industrial Transformation: The Theory and an Application to the Semiconductor Industry. HOUNDMILLS, MacMillan Press, 1984.

**DRAIBE, S.**

(1986) "O padrão brasileiro de proteção social: desafios à democratização", *Análise Conjuntural*, Vol. 8, N.2, IPARDES, Curitiba, fev. de 1986.

(1988) "O Welfare state no Brasil: características e perspectivas", *Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, outubro de 1988 (Mimeo).

(1990) "As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas", in *Para a Década de 90 - Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*, IPEA/IPLAN, Brasília, 1990.

**DRAIBE, S. e HENRIQUE, W.**

(1988) "Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (6), São Paulo, 1988

**DUCHÊNE, F. e SHEPHERD, G. (Orgs.)**

(1987) *Managing Industrial Change in Western Europe*, Frances Pinter (Publishers) Limited, London, 1987.

**EDWARDS, R.C., REICH, M. e GORDON, D.N.**

(1982) *Segmented Work, Divided Workers. The Historical Transformation of Labor in the United States*, Cambridge University Press, 1982.

**ERBER, F. E.**

(1988) "A Transformação dos Regimes de Regulação: Desenvolvimento Tecnológico e Intervenção do Estado nos Países Industrializados e no Brasil", FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. (Tese de Prof. Titular)

(1990a) "A Política Industrial - Paradigmas Teóricos e Modernidade" in TAVARES, M. C. (Org.), *Aquarela do Brasil - Ensaio Político e Econômico sobre o Governo Collor*, Rio Fundo, RJ., 1990

(1990b) "Desenvolvimento Industrial e Tecnológico na Década de 90 - Uma nova Política para um Novo Padrão de Desenvolvimento, in Coutinho, L.G. (Coord.) Projeto de Pesquisa *Desenvolvimento tecnológico da Indústria e a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação no Brasil*, CERI/NEIT/IE/UNICAMP, Campinas, 1990 (Mimeo).

**ESCUDERO, M.**

(1987) "La crisis del Estado del Bienestar y la democracia económica" in Tezanos, J. F. (ed.) *La Democratización del Trabajo*, Ed. Sistema, Madrid, 1987.

**ESPIN-ANDERSEN, G.**

(1991) *Post-Industrial Class Structures: an analytical framework*, European University Institute, Italy, 1991, (mimeo).

**ESPIN-ANDERSEN, G. et alli**

(1991) *Trends in contemporary class structuration - A Five-Nation Comparison*, EUI, Firenze, 1991, (mimeo).

**EURO INST**

(1990) *L'Avenir du Travail*, Institut Syndical Europeen, CES, Bruxelles, Dec. 1990.

**FAJNZYLBER, F.**

(1983) *La Industrialización Trunca de America Latina*, Ed. Nuevo Imagen, Mexico, 1983.

(1992) "Industrialización en America Latina", *America Latina - El Desafio del Desarrollo Social*, Comisión Sudamericana de Paz, Santiago de Chile, Nov. de 1992.

(1993) "Technical progress, competitiveness and institutional change", *Textos CERI*, Vol. I, N.2, UNICAMP, Campinas, janeiro de 1993.

**FARIA, V.**

(1986) "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações" in *A Transição Incompleta*, Bacha, E. e Klein, H.S. (orgs.), vol. 1, Ed. Paz e Terra, R.J., 1986.

**FAUSTO, B.**

(1976) *Trabalho Urbano e Conflito Industrial*, DIFEL, SP., 1976.

- FERREIRA, C. G., HIRATA, H., MARX, R. e SALERNO, M.**  
 (1991) "Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para uma discussão sobre o Caso Brasileiro", *Cadernos do CESIT*, Textos para Discussão N. 4, CESIT/IE/UNICAMP, Campinas, 1991.
- FIORI, J. L.**  
 (1990) "Para repensar o papel do Estado sem ser um Neo-liberal", *Texto Para Discussão* N. 234, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.  
 (1993) "Ajuste, Transición y gobernabilidad: el enigma brasileiro", BID, Washington, 1993.
- FREEMAN, C. (org.)**  
 (1982) *Unemployment and Technical Innovation*, Frances Pinter, Londres, 1982.
- FREEMAN, R.**  
 (1990) "On the Divergence of Unionism among Developed Countries", Brunetta, R. e Dell'Aringa, C., *Labour Relations and Economic Performance*, Macmillan, London, 1990.
- FREYSSINET, J.**  
 (1993) "Méfiances des syndicats européens", *Le Monde Diplomatique*, Paris, Mars 1993.
- FRIDENSON, P.**  
 (1992) "Le temps de travail, enjeu des luttes sociales", *Futuribles*, N. 165-166, Paris, mai-juin 1992.
- FURTADO, C.**  
 (1971) *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Ed. Nacional, SP., 1971.  
 (1974) *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Paz e Terra, RJ., 1974.  
 (1983) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Abril Cultural, SP., 1983.  
 (1992) "O Subdesenvolvimento Revisitado", *Economia e Sociedade*, No. 1, Campinas, Agosto de 1992.
- GAMBIER, D. e VERNIÈRES, M.**  
 (1985) *Le Marché du Travail*, Ed. Economica, Paris, 1985.
- GARCIA, M. A.**  
 (1992) "Uma História Sem Fim", in NOVAES, A. (Org.) *Tempo e História*, Secretaria Municipal de Cultura e Cia. das Letras, SP., 1992

- GERSHUNY, J. e MILES, I.**  
 (1983) *The New Service Economy*, Frances Pinter, London, 1983.
- GILPIN, R.**  
 (1987) *The Political Economy of International Relations*, Princeton University Press, New Jersey, 1987.
- GLYN, A., HUGHES, A., LIPIETZ, A. e SINGH, A.**  
 (1990) "The Rise and Fall of the Golden Age" in Marglin, S. e Schor, J. (Editors) *The Golden Age of Capitalism*, Clarendon Press, Oxford, 1990.
- GODIO, J.**  
 (1991) *Reflexiones sobre los Desafios actuales del Sindicalismo*, FESCOL, Caracas, 1991.  
 (1993) "Reestructuración del mercado laboral y estrategia sindical", *Nueva Sociedad*, No. 124, Caracas, marzo-abril 1993.
- GONÇALVES, J. F. de L.**  
 (1993) "O Século Acabado", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1993 (Tese de Doutorado).
- GORZ, A.**  
 (1982) *Adeus ao proletariado*, Forense-Universitária, RJ., 1982.  
 (1983) *Les chemins du Paradis*, Galilée, Paris, 1983.  
 (1986) "Reshaping the Welfare State: The Conservative Approach and its Socialist Alternative", *Praxis International*, Vol. 6, No. 1, April 1986.  
 (1988) *Métamorphoses du Travail - Quête du Sens*, Editions Galilée, Paris, 1988.  
 (1990) "Eine neue Definition des Sozialismus" in *Die Neue Gesellschaft - Frankfurter Hefte*, Herausgegeben für die Friederich Ebert Stiftung, Bonn, junho de 1990.  
 (1993) "Bâtir la civilisation du temps libéré", *Le Monde Diplomatique*, Paris, mars 1993.
- GOUREVITCH, P.**  
 (1988) *Politics in Hard Times - Comparative responses to international economic crises*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1988.

- GRAMSCI, A.**  
 (1980) "Americanismo e Fordismo", in *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- GUIMARAES NETO, L.**  
 (1993) "El Mercado de Trabajo en la Década Perdida", *Investigación Económica*, N. 203, Vol. LII, México, enero-marzo de 1993.
- HIPPO, Y.**  
 (1992) "Japon: la réduction du temps de travail", *Futuribles*, N.165-166, Paris, mai-juin 1992.
- HIRATA, H. e ZARIFIAN, P.**  
 (1990) "Force et Fragilité du modèle japonais", *Mensuel M*, (37):9-12, Maio de 1990.
- HOBSBAWM, E. J.**  
 (1966) *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, Forense-Universitária, RJ., 1966.
- HOLANDA, S. B.**  
 (1977) *Raízes do Brasil*, Livraria José Olímpio Editora, RJ., 1977.
- HUIBAN, J.-P.**  
 (1991) "Le <nouveau modèle d'entreprise> et ses effets sur l'emploi", in *CFDT - Aujourd'hui, Emploi et marchés du travail*, N. 102, CFDT, Paris, septembre 1991.
- HUMPHREY, J.**  
 (1993) "The management of labour and the move towards leaner production systems in the Third World: the case of Brazil", IEA/USP, SP, 1993 (Mimeo).
- HUSSON, M.**  
 (1991) "Dynamiques Comparées de l'emploi: La Décennie 1979-1989" in *Revue Économique*, Vol. 42, No 4, Paris, Julho de 1991.
- JACOBI, O. e MÜLLER-JENTSCH, W.**  
 (1989) "Germania: la solidità sindacale fra cambiamenti economici e politici", in BAGLIONI, G (a cura di) *Le relazioni industriali in Italia e in Europa negli anni '80*, Edizioni Lavoro, Roma, 1989.
- JAPAN INSTITUTE OF LABOUR**  
 (1986) "Labour Unions and Labour-Management Relations", *Japanese Industrial Relations Series*, n.2, Tokio, 1986.

- (1992) *Labour management Relations in Japan*, The Japan Institute of Labor, Tokio, 1992.
- KECK, M.**  
 (1988) "O novo sindicalismo na transição brasileira" in Stepan, A. (org.) *Democratizando o Brasil, Paz e Terra*, RJ, 1988.
- KEOHANE, R. O.**  
 (1984) *After Hegemony - Cooperation and Discord in world political economy*, Princeton University Press, Princeton, 1984.
- KERN, H. e SCHUMANN, M.**  
 (1989) *La fin de la division du travail ? La rationalisation dans la production industrielle*, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1989.
- KOSHIRO, K.**  
 (1992) "Organisation du Travail et Flexibilité Interne dans les Relations Professionnelles au Japon", in OCDE, *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.
- KURZ, R.**  
 (1993) *O Colapso da Modernização*, Paz e Terra, RJ, 1993.
- KUTTNER, R.**  
 (1991) *The End of Laissez-Faire*, Alfred Knopf, New York, 1991.
- LANDES, D.**  
 (1969) *The Unbounded Prometheus*, Cambridge University Press, USA, 1969.
- LAFARGUE, P.**  
 (1991) *O Direito à Preguiça*, Teorema, Lisboa, 1991.
- LEBORGNE, D.**  
 (1990) "Points de Repère pour une Prospective Européenne", trabalho apresentado no Seminário Internacional *Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo*, CESIT/IE/UNICAMP, Campinas, Abril de 1990, (Mimeo).
- LEBORGNE, D. e LIPIETZ, A.**  
 (1989) "Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques", *Couverture Orange*, No. 8911, CEPREMAP, Paris, 1989.  
 (1990) "Pour éviter l'Europe à deux vitesses", *Travail et Societé*, Vol. 15, N. 2, 1990.

- LEITE, M. de P.**  
 (1993) "Innovación tecnológica, organización del trabajo y relaciones industriales en Brasil", *Nueva Sociedad*, No. 124, Caracas, marzo-abril 1993.  
 (1993 b) "Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho ?", *XVII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, outubro de 1993 (Mimeo).
- LEITE, M. de P. e SILVA, R. A.**  
 (1991) *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, Iglu, São Paulo, 1991.
- LESSA, C.**  
 (1977) "Visão crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento", *Revista Tibiriçá*, ano II, N.6, SP., 1977.  
 (1981) *Quinze Anos de Política Econômica*, Brasiliense, SP., 1981.
- LEWIN, D.**  
 (1992) "Organisation du travail, relations professionnelles et formes de participation dans les entreprises aux États-Unis: critique et évaluation" in OCDE, *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.
- LIPIETZ, A.**  
 (1990) "Les Rapports Capital-Travail a l'Aube du XXIè Siecle", *Couverture Orange*, No. 9016, CEPREMAP, Paris, 1990.  
 (1991) *Audácia - Uma alternativa para o século XXI*, Nobel, SP, 1991.
- MAAR, W. L.**  
 (1993) "Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social ?", trabalho apresentado no *Seminário Socialismo e liberalismo: Novos e velhos Paradigmas*, UNESP, SP., 1993. (Mimeo)
- MANDEL, E.**  
 (1980) *Long Waves of Capitalist Development: The marxist Interpretation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1980.  
 (1983) "Explaining Long Waves of Capitalist Development", in FREEMAN, C. (org.) *Long Waves in the World Economy*, Butterworths, London, 1983.

**MARANHÃO, R.**

(1979) *Sindicatos e Democratização*, Brasiliense, SP., 1979.

**MARCHAND, O.**

(1992) "Une comparaison internationale des temps de travail", *Futuribles*, N. 165-166, Paris, mai-juin 1992.

**MARGLIN, S.**

(1980) "Origem e funções do parcelamento das tarefas", em Gorz, A. (org.) *Crítica da Divisão do Trabalho*, Martins Fontes, SP, 1980.

(1990) "Lessons of the Golden Age" in Marglin, S. e Schor, J. (Editors) *The Golden Age of Capitalism*, Clarendon Press, Oxford, 1990.

**MARGLIN, S. e BHADURI, A.**

(1990) "Profit Squeeze and Keynesian Theory" in Marglin, S. e Schor, J. (Editors) *The Golden Age of Capitalism*, Clarendon Press, Oxford, 1990.

**MARSDEN, D.**

(1991) "Action syndicale et structure des marchés du travail" in *CFDT - Aujourd'hui; Emploi et marchés du travail*, N. 102, CFDT, Paris, septembre 1991.

**MARSHALL, A. (org.)**

(1990) *El empleo publico frente a la Crisis*, IIEL/OIT, Genebra, 1990.

**MARRAMAO, G.**

(1981) "Teoria del derrumbre y capitalismo organizado en las discusiones del 'extremismo histórico'", *Cuadernos de Pasado y Presente*, No. 85, Mexico, 1981.

(1982) "Lo Político y las Transformaciones", *Cuadernos de Pasado y Presente*, No. 95, México, 1982.

**MARX, K.**

(1975) *El Capital - Crítica de la Economía Política*, Fondo de Cultura Económica, México, 1975.

**MATHIEU, H. e WACHENDORFER, A.**

(1992) "Contrato Coletivo, Negociação Coletiva, Competitividade e Crescimento", ILDES/FES, SP, 1992 (Mimeo).

**MATTOSO, J. E. L.**

(1988) "O Mínimo Salário Mínimo", *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, V. 2, N. 3, SP., 1988.

(1991) "Notas sobre a Terceira Revolução Industrial, Crise e Trabalho no Brasil", Anais do Seminário Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho, ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, SP, 1991

(1992) "El sindicalismo brasileño en el umbral del Siglo XXI", in *Perspectivas Sindicales en el Proceso de Cambio*, Colección del Encuentro Internacional Sindicalismo y Democracia, Programa Editorial SNTE, Mexico, 1992

(1992-93) "Crise, Transformações Produtivas e Trabalho", *Indicadores Econômicos FEE*, Vol. 20, N. 3, Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, Nov. 1992 e *Investigación Económica*, Vol. LII, N. 203, México, enero-marzo de 1993.

**MATTOSO, J. E. e DEDECCA, C.**

(1989) "Distribuição da renda e redução das desigualdades: política de rendas e governo democrático e popular", in WEFFORT, F. C. (Org.) *PT: Um projeto para o Brasil*, Brasiliense, SP., 1989.

**MATTOSO, J. E. e OLIVEIRA, M. A.**

(1991) "Le Tournant des années 90" in *Mensuel M*, No. 42, Paris, Dezembro de 1990 ou, em outra versão, "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Desafios do Sindicalismo Brasileiro", *São Paulo em Perspectiva*, Fund. SEADE, V. 4, No. 3/4, SP, 1991.

**MERSENNE, M.**

(1991) "Inégalités face au chômage et à l'emploi", *CFDT-Aujourd'hui*, Paris, septembre 1991.

**MISHEL, L. e FRANKEL, D. M.**

(1991) *The State of Working America*, M.E. Sharpe Inc., New York, 1991.

**MINSKY, H. P.**

(1985) *Stabilising an Unstable Economy*, Yale University Press, New Haven, 1985.

**MIRANDA, J. C., TAUILE, J. R. e HAGUENAUER, L.**

(1989) "Políticas de gestão do sistema produtivo: uma resposta possível do Estado à crise brasileira", in WEFFORT, F. C. (Org.) *PT: Um projeto para o Brasil*, Brasiliense, SP., 1989.

**MISHEL, L. e FRANKEL, D. M.**

(1991) *The State of Working America*, 1990-1991 Edition, M.E.Sharpe, NY, 1991.

- MEDEIROS, C. A.**  
 (1992) "Padrões de Industrialização e ajuste estrutural: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalismo tardios", Instituto de Economia - UNICAMP, Campinas, 1992 (Tese de Doutorado).
- MENDELL, M. e SALÉE, D. (Ed.)**  
 (1991) *The Legacy of Karl Polanyi - Market, State and Society at the End of the Twentieth Century*, St. Martin Press, NY, 1991.
- MERSENNE, M.**  
 (1991) "Inégalités face au chômage et à l'emploi" in *CFDT - Aujourd'hui; Emploi et marchés du travail*, N. 102, CFDT, Paris, septembre 1991.
- MERTENS, L.**  
 (1990) *Crisis Economica y Revolución Tecnológica*, Editorial Nueva Sociedad, Caracas, 1990.
- MÜLLER-JENTSCH, W., REHERMANN, K. e SPERLING, H. J.**  
 (1992) "Rationalisation socio-technique et organisation du travail négociée: évolution récente en Allemagne", in OCDE, *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.
- NEEF, A. e KASK, C.**  
 (1991) "Manufacturing productivity and labor costs in 14 economies", *Monthly Labor Review*, Vol. 114, N. 12, Washington, December 1991.
- NEGRELLI, S. e SANTI, E.**  
 (1989) "Processi contrattuali e pratiche di concertazione in Italia", in BAGLIONI, G. (a cura di) *Le Relazioni industriali in Italia e in Europa negli anni '80*, Edizioni Lavoro, Roma, 1989.
- NEWELL, A. e SYMONS, J.**  
 (1990) "The Passing of the Golden Age", in Brunetta, R. e Dell'Aringa, C. (orgs.), *Labour Relations and Economic Performance*, The Macmillan Press Ltd., London, 1990.
- OCDE**  
 (1981) *La Micro-électronique, la Productivité et l'Emploi*, OCDE, Paris, 1981.  
 (1982) *La Micro-électronique, la Robotique et l'Emploi*, OCDE, Paris, 1982.  
 (1982 b) *L'emploi dans le secteur public*, OCDE, Paris, 1982.  
 (1983) *Perspectives de l'Emploi*, OCDE, Paris, 1983.

- (1985) *Perspectives de l'Emploi*, OCDE, Paris, 1985.  
 (1989) *OECD Employment Outlook*, OECD, Paris, 1989.  
 (1990) *OECD Employment Outlook*, OECD, Paris, 1990.  
 (1991) *Perspectives de l'Emploi*, OCDE, Paris, juillet 1991.  
 (1991 b) *OECD Economic Outlook - Historical Statistics, 1960-1989*, OECD, Paris, 1991.  
 (1992) *Perspectives de l'Emploi*, OCDE, Paris, juillet 1992.  
 (1992 b) *OECD Economic Outlook*, N. 51, OECD, Paris, Juin 1992.  
 (1992 c) *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.

**OFFE, C.**

- (1989) *O Capitalismo Desorganizado*, Ed. Brasiliense, SP, 1989.

**OIT**

- (1974) *La Negociación Colectiva en países industrializados con economía de mercado*, OIT, Ginebra, 1974.  
 (1985) *El Trabajo en el Mundo*, Vol. 2, OIT, Ginebra, 1985.  
 (1988) *Cuestiones del tiempo de trabajo en los países industrializados*, OIT, Ginebra, 1988.  
 (1989) *El Trabajo en el Mundo*, Vol. 4, OIT, Ginebra, 1989.

**OLIVA, A. M.**

- (1988) "Estado Autoritário e Desobediência Operária", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1988 (Dissertação de Mestrado).

**OLIVEIRA, F.**

- (1984) *A Economia da Dependência Imperfeita*, Graal, RJ., 1984.  
 (1991) "Prefaciando com audácia", in LIPIETZ, A., *Uma Alternativa para o Século XXI*, Nobel, SP., 1991.  
 (1992) *Collor - A Falsificação da Ira*, Imago, RJ, 1992.

**PALOMARES, L. e MERTENS, L.**

- (1993) "El movimiento sindical ante los cambios en la práctica productiva", *Economía y Trabajo*, Año 1, N. 1, PET, Santiago de Chile, enero-junio de 1993.

**PARAMIO, L.**

- (1981) "Por una interpretación revisionista de la historia del movimiento obrero europeo", *Contribuciones*, N. 6, FLACSO, Santiago de Chile, 1981.

**PASTORE, J.**

(1979) *Desigualdade Social e Mobilidade no Brasil*, T.A. Queiroz, SP, 1979.

(1986) "Desigualdade e Mobilidade Social: dez anos depois", in BACHA, E. e KLEIN, H. (orgs.), *A Transição Incompleta*, Paz e Terra, RJ, 1986.

**PEREZ, C.**

(1983) "Structural change and Assimilation of New Technologies in the Economic Social Systems", *Futures*, October 1983.

(1985) *Microeletrônica, Long Waves and World Structural Change*, *World Development*, N. 13, 1985.

(1989) "Revoluciones tecnológicas y transformaciones socio-institucionales", in CRAGNOLINI, A. (org.) *Questiones de Política Científica y Tecnológica*, CSIC, Madrid, 1989.

**PETERSON, W. C.**

(1992) "Accroissement des inégalités et dépression de l'économie américaine", *Problèmes Économiques*, N. 2271, France, 15 avril 1992.

**PIORE, M. J.**

(1980) "Economic fluctuation, job security and labor market duality in Italy, France and the United States", *Politics and Society*, Vol. 9, No. 4., 1980.

**PIORE, M. J. e BERGER, S.**

(1980) *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge University Press, 1980.

**PIORE, M. J. e SABEL, C. F.**

(1984) *The Second Industrial Divide - Possibilities for Prosperity*, Basic Books Inc. Publishers, New York, 1984.

**POLANYI, K.**

(1980) *A Grande Transformação*, Campus, RJ., 1980.

**POSSAS, M. L.**

(1987) *A Dinâmica da Economia Capitalista: uma Abordagem Teórica*, Brasiliense, SP., 1987.

(1988) "O Projeto Teórico da 'Escola da Regulação'", *Novos Estudos CEBRAP*, N. 21, SP., julho de 1988.

**PREALC**

(1989) "Cambio Tecnológico, Empleo y Trabajo", *Documentos de Trabajo*, No. 333, PREALC-OIT, Santiago de Chile, 1989.

- PRZEWORSKI, A.**  
(1989) *Capitalismo e Social-Democracia*, Cia. das Letras, SP., 1989.
- RAMOS, L. E REIS J. G. A.**  
(1991) "Distribuição de Renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil", in CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. *Distribuição de Renda no Brasil*, Paz e Terra, RJ., 1991.
- RAMSAY, H., POLLERT, A. E RAINBIRD, H.**  
(1992) "Une décennie en transformation ? Flexibilité du marché du travail et organisation du travail au Royaume-Uni", in OCDE, *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.
- REHN, G. e VIKLUND, B.**  
(1989) "Svezia: le molteplici novità di una consolidata tradizione di politica sindacale", in BAGLIONI, G (a cura di) *Le Relazioni industriali in Italia e in Europa negli anni '80*, Edizioni Lavoro, Roma, 1989.
- ROBIN, J.**  
(1993) "Mutation technologique, stagnation de la pensée", *Le Monde Diplomatique*, n. 468, Paris, mars 1993.
- RODGERS, G. e RODGERS, J.**  
(1989) *Precarious Jobs in Labour Market Regulations: the growth of atypical employment in Western Europe*, IILS/Free University of Brussels, OIT, Geneva, 1989.
- RODRIGUES, L. M.**  
(1966) *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, Difusão Européia do Livro, SP., 1966.  
(1970) *Industrialização e Atitudes Operárias*, Brasiliense, SP., 1970.  
(1974) *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*, Brasiliense, SP., 1974.  
(1990) "O Sindicalismo nos anos 80: um balanço", in *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, Vol. 4, No 1, SP, Jan./Mar. 1990.  
(1990 b) *Partidos e Sindicatos*, Ática, SP., 1990.  
(1990 c) *CUT, Militantes e Ideologia*, Paz e Terra, SP., 1990.
- RODRIGUES, J. A.**  
(1968) *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, Brasiliense, SP., 1968.

- ROJOT, J. E TERGEIST, P.**  
 (1992) "Vue d'ensemble: Évolution des relations professionnelles, flexibilité du marché du travail interne et organisation du travail" in OCDE, *Nouvelles Orientations dans l'Organisation du Travail*, OCDE, Paris, 1992.
- ROSENBERG, S.**  
 (1992) "L'allongement du temps de travail aux Etats-Unis", *Futuribles*, N.165-166, Paris, mai-juin 1992.  
 (1993) "The more decentralized mode of Labour Market Regulation in the United States in the 1980s: Lessons for Policy in the 1990s", *Fifteenth Conference of the International Working Party on Labour Market Segmentation*, Barcelona, July 1993 (Mimeo)
- ROWTHORN, B. e GLYN, A.**  
 (1990) "The Diversity of Unemployment Experience since 1973", Marglin, S. e Schor, J., *The Golden Age of Capitalism*, Oxford University Press, NY, 1990.
- SADER, E.**  
 (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*, Paz e Terra, RJ, 1988.
- SÁINZ, P. E CALCAGNO, A.**  
 (1992) "En busca de otra modalidad de desarrollo", *Revista de la CEPAL*, No. 48, CEPAL, Santiago de Chile, Diciembre de 1992.
- SAYER, A.**  
 (1989) "Postfordism in question", *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 13, N. 4, Dec. 1989.
- SATO, K.**  
 (1988) "Os sindicatos e as relações de trabalho no Japão", in *Japon - Stratégies Industrielles et Enjeux Sociaux*, Presses Universitaires de Lyon, Lyon, 1988 (Mimeo - Tradução de FUKUMARU, R.)
- SCHOR, J.B.**  
 (1990) "Capitalismo anni ottanta: mai faticato tanto", *Politica ed Economia*, Anno XXI, n. 1/2, Milano, 1990.  
 (1991) *The Overworked American*, Basic Books, USA, 1991.

**SCHAFF, A.**

(1990) "Las zonas inexploradas del socialismo contemporáneo", in *El Socialismo del Futuro*, Vol. 1, No. 1, Fundación Sistema, Madrid, 1990.

**SEIFERT, H.**

(1992) "Efectos de la reducción de la duración del trabajo sobre el empleo en la ex República Federal Alemana", *Revista Internacional del Trabajo*, Vol.111, N. 1, OIT, Ginebra, 1992.

**SENGENBERGER, W.**

(1991) "The role of labour standards in industrial restructuring: Participation, protection and promotion", *Discussion Papers*, ILO, International Institute for Labour Studies, Genève, 1991.

(1991 b) "The role of labour market regulation in industrial restructuring", in STANDING, G. e TOKMAN, V. *Towards Social Adjustment*, ILO, Gneva, 1991.

(1992) "Future prospects for the European Labour Market: Visions and Nightmares", in CASTRO, A., MEHAUT, P. e RUBERY, J. (Editors), *International Integration and Labour Market Organisation*, Academic Press, London, 1992.

**SILVA, S. S.**

(1976) *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, Ed. Alfa Omega, SP, 1976.

**SIMÃO, A.**

(1966) *Sindicato e Estado*, Dominus, SP., 1966.

**SIQUEIRA NETO, J. F.**

(1991) *Contrato Coletivo de Trabalho - Perspectiva de rompimento com a legalidade repressiva*, LTr, SP, 1991.

**SMITH, A.**

(1983) *A Riqueza das Nações*, Abril Cultural, SP., 1983.

**SORRENTINO, C.**

(1993) "International comparisons of unemployment indicators", *Monthly Labor Review*, Vol. 116, N. 3, Washington, March 1993.

**SOUZA, P. R. C.**

(1980) "A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1980 (Tese de Doutorado).

- SPYROPOULOS, G. (org.)**  
 (1987) *Trade Unions Today and Tomorrow*, 2 Vols., Presses InterUniversitaires Europeennes, Maastricht, 1987.
- STANDING, G.**  
 (1990) "Labour Flexibility and Insecurity: Towards an Alternative Strategy", Brunetta, R. e Dell'Aringa, C., *Labour Relations and Economic Performance*, Macmillan, London, 1990.  
 (1990 b) *Labour regulation and Social Policy in an era of Fragmented Flexibility*, Background paper for the Seminar in the European University Institute, December 1990 (Mimeo).  
 (1991) "Labour Insecurity trough Market regulation: legacy of the 80's, OIT, Geneva, 1991 (mimeo)  
 (1991 b) "Structural adjustments and labour market policies: Towards social adjustments" in STANDING, G e TOKMAN (Ed.) *Towards Social Adjustment: Labour Market issues in structural adjustment*, ILO, Geneva, 1992.
- STANDING, G. e TOKMAN, V. (Editors)**  
 (1992) *Towards Social Adjustment: Labour Market issues in structural adjustment*, ILO, Geneva, 1992.
- STURMTHAL, A.**  
 (1971) *Consejos Obreros*, Editorial Fontanella, Barcelona, 1971.
- SUZIGAN, W.**  
 (1993) "La industria brasileña después de una década de estanflación: cuestiones para la Política Industrial", *Investigación Económica*, No. 203, Vol. LII, México, enero-marzo de 1993.
- TARLING, R. (ed.)**  
 (1987) *Flexibility in Labour Market*, Academic Press, London, 1987.
- TAVARES, M. C.**  
 (1975) "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", FEA/UFRJ, RJ., 1975 (Tese de Livre Docência).  
 (1975 b) "Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar" in Tolipan, R. e Tinelli, A. C. (Orgs.) *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, Zahar, RJ, 1975.

(1978) "Ciclo e Crise - O movimento recente da Industrialização brasileira", IEI/UFRJ, RJ., 1978 (Tese de professor titular).

(1981) "Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Periféricos", *Economía de América Latina*, CIDE, N. 6, México, 1981.

(1992) "Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora", *Economia e Sociedade*, n. 1, Campinas, agosto de 1992.

(1993) "Las Políticas de Ajuste de Brasil: Los límites de la Resistência", BID, Washington, 1993 (Mimeo)

**TEIXEIRA, A.**

(1983) "O movimento de industrialização das economias centrais no pós-guerra", IEI/UFRJ, RJ., 1983.

(1993) "O Ajuste Impossível", Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1993 (Tese de Doutorado).

**TEZANOS, J. F.**

(1990) "Socialismo y progreso Social", in *El Socialismo del Futuro*, Vol. 1, No. 1, Fundación Sistema, Madrid, 1990.

**TOLIPAN, R. e TINELLI, A. C. (Orgs.)**

(1978) *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, ZAHAR, RJ., 1978.

**TOURAINÉ, A., WIEVIORKA, M. e DUBET, F.**

(1984) *Le Mouvement ouvrier*, Fayard, Paris, 1984.

**TYLECOTE, A.**

(1992) *The Long Wave in the World Economy*, Routledge, London, 1992.

**VAN DER WERF**

(1987) "Work in Europe - Five Possible Scenarios", *Occasional Papers*, FAST, Commission of the European Communities, Brussels, Feb. 1987.

**VIANA, L. W.**

(1977) *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Paz e Terra, RJ., 1977.

**VISSER, J.**

(1989) *European Trade Unions in Figures*, Kluwer, Boston, 1989.

(1991) "Tendences de la Syndicalisation", in OCDE, *Perspectives de l'Emploi*, OCDE, Paris, juillet 1991.

WATANABE, B.

(1992) "Sudden death from Overwork", *Labor Notes*, Detroit, June 1992.

WEFFORT, F. C.

(1972) "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco", *Cadernos CEBRAP*, N. 5, SP., 1972.

(1975) "Sindicato e Política", USP, SP., 1975 (Tese de livre-docência).

(1984) *Por que democracia ?*, Brasiliense, SP., 1984.

(1992) *Qual Democracia*, Cia. das Letras, SP., 1992.

WOOD, S. (Org.)

(1982) *The Degradation of Work ?*, Hutchinson, London, 1982.

(1989) *The Transformation of Work ?*, Unwin Hyman, London, 1989.

ZARIFIAN, P. E PALLOIX, C.

(1988) *La Société Post-Économique*, Editions l'Harmattan, Paris, 1988.

---



---

**RELAÇÃO DE TABELAS**

---



---

<b>Tabela 1.1</b>	Estrutura Industrial, Países Capitalistas Avançados (1955/1977).....	26
<b>Tabela 1.2</b>	Características do Crescimento em Países Capitalistas Avançados em Diferentes Fases, (1820-1979).....	26
<b>Tabela 1.3</b>	Proporção Exportada da Produção Manufatureira, 1899/1959 (Vários países) .....	27
<b>Tabela 1.4 A</b>	Emprego por Setor, Países Selecionados (1870/1973).....	34
<b>Tabela 1.4 B</b>	Emprego por Setor, Países Selecionados (1870/1973).....	35
<b>Tabela 1.5</b>	Transferências da Seguridade Social e Gastos Correntes Governamentais como Porcentagem do PIB, (CEE e OCDE - 1960/1979) .....	36
<b>Tabela 1.6</b>	Taxa de Crescimento do Emprego na Indústria de Transformação, Serviços Privados e Setor Público, 1960/1979 Vários países) .....	38
<b>Tabela 1.7</b>	Participação do Emprego na Administração Pública, 1960/1979 .....	38
<b>Tabela 1.8</b>	Taxas Médias de Desemprego .....	39
<b>Tabela 1.9</b>	Repartição da Renda Familiar, EUA, 1950/1975 .....	48
<b>Quadro 1.1 A</b>	Quadro Sintético de Modalidades da Organização da Relação Salarial de Países Avançados no Pós-Guerra .....	51
<b>Quadro 1.1 B</b>	Quadro Sintético de Modalidades da Organização da Relação Salarial de Países Avançados no Pós-Guerra .....	52

<b>Tabela 1.10</b>	Participação do Gasto Público no PIB, Por Categ. Econômica, Países da OCDE, (1955/1976) .....	55
<b>Tabela 1.11</b>	Transferências de Seguridade Social .....	56
<b>Tabela 1.12</b>	Taxas de Sindicalização, Total e Setorial, 1970 .....	59
<b>Tabela 3.1</b>	Taxas de Crescimento Médio Anual do PIB e Emprego Total .....	116
<b>Tabela 3.2</b>	Composição da PEA Civil Ocupada. (Vários Países).....	118
<b>Tabela 3.3</b>	Taxa de Crescimento do Emprego na Indústria de Transformação, nos Serviços e na Administração Pública Vários países) .....	119
<b>Tabela 3.4</b>	Taxa de Desemprego e No. de Desempregados (Vários países) .....	121
<b>Tabela 3.5</b>	Estrutura do Desemprego em 1989 (Vários países) .....	124
<b>Tabela 3.6</b>	Desempregados com Seguro-Desemprego, EUA, 1980/89 .....	125
<b>Tabela 3.7</b>	Crescimento do Emprego Total, em Tempo Integral, em Tempo Parcial, (Homens e Mulheres países membros da OCDE).....	129
<b>Tabela 3.8</b>	Proporção do Emprego em Tempo Parcial, do Emprego Temporário e do Emprego Independente (Vários países) .....	130
<b>Tabela 3.9</b>	Evolução das Novas Formas de Emprego (França, 1982 e 1989) .....	130
<b>Tabela 3.10</b>	Salário Médio Horário e Participação em Planos de Aposentadoria e Saúde, Trabalhadores Tempo Integral e Parcial (EUA, 1987) .....	131

<b>Tabela 3.11</b> Custos Salariais e Não-Salariais do trabalho, Por Pessoa Ocupada no Setor Privado (Vários países) .....	137
<b>Tabela 3.12</b> Custo Unitário Real da Mão-de-obra, nos Setores Privado, Manufatureiro e de Serviços (Vários países) .....	139
<b>Tabela 3.13</b> Taxas Anuais Médias do Crescimento do PIB Real Per Capita, da Produtividade e do Salário Real (Vários países).....	140
<b>Tabela 3.14</b> Distribuição da Renda (Inglaterra, 1979-89).....	144
<b>Tabela 3.15</b> Participação da Renda de cada Quintil das Famílias (EUA, anos selecionados) .....	144
<b>Tabela 3.16</b> Quadro Sintético da Sindicalização nos Países Avançados.....	151
<b>Tabela 3.17</b> Taxas de Sindicalização (Grupos de países).....	152
<b>Tabela 3.18</b> Sindicalização de Trabalhadores do Setor Público e do Setor Privado (Vários países).....	157
<b>Tabela 3.19</b> Sindicalização por Setor (EUA, Canadá e Japão).....	158
<b>Tabela 3.20</b> Número Anual Médio de Horas Trabalhadas por Trabalhador e variação percentual (OCDE).....	166
<b>Tabela 3.21</b> Total de Horas Trabalhadas, Férias, Feriados e Licenças Pagas (Vários países).....	166
<b>Tabela 3.22</b> Horas Efetivamente Trabalhadas na Semana de referência (Vários países).....	168
<b>Tabela 3.23</b> Componentes do Total Anual de Horas Trabalhadas por Trabalhador (Alemanha).....	169